



MUNICÍPIO DE ARMAMAR

DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

2017

CO Planeamento e Controlo de Gestão



*Terra de Emoções
Land of Emotions*

www.cm-armamar.pt



ÍNDICE

Sumário Executivo.....	5
Parte I – Relatório da Política Orçamental.....	10
Capítulo I - Cenário Macroeconómico.....	11
1.1. Enquadramento Internacional.....	11
1.2. Enquadramento Nacional	15
Capítulo II – Análise dos Riscos Orçamentais e Situação das Finanças Locais	18
2.1. Riscos Orçamentais Relacionados com Administração Local.....	18
2.2. Situação Financeira da Administração Local.....	20
Capítulo III – Objetivos e Políticas de Desenvolvimento Estratégico.....	22
3.1. Visão.....	22
3.2. Missão	22
3.3. Política Orçamental Proposta.....	23
3.3.1. Objetivos Estratégicos ou Estruturais	27
3.3.2. Objetivos Operacionais	28
Capítulo IV – Elementos Complementares às Demonstrações Previsionais	29
4.1. Relação das Responsabilidades Contingentes	29
4.2. Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais.....	30
4.3. Mapa das Entidades Participadas pelo Município.....	30
4.4. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2017-2021	31
Parte II – Regulamento do Orçamento do Município de Armamar.....	32
Capítulo I – Norma de Execução Orçamental.....	33
1.1. Articulado das Medidas para a Execução Orçamental.....	33
Capítulo I - Âmbito e Princípios Genéricos.....	33

Artigo 1.º - Definição e Objeto	33
Artigo 2.º - Execução Orçamental	34
Artigo 3.º - Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano	34
Artigo 4.º - Registo Contabilístico	35
Artigo 5.º - Gestão dos Bens Móveis e Imóveis do Município	36
Artigo 6.º - Gestão de Stocks	36
Capítulo II - Receita Orçamental.....	37
Secção I - Princípios.....	37
Artigo 7.º - Princípios Gerais para Arrecadação de Receitas	37
Secção II - Entrega das Receitas Cobradas.....	37
Artigo 8.º - Cobranças pelos Serviços Municipais	37
Secção III - Isenções e Reduções.....	38
Artigo 9.º - Isenções e Reduções de Taxas.....	38
Capítulo III - Despesa Orçamental.....	39
Secção I - Princípios e Regras.....	39
Artigo 10.º - Princípios Gerais para a Realização da Despesa	39
Artigo 11.º - Tramitação dos Processos de Despesa	40
Artigo 12.º - Gestão de Contratos	41
Artigo 13.º - Conferência e Registo da Despesa	41
Artigo 14.º - Processamento de Remunerações e Outros Abonos a Pessoal	42
Secção II - Autorização da Despesa e Pagamentos	42
Artigo 15.º - Competências	42
Artigo 16.º - Apoios a Entidades Terceiras.....	43
Artigo 17.º - Apoios às Competências Materiais dos Órgãos das Freguesias.....	43
Artigo 18.º - Assunção de Compromissos Plurianuais	44
Artigo 19.º - Autorizações Assumidas	44

Secção III - Procedimentos e Regras Especiais para a Realização da Despesa.....	45
Artigo 20.º - Equipamentos e Soluções Informáticas.....	45
Artigo 21.º - Seguros.....	45
Artigo 22.º - Despesas de Deslocação.....	46
Artigo 23.º - Reposições ao Município.....	46
Artigo 24.º - Despesas de Representação.....	47
Secção IV - Celebração e Formalização de Contratos e Protocolos.....	47
Artigo 25.º - Responsabilidade pela Elaboração e Celebração de Contratos.....	47
Artigo 26.º - Contratos de Cooperação e Contratos Interadministrativos.....	47
Artigo 27.º - Contratos de Tarefa e Avença.....	47
Capítulo IV - Disposições Finais	48
Artigo 28.º - Dúvidas Sobre a Execução do Orçamento.....	48
Parte III – Proposta de Deliberação	49
Parte IV – Lista de Anexos	53

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Conjuntura internacional.....	13
Quadro 2. Projeções do crescimento económico mundial	14
Quadro 3. Projeções do crescimento económico nacional: 2016-2018.....	16
Quadro 4. Receitas e despesas da AL.....	20
Quadro 5. Transferências do Orçamento de Estado para a AL	21
Quadro 6. Responsabilidades contingentes	29
Quadro 7. Compromissos Plurianuais	30
Quadro 8. Lista de entidades participadas	30
Quadro 9. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2017-2021	32

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Projeção da conjuntura internacional (gráfica)	13
Gráfico 2. Projeção da economia mundial (gráfica)	15
Gráfico 3. Projeção do crescimento económico nacional (gráfica).....	17
Gráfico 4. Projeção das Receitas e Despesas da AL (gráfica).....	21
Gráfico 5. Projeção das Transferências do Orçamento de Estado AL (gráfica).....	22

SUMÁRIO EXECUTIVO

As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) (relatório trimestral apresentado em outubro de 2016 pelo FMI) aponta para um crescimento global a desacelerar na ordem dos 3,1% em 2016, antes de recuperar para 3,4% em 2017. A projeção da atividade global está revista em baixa na ordem dos 0,1 pontos percentuais para 2016 e 2017, face às projeções da edição de abril de 2016.

As projeções apresentadas pelo Banco Central Europeu (BCE) para a Zona Euro (relatório apresentado em setembro de 2016 pelo BCE), apontam para a continuidade da recuperação da atividade económica, embora com taxas de crescimento ligeiramente mais baixas do que o previsto nas projeções de junho de 2016. Em termos anuais, o produto interno bruto (PIB) real deverá apresentar uma taxa de crescimento de 1,7% em 2016 e de 1,6% em 2017 e 2018.

Segundo o boletim económico apresentado em junho de 2016 pelo Banco de Portugal (BP), a economia portuguesa apresenta sinais de recuperação moderada da atividade económica ao longo do período 2016-2018. O crescimento médio anual do PIB deverá ser de 1,3% em 2016, acelerando para 1,6% em 2017 e diminuindo para 1,5% em 2018, o que implica um nível do PIB no final do horizonte de projeção próximo, mas ainda abaixo, do observado antes da crise financeira internacional em 2008.

No que toca aos riscos orçamentais relacionados com a Administração Local (relatório da proposta de lei do orçamento de estado para 2017 apresentado recentemente pelo Governo) à semelhança de 2016, identificam-se essencialmente os que decorrem:

- Da morosidade da concessão de apoio pelo FAM, cuja regulamentação se encontra em processo de revisão de forma a potenciar a resolução das situações pendentes;
- Da eventual reclassificação das PPP municipais e empresas municipais no subsector em contabilidade nacional.

No que se refere à situação financeira da Administração Local, prevê-se, para 2017, um saldo na Administração Local de 1.020 milhões de euros superior em 102 milhões de euros ao esperado para 2016. Esta trajetória ascendente, resulta de um aumento da receita, superior ao crescimento da despesa (+10 milhões de euros). No que diz respeito às receitas

fiscais, prevê-se um decréscimo de 23 milhões de euros, com destaque para a diminuição do IMI (-50 milhões de euros), atenuada, no entanto, pelo crescimento dos restantes impostos diretos e indiretos. O crescimento da receita é explicado pelo acréscimo das transferências do Estado no âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais e pelo crescimento das transferências da União Europeia.

Em relação à despesa, o aumento previsto assenta no crescimento do investimento em 10%, no âmbito do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, “Portugal 2020”, ou seja, +10,7%.

No contexto da política orçamental adotada e enquadrada na visão e missão do Município, continuam a ser identificadas e caracterizadas as ações, atividades e projetos com que cada Competência Organizacional contribui para a prossecução dos objetivos constantes no Mapa Estratégico do Município de Armamar.

Por outro lado, o Orçamento enquadrado num Plano Orçamental Plurianual e o Plano Plurianual de Investimentos em articulação com a política orçamental adotada são o instrumento essencial da gestão pública do Município e refletem a orientação política que se pretende adotar, em prol do desenvolvimento do município de Armamar.

A continuidade da reforma da administração local, regional e central, levada a cabo pelo Governo, deu origem à publicação no Diário da República Eletrónico (DRE), do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio revogar todos os planos de contabilidade setoriais, onde se encontra incluído o POCAL, aplicando-se às Administrações Públicas a partir do dia 01 de janeiro de 2017. Assim, o presente orçamento, foi elaborado tendo presente as regras designadas no SNC-AP. Este normativo estabelece, que as demonstrações previsionais e as demonstrações financeiras previsionais são constituídas pelos seguintes mapas:

- a) O orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual (§46 da NCP 26¹);
- b) O plano plurianual de investimentos (§46 da NCP 26);

¹Parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

- c) Balanço (§17 da NCP I²);
- d) Demonstração dos resultados por natureza (§17 da NCP I) e;
- e) Demonstração dos fluxos de caixa (§17 da NCP I).

Note-se, que este normativo contabilístico obriga a preparar um orçamento numa base móvel de cinco anos, assim como a preparação de um balanço, de uma demonstração dos resultados por natureza e de uma demonstração dos fluxos de caixa.

Importa referir, que este normativo contabilístico, nada refere sobre o plano de atividades municipal, apenas dá grande ênfase à contabilidade de gestão (contabilidade de custos), e esta, faz parte integrante de uma das 27 Normas de Contabilidade Pública.

Assim, o plano de atividades municipal deixará de existir a partir do orçamento de 2017, pelo que tais atividades, apenas irão ter destaque, em sede de prestação de contas através da contabilidade de gestão. Esta por sua vez é obrigatória, sendo que a sua implementação ocorrerá a partir de janeiro de 2017.

Ainda neste contexto, o manual de implementação do SNC-AP referido no artigo 12.º do Decreto-Lei que aprovou o SNC-AP, foi publicado em junho de 2016, pela Comissão de Normalização Contabilística (doravante CNC), contendo, designadamente, a descrição do processo de transição para o SNC-AP e os guias de orientação para a aplicação das respetivas normas.

Em julho de 2016, foram publicadas no DRE as notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional, aprovadas pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, dando cumprimento ao estipulado n.º 4, artigo 14.º do normativo que aprovou o SNC-AP.

Contudo, a Direção Geral das Autarquias Locais (doravante DGAL), veio a 21 de setembro de 2016, informar que a elaboração do orçamento para 2017 seria em POCAL, sendo que a partir de 01 de janeiro de 2017 o orçamento era ajustado em sede de execução para os modelos de reporte previstos no SNC-AP.

Note-se, a 21 de setembro de 2016 já estávamos a elaborar o orçamento para 2017 em SNC-AP, respeitando a legislação vigente e o calendário aprovado para o efeito pela assembleia municipal de Armamar.

²Parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública I – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

No entanto, até porque é público que estará iminente a produção de efeitos do designado “Decreto-Lei n.º 383/2016” que versará sobre o adiamento da entrada em vigor do SNC-AP, deu-se continuidade ao trabalho em curso e passou a fazer parte do “caderno de encargos” a introdução de ajustamentos para os documentos na sua versão final cumprirem as normas de antes de o serem já eram.

Nesse contexto, apresentam-se também em POCAL as demonstrações previsionais para 2017, com o objetivo de facilitar a leitura e interpretação pelos *stakeholders* (grupos de interesse), reforçando a transparência.

No que toca às receitas municipais, a maior fonte emerge das transferências do Orçamento do Estado, ou seja o equivalente a 44% (4.687.361,00 EUR). Para o ano de 2017, aumentamos o nosso orçamento em 8,6% (9.116.520,00 EUR, em 2016, 10.620.540,00 EUR, para 2017), face a 2016. Este aumento deve-se essencialmente, à execução de alguns projetos relevantes para o desenvolvimento do Concelho de Armamar e que fazem parte integrante do Plano Plurianual de Investimentos. Note-se, que os projetos a desenvolver são maioritariamente financiados, pelos fundos comunitários.

Poderíamos também, ter seguido outro caminho: poderíamos ter optado por aplicar cegamente a taxa máxima de IMI, o que aumentaria a receita municipal, ou ficar com os 5% da taxa variável no IRS que foi dispensada a favor dos munícipes e que corresponde a 109.964,00 EUR, mas que contribuiria para aumentar as dificuldades com que vivem muitas das famílias.

Mas essa nunca foi e nunca será a nossa opção. A nossa opção foi sempre a de garantir o equilíbrio social que permite o desenvolvimento.

Atualmente, Armamar goza de melhores condições de vida do que tinha no passado. Destacam-se as infraestruturas desportivas que possui, das quais todos se podem orgulhar, permitindo o acesso ao desporto e bem-estar social a todos (e para todos), podendo no futuro virem a reforçar-se com a construção do novo pavilhão gimnodesportivo, assim como a construção de uma biblioteca e auditório municipal.

Agora, importa focar a atenção na governação do município de Armamar. Ela desenrolar-se-á no contexto que descrevemos e, sem prejuízo das oportunidades que entretanto surjam,

será enformada pela visão, missão, objetivos estruturais e operacionais que se explanam no presente documento.

Por outro lado, a RFALEI alude no seu artigo 46.º, elementos complementares às demonstrações previsionais, que espelham com maior rigor e transparência, o planeamento dos dinheiros públicos do Município.

Porém, a elaboração da norma de execução orçamental, contém as medidas para a execução orçamental, das demonstrações previsionais para o exercício de 2017. Trata-se de um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuíram para um maior rigor e transparência e para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

O presente documento, contempla notas explicativas referentes às rubricas de classificação económica das despesas, dando exemplos concretos de despesas, que vão orientar e clarificar os *stakeholders* (grupos de interesse), contribuindo para uma maior transparência.

Por fim, o executivo optou por manter inalteráveis as linhas de orientação estratégica para o ano de 2017, por um lado porque se avizinha o fim de mais um mandato (fim do atual ciclo), por outro fruto do cumprimento de determinadas metas já referidas.

PARTE I – RELATÓRIO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

CAPÍTULO I - CENÁRIO MACROECONÓMICO

1.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Segundo o relatório trimestral (perspetivas da economia mundial - WEO³) apresentado em outubro de 2016 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), aponta para um crescimento global a desacelerar na ordem dos 3,1% em 2016, antes de recuperar para 3,4% em 2017. A projeção da atividade global está revista em baixa na ordem dos 0,1 pontos percentuais para 2016 e 2017, face às projeções da edição de abril de 2016 (perspetivas da economia mundial – relatório WEO⁴). De forma global, a atividade económica mundial deverá registar um fortalecimento gradual. A saída do Reino Unido da União Europeia marca a concretização dos riscos em sentido descendente que pesam sobre as perspetivas já fracas para a economia mundial. Não obstante a volatilidade dos mercados financeiros mundiais após o referendo no Reino Unido ter sido de curta duração, sendo contida, em parte, pelas expectativas de maior acomodação da política monetária, as perspetivas no Reino Unido deterioraram-se, o que pesa sobre a procura mundial. Além disso, apesar dos sinais preliminares de que a atividade nas economias emergentes de grande dimensão exportadoras de matérias-primas terá já atingido os valores mínimos, os indicadores mundiais tinham apontado para um crescimento mundial modesto antes mesmo do referendo no Reino Unido. Numa análise prospetiva, espera-se que a recuperação continue a ser muito gradual. As políticas acomodatórias deverão apoiar as perspetivas de crescimento nas economias avançadas, ao passo que o abrandamento progressivo das profundas recessões nas economias emergentes de grande dimensão – em particular, na Rússia e no Brasil – deverá impulsionar o crescimento mundial, compensando o abrandamento estrutural na China.

O comércio mundial mantém-se fraco. Fatores adversos cíclicos nas economias emergentes, em especial nas exportadoras de matérias-primas, onde o investimento registou uma contração, pesaram sobre o comércio mundial nos últimos trimestres. Com o desaparecimento gradual destes choques, as importações mundiais deverão registar uma

³ October 2016, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

⁴ April 2016, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

recuperação modesta nos próximos trimestres. No médio prazo, as projeções partem do pressuposto de uma elasticidade do comércio mundial em relação ao crescimento mundial de cerca de 1, ou seja, significativamente inferior aos níveis pré-crise. Espera-se que a procura externa da Zona Euro aumente de 1.6% em 2016 para 2.6% em 2017 e 3.5% em 2018.

As atuais projeções para Zona Euro, recentemente apresentadas pelo Banco Central Europeu (BCE) no relatório⁵ de setembro de 2016, apontam para a continuidade da recuperação da atividade económica, embora com taxas de crescimento ligeiramente mais baixas do que o previsto nas projeções de junho de 2016. Projeta-se que o crescimento das exportações da Zona Euro seja atenuado por uma revisão em baixa substancial da procura externa, relacionada sobretudo com uma procura de importações muito mais fraca no Reino Unido, na sequência do referendo sobre a permanência do país na União Europeia. Contudo, até à data, os resultados do referendo tiveram pouco impacto nos indicadores do sentimento e da incerteza na Zona Euro, deixando as perspetivas de recuperação, em grande medida, intactas. Ao longo do horizonte de projeção, a orientação acomodatória da política monetária, os preços do petróleo ainda relativamente baixos, a melhoria das condições do mercado de trabalho e os progressos na desalavancagem alcançados em todos os setores deverão apoiar o crescimento da procura interna, num contexto de recuperação gradual a nível mundial. Em termos anuais, o produto interno bruto (PIB) real deverá apresentar uma taxa de crescimento de 1,7% em 2016 e de 1,6% em 2017 e 2018.

Espera-se que a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) se situe, em média, em 0,2% em 2016, sendo fortemente atenuada por um contributo negativo da inflação da componente de preços dos produtos energéticos do IHPC relacionado com a anterior queda acentuada dos preços do petróleo. Com o desvanecimento deste efeito no início de 2017, a inflação medida pelo IHPC deverá aumentar consideravelmente, situando-se em 1,2% nesse ano. A recuperação económica em curso e a diminuição da margem disponível deverão contribuir para a subida da inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares

⁵ September 2016, European Central Bank (ECB) Staff Macroeconomic Projections for the Euro Area.

ao longo do horizonte de projeção, o que deverá apoiar um novo aumento da inflação global para 1,6%, em 2018.

Quadro I. Conjuntura internacional

(taxas de variação homólogas)

	Setembro de 2016			Junho de 2016		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
PIB Real Mundial (excluindo a Zona Euro)	3,0	3,5	3,7	3,1	3,7	3,8
Comércio Global (excluindo a Zona Euro) ¹	0,9	2,8	3,7	1,8	3,5	4,0
Procura externa na Zona Euro ²	1,6	2,6	3,5	2,0	3,5	4,0

Nota: As revisões são calculadas através de dados não arredondados.

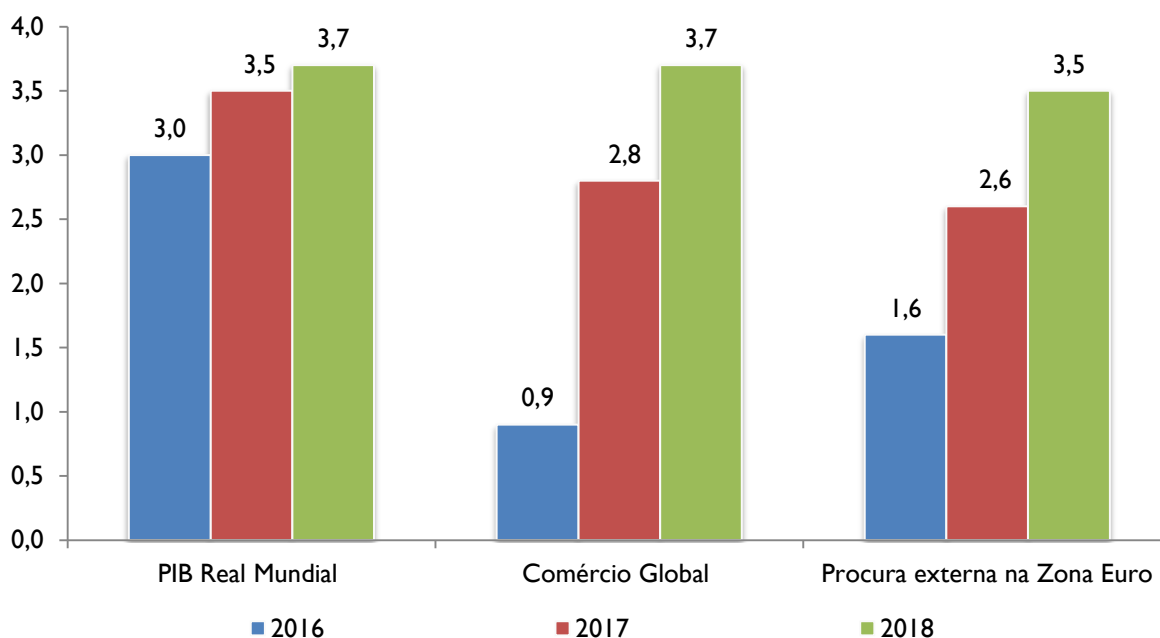
1. Calculado de acordo com a média ponderada das importações.

2. Calculado de acordo com a média ponderada das importações dos parceiros comerciais da Zona Euro.

Fonte: Adaptado do BCE, September 2016, ECB Staff Macroeconomic Projections for the Euro Area.

Gráfico I. Projeção da conjuntura internacional (gráfica)

(taxas de variação homólogas)



Fonte: Banco Central Europeu (BCE)

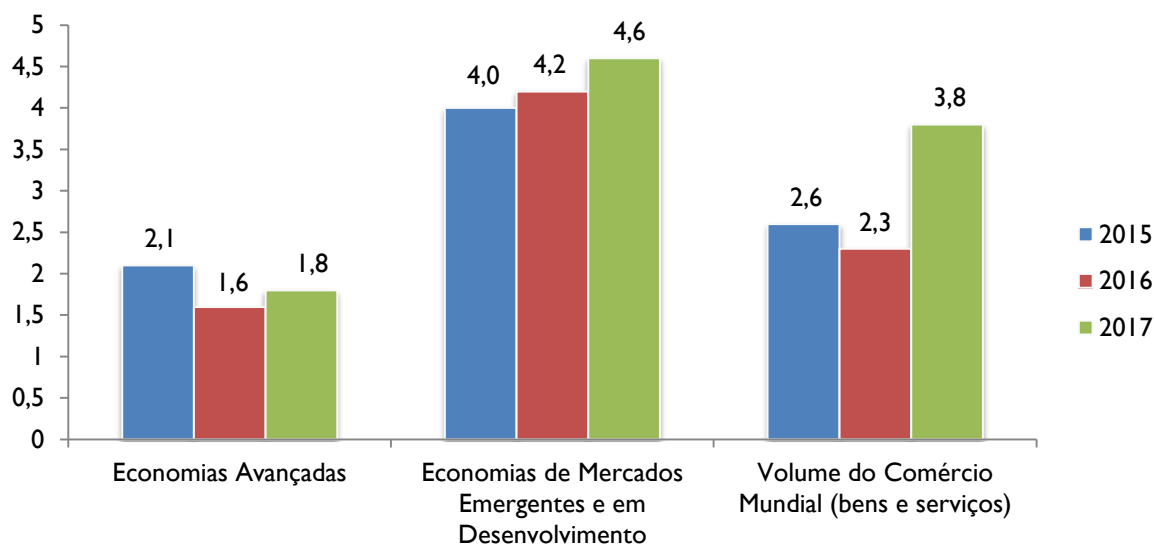
Quadro 2. Projeções do crescimento económico mundial

(variação percentual, salvo indicação em contrário)

	2015	Projeções outubro 2016	
		2016	2017
Economia Mundial	3,2	3,1	3,4
Economias Avançadas das quais:	2,1	1,6	1,8
EUA	2,6	1,6	2,2
Área do Euro, da qual:	2,0	1,7	1,5
Alemanha	1,5	1,7	1,4
França	1,3	1,3	1,3
Itália	0,8	0,8	0,9
Espanha	3,2	3,1	2,2
Reino Unido	2,2	1,8	1,1
Japão	0,5	0,5	0,6
Canadá	1,1	1,2	1,9
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento das quais:	4,0	4,2	4,6
Comunidade de Estados Independentes	-2,8	-0,3	1,4
Rússia	-3,7	-0,8	1,1
Excluindo Rússia	-0,5	0,9	2,3
Economias emergentes e em Desenvolvimento da Ásia	6,6	6,5	6,3
China	6,9	6,6	6,2
Índia	7,6	7,6	7,6
Associação das Nações do Sudeste Asiático	4,8	4,8	5,1
Economias emergentes e em Desenvolvimento da Europa	3,6	3,3	3,1
América Latina e Caraíbas	0,0	-0,6	1,6
Brasil	-3,8	-3,3	0,5
México	2,5	2,1	2,3
Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão	2,3	3,4	3,4
Arábia Saudita	3,5	1,2	2,0
África Subsaariana	3,4	1,6	2,9
Nigéria	2,7	-1,7	0,6
África do Sul	1,3	0,1	0,8
Por memória			
Países em Desenvolvimento e de Baixo Rendimento	4,6	3,7	4,9
Crescimento Mundial com Base no Mercado de Taxas de Câmbio	2,6	2,4	2,8
Volume do Comércio Mundial (bens e serviços)	2,6	2,3	3,8
Importações			
Economias Avançadas	4,2	2,4	3,9
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento	-0,6	2,3	4,1
Preços das Mercadorias (dólares americanos)			
Petróleo	-47,2	-15,4	16,9
Não combustíveis (Média do Peso das Exportações de Mercadorias do Mundo)	-17,5	-2,7	-0,9
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	0,3	0,8	1,7
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento	4,7	4,5	4,4
Taxa Interbancária de Oferta de Londres (percentagem)			
Sobre os Depósitos em Dólares dos EUA (seis meses)	0,5	0,9	1,3
Sobre os Depósitos em Euros (três meses)	0,0	-0,3	-0,4
Sobre os Depósitos em Ienes Japoneses (seis meses)	0,1	0,0	-0,1

Fonte: Adaptado do FMI, October 2016, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

Gráfico 2. Projeção da economia mundial (gráfica)
(taxas de variação homólogas)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

1.2. ENQUADRAMENTO NACIONAL

Segundo o boletim económico⁶ apresentado em junho de 2016 pelo Banco de Portugal (BP), aponta para uma recuperação moderada da atividade económica ao longo do período 2016-2018. O crescimento médio anual do PIB deverá ser de 1,3% em 2016, acelerando para 1,6% em 2017 e diminuindo para 1,5% em 2018, o que implica um nível do PIB no final do horizonte de projeção próximo, mas ainda abaixo, do observado antes da crise financeira internacional em 2008. Esta projeção integra o exercício de projeções do Eurosistema recentemente publicado pelo Banco Central Europeu (BCE) e aponta para os crescimentos no período 2016-2018 ligeiramente abaixo dos projetados para a Zona Euro.

A evolução projetada para a economia portuguesa é marcada por uma recuperação gradual da procura interna, com um crescimento médio anual de 1,7% ao longo do horizonte de projeção. Esta evolução é compatível com a continuação da redução do nível de alavancagem do setor privado, condição indispensável para assegurar um padrão de crescimento sustentável da economia portuguesa nos próximos anos.

⁶ Boletim Económico do Banco de Portugal, junho de 2016

A projeção atual aponta para a continuação da transferência de recursos produtivo para os setores da economia mais expostos à concorrência internacional. O grau de abertura da economia portuguesa deverá continuar a aumentar a partir de 2017, traduzindo um aumento similar do peso das exportações e das importações no PIB. Neste contexto, projeta-se uma aceleração de investimento e das exportações no horizonte de projeção. De referir, que o ritmo projetado de crescimento é inferior ao observado em anteriores fases de recuperação da economia portuguesa, o que tem de ser enquadrado pelos constrangimentos resultantes dos elevados níveis de endividamento público e privado – que também estão a condicionar negativamente a recuperação de outras economias europeias – e pelas fragilidades estruturais da economia portuguesa.

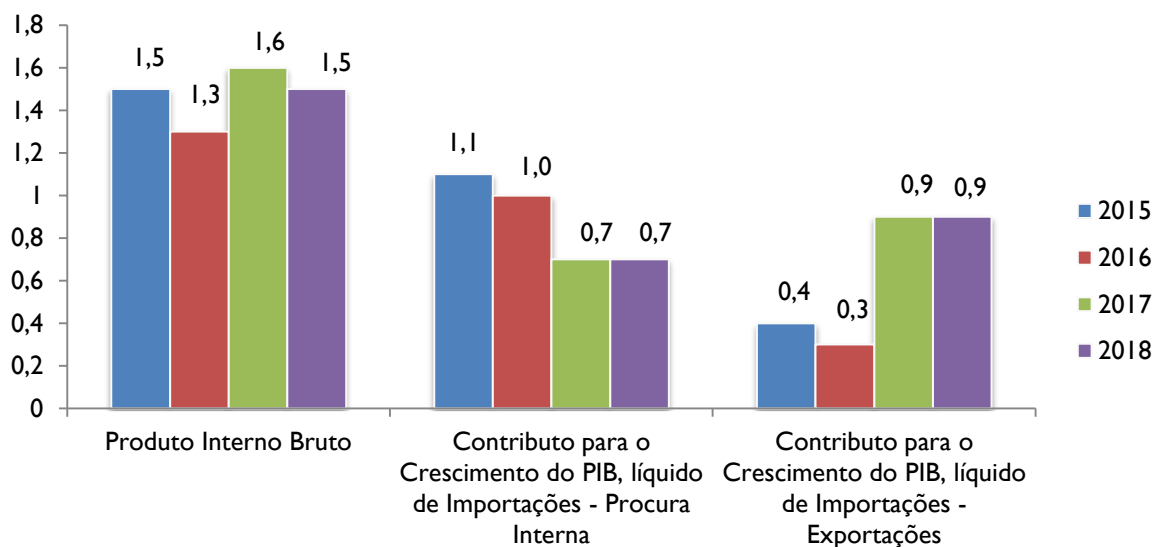
As expetativas de inflação em níveis baixos, espera-se que esta projeção seja consistente com um aumento da inflação ao longo do horizonte de previsão, as expetativas de inflação para o horizonte de um ano, quer em Portugal, quer na Zona Euro interromperam a tendência ascendente registada desde o início de 2015, mantendo-se em níveis significativamente inferiores ao objetivo de estabilidade de preços do BCE.

Quadro 3. Projeções do crescimento económico nacional: 2016-2018
(taxa de variação anual, em %)

	2015	Projeções junho 2016		
		2016	2017	2018
Produto Interno Bruto	1,5	1,3	1,6	1,5
Consumo Privado	2,6	2,1	1,7	1,3
Consumo Público	0,6	1,1	0,4	0,6
Formação Bruta de Capital Fixo	3,9	0,1	4,3	4,6
Procura Interna	2,5	1,8	1,7	1,7
Exportações	5,2	1,6	4,7	4,7
Importações	7,4	2,8	4,9	4,8
Contributo para o Crescimento do PIB, líquido de importações (em %)				
Procura Interna	1,1	1,0	0,7	0,7
Exportações	0,4	0,3	0,9	0,9
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	1,7	1,9	1,6	1,6
Balança de Bens e Serviços (% PIB)	1,7	1,6	1,3	1,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)	0,5	0,7	1,4	1,5

Fonte: Adaptado do Banco de Portugal.

Gráfico 3. Projeção do crescimento económico nacional (gráfica)
(taxas de variação homólogas)



Fonte: Banco de Portugal.

Em 2017 e 2018, o consumo privado deverá crescer aproximadamente em linha com o rendimento disponível das famílias, num quadro de manutenção da recuperação moderada do emprego e de aceleração dos preços no consumidor. No entanto, em 2018 o rendimento disponível das famílias deverá registar um abrandamento, em particular ao nível das remunerações líquidas, atendendo à dissipação do impacto positivo da reposição dos cortes salariais no setor público e da eliminação da sobretaxa ao imposto sobre o rendimento das famílias no período 2015-2017. Neste contexto, ao longo do horizonte de projeção, antecipa-se um aumento da taxa de poupança para valores em torno de 5% (4,2% em 2015), bem como a manutenção de uma capacidade de financiamento face aos restantes setores institucionais.

Em 2018, prevê-se um ligeiro abrandamento da atividade económica, para 1,5%, refletindo essencialmente a evolução da procura interna, nomeadamente a desaceleração do consumo privado.

Ao longo do horizonte de projeção podem ser identificados fatores de risco e incerteza decorrentes quer do enquadramento internacional, quer de fatores internos. No que se refere aos riscos internos, considerou-se a possibilidade de serem necessárias reformas estruturais que favoreçam o investimento em capital físico e humano, a inovação, a

mobilidade de fatores para cumprir os objetivos orçamentais assumidos pelas autoridades nacionais, implicando um menor crescimento da procura interna e da produtividade face ao considerado nas projeções.

Este quadro interage igualmente com a permanência de riscos sobre a estabilidade financeira, que permita assegurar uma diminuição sustentada do nível de dívida pública, que se mantém como uma vulnerabilidade importante da economia portuguesa.

CAPÍTULO II – ANÁLISE DOS RISCOS ORÇAMENTAIS E SITUAÇÃO DAS FINANÇAS LOCAIS

2.1. RISCOS ORÇAMENTAIS RELACIONADOS COM ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Segundo o Relatório da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2017 (RPLOE para 2017)⁷), no ano de 2016, foram introduzidas alterações pontuais ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (doravante designada RFALEI) (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), ao Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designada RJAL) (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), ao Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (doravante designada RJALPL) (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (doravante designada LCPA) (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), bem como à Lei que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro).

As medidas adotadas em 2016, pelo atual Governo, serviram para iniciar o processo de devolução da autonomia às autarquias locais, a consolidar em 2017, num contexto de promoção da sustentabilidade orçamental e do rigor das finanças públicas dos diferentes níveis da Administração do Estado. De igual modo, procurou alargar-se o quadro de ação dos municípios no âmbito do acesso aos fundos europeus, facto que continuará a ser alvo de grande prioridade.

⁷ Outubro de 2017, Relatório da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2017

A execução orçamental verificada em 2016 revela o seguinte:

- A redução do prazo médio de pagamentos dos municípios para 49 dias no apuramento relativo a dezembro de 2015;
- A manutenção da tendência decrescente do stock de pagamentos em atraso, que, em julho de 2016, ascendia a 220,5 milhões de euros, quando, no final de 2015, se cifrava em 243,1 milhões de euros;
- Um aumento da receita efetiva de 11,4 milhões de euros, de janeiro a julho de 2016, face ao mesmo período de 2015, e a diminuição da despesa efetiva em 122,5 milhões de euros, sendo de destacar o aumento da receita fiscal dos municípios em 68,5 milhões de euros.

Da evolução positiva registada, resulta uma melhoria do saldo global, entre janeiro e julho de 2016, em termos homólogos, de 113,9 milhões de euros na administração local.

Ao nível do endividamento, regista-se uma redução da dívida total dos municípios, calculada nos termos da RFALEI, em cerca de 274,3 milhões de euros entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2016.

Até final de agosto de 2016, foram apresentadas 16 candidaturas ao Fundo de Apoio Municipal (municípios que entregaram os Planos de Ajustamento Municipal), cujo financiamento solicitado ascende a 473,8 milhões de euros, tendo sido concedido, após visto do Tribunal de Contas, um financiamento de 16,6 milhões de euros (duas candidaturas). Encontram-se a aguardar o visto do Tribunal de Contas quatro candidaturas.

Quanto aos riscos orçamentais na Administração local, à semelhança de 2016, identificam-se essencialmente os que decorrem:

- Da morosidade da concessão de apoio pelo FAM, cuja regulamentação se encontra em processo de revisão de forma a potenciar a resolução das situações pendentes;
- Da eventual reclassificação das PPP municipais e empresas municipais no subsector em contabilidade nacional.

2.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O RPLOE para 2017 refere que, a Administração Local (AL), em 2016, apresente um excedente orçamental de 918 milhões de euros, que compara com um saldo de 741 milhões de euros, em 2015.

Aquela melhoria do saldo orçamental deve-se, ao crescimento da receita de 3,2%, superior ao da despesa em 1%. Ao nível da receita, destaca-se o aumento da receita fiscal, nomeadamente do IMT em 10,2% e do IMI em 2,7%.

Prevê-se, para 2017, um saldo na AL de 1.020 milhões de euros superior em 102 milhões de euros ao esperado para 2016. Esta trajetória ascendente, resulta de um aumento da receita, superior ao crescimento da despesa (+10 milhões de euros). No que diz respeito às receitas fiscais, prevê-se um decréscimo de 23 milhões de euros, com destaque para a diminuição do IMI (-50 milhões de euros), atenuada, no entanto, pelo crescimento dos restantes impostos diretos e indiretos. O crescimento da receita é explicado pelo acréscimo das transferências do Estado no âmbito do RFALEI e pelo crescimento das transferências da União Europeia.

Em relação à despesa, o aumento previsto assenta no crescimento do investimento em 10%, no âmbito do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, “Portugal 2020”, ou seja, +10,7%.

Quadro 4. Receitas e despesas da AL

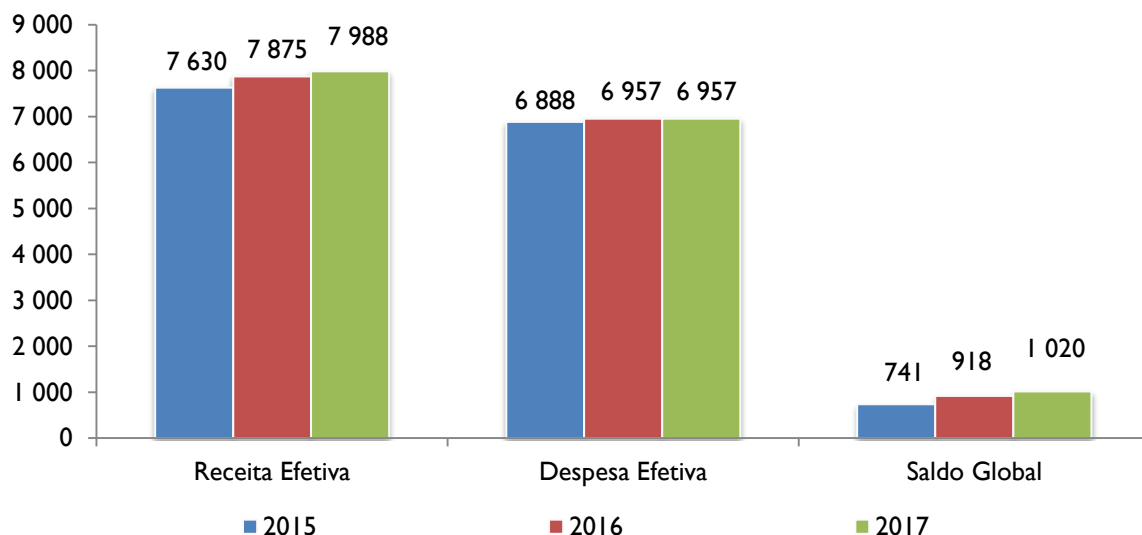
	Milhões de Euros			Variação (M€)	
	2015	2016	2017	2016	2017
Receita Efetiva	7.630	7.875	7.988	245	113
Receita fiscal	2.768	2.894	2.872	126	-23
da qual:					
IMI	1.556	1.598	1.548	42	-50
IMT	583	643	649	60	7
Transferências	3.377	3.504	3.658	127	155
das quais:					
Regime Financeiro das Autarquias Locais	2.474	2.500	2.574	26	74
União Europeia	368	372	412	5	40
Outra receita	1.485	1.477	1.458	-8	-19
Despesa Efetiva	6.888	6.957	6.957	69	10
Despesas com Pessoal	2.481	2.501	2.540	20	38
Aquisição de bens e serviços	2.303	2.301	2.191	-2	-110
Investimento	1.342	1.362	1.498	20	136
Outras	761	793	739	31	-54
Saldo Global	741	918	1.020	176	103

Nota: Os valores da AL incluem municípios e freguesias.

Fonte: Adaptado do Ministério das finanças.

Gráfico 4. Projeção das Receitas e Despesas da AL (gráfica)

(em milhões de euros)



Fonte: Adaptado do Ministério das Finanças

Para que os *stakeholders* (grupos de interesse) possam analisar o gráfico e quadro anteriores com sucesso, importa tecer algumas considerações.

Em relação à receita efetiva e despesa efetiva, estas resultam do somatório das receitas correntes e de capital e ao somatório das despesas correntes e de capital, respetivamente. Quanto ao saldo global, este corresponde à diferença entre a receita efetiva e despesa efetiva.

As transferências do Orçamento do Estado para a AL, ao abrigo do RFALEI, registam um contributo positivo para a variação da receita (+74 milhões de euros).

Quadro 5. Transferências do Orçamento de Estado para a AL

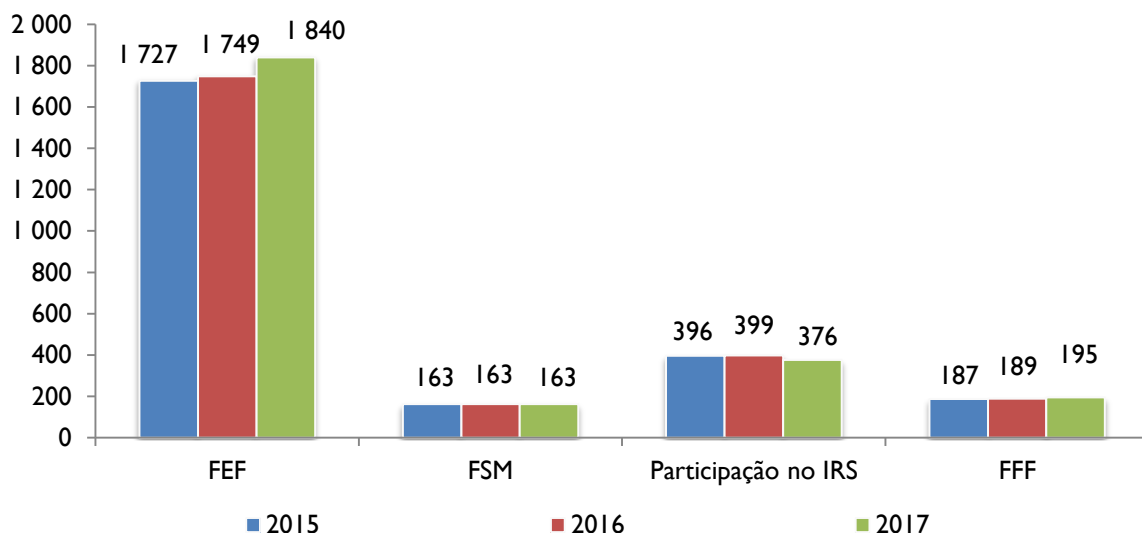
(em milhões de euros)

	2015	2016	2017	Variação Absoluta	
				2016	2017
Regime Financeiro das Autarquias Locais	2.474	2.500	2.574	26	74
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.727	1.749	1.840	22	91
Fundo Social Municipal (FSM)	163	163	163	0	0
Participação no IRS (I)	396	399	376	2	-23
Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)	187	189	195	2	5
Outras	20	22	24	2	2
Total	2.494	2.522	2.597	28	76

(I) Só inclui os municípios do Continente.

Fonte: Adaptado da DGAL.

Gráfico 5. Projeção das Transferências do Orçamento de Estado AL (gráfica)
(em milhões de euros)



Fonte: Adaptado da DGAL.

CAPÍTULO III – OBJETIVOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

3.1. VISÃO

O Município de Armamar pretende ser reconhecido como um concelho “verde”, integrado no Douro património mundial e que preserva as características dos vinhedos e pomares (sendo Armamar a capital da maçã de montanha) e que potencia as margens do Douro para o desenvolvimento turístico e ser alternativa de residência às áreas metropolitanas envolventes e zona de montanha para o aproveitamento das energias renováveis (eólica e hídrica).

3.2. MISSÃO

O Município de Armamar tem como missão tornar o concelho emocionalmente atrativo e dotá-lo de condições que propiciem melhor qualidade de vida aos seus munícipes e cidadãos.

3.3. POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA

O RFALEI, no seu Capítulo IV (artigos 40.º a 47.º) impõe, condicionantes ao processo de elaboração e aprovação das demonstrações previsionais e estabelece os princípios orçamentais previstos na Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho⁸).

Por outro lado, a continuidade da reforma da administração local, regional e central, levada a cabo pelo Governo, deu origem à publicação no Diário da República Eletrónico (DRE), do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio revogar todos os planos de contabilidade setoriais, onde se encontra incluído o POCAL, aplicando-se às Administrações Públicas a partir do dia 01 de janeiro de 2017. Assim, o presente orçamento, foi elaborado tendo presente as regras designadas no SNC-AP. Este normativo estabelece, que as demonstrações previsionais e as demonstrações financeiras previsionais são constituídas pelos seguintes mapas:

- a) O orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual (§46 da NCP 26⁹);
- b) O plano plurianual de investimentos (§46 da NCP 26);
- c) Balanço (§17 da NCP 1¹⁰);
- d) Demonstração dos resultados por natureza (§17 da NCP 1) e;
- e) Demonstração dos fluxos de caixa (§17 da NCP 1).

Note-se, que este normativo contabilístico obriga a preparar um orçamento numa base móvel de cinco anos, assim como a preparação de um balanço, de uma demonstração dos resultados por natureza e de uma demonstração dos fluxos de caixa.

Importa referir, que este normativo contabilístico, nada refere sobre o plano de atividades municipal, apenas dá grande ênfase à contabilidade de gestão (contabilidade de custos), e esta, faz parte integrante de uma das 27 Normas de Contabilidade Pública.

⁸Foi publicada a nova Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro. Importa referir, que grande parte do seu normativo apenas produz efeitos a 12 de setembro de 2018.)

⁹Parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

¹⁰Parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Assim, o plano de atividades municipal deixará de existir a partir do orçamento de 2017, pelo que tais atividades, apenas irão ter destaque, em sede de prestação de contas através da contabilidade de gestão. Esta por sua vez é obrigatória, sendo que a sua implementação ocorrerá a partir de janeiro de 2017.

Apesar do SNC-AP revogar o POCP e todos os planos de contabilidade setoriais, onde se encontra incluído o POCAL, mantém-se em vigor (não revogou) os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, das Considerações Técnicas do POCAL, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

Ainda neste contexto, o manual de implementação do SNC-AP referido no artigo 12.º do Decreto-Lei que aprovou o SNC-AP, foi publicado em junho de 2016, pela Comissão de Normalização Contabilística (doravante CNC), contendo, designadamente, a descrição do processo de transição para o SNC-AP e os guias de orientação para a aplicação das respetivas normas.

Em julho de 2016, foram publicadas no DRE as notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional, aprovadas pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, dando cumprimento ao estipulado n.º 4, artigo 14.º do normativo que aprovou o SNC-AP.

Contudo, a Direção Geral das Autarquias Locais (doravante DGAL), veio a 21 de setembro de 2016, informar que a elaboração do orçamento para 2017 seria em POCAL, sendo que a partir de 01 de janeiro de 2017 o orçamento era ajustado em sede de execução para os modelos de reporte previstos no SNC-AP.

Note-se, a 21 de setembro de 2016 já estávamos a elaborar o orçamento para 2017 em SNC-AP, respeitando a legislação vigente e o calendário aprovado para o efeito pela assembleia municipal de Armamar.

No entanto, até porque é público que estará iminente a produção de efeitos do designado “Decreto-Lei n.º 383/2016” que versará sobre o adiamento da entrada em vigor do SNC-AP, deu-se continuidade ao trabalho em curso e passou a fazer parte do “caderno de encargos” a introdução de ajustamentos para os documentos na sua versão final cumprirem as normas de antes de o serem já eram.

Nesse contexto, apresentam-se também em POCAL as demonstrações previsionais para 2017, com o objetivo de facilitar a leitura e interpretação pelos *stakeholders* (grupos de interesse), reforçando a transparência.

O RFALEI deve ser conjugado RJAL, de forma a materializar as atribuições do Município nos domínios que este regime jurídico lhe confere.

Na elaboração do presente Orçamento, tiveram presentes os regras previsionais, consagrados no ponto 3.3 da Considerações Técnicas do POCAL, na Norma de Contabilidade Pública 26 do SNC-AP, assim como as regras orçamentais determinadas nos artigos 40.º a 46.º da RFALEI.

Ora, com fundamento numa gestão equilibrada e face à necessidade de nivelar o orçamento em função da receita a arrecadar, que essa gestão se materializa. Aliás, a maior fonte de receita dos orçamentos municipais, ao qual este não foge à regra, emerge das transferências do Orçamento do Estado numa base de perequação financeira, nomeadamente em termos de equilíbrio entre Estado e Municípios, seja numa perspetiva vertical, seja numa perspetiva horizontal.

Na atual data, ainda não foi publicada a regulamentação prevista no artigo 47.º do RFALEI.

O valor global do orçamento é de 10.620.540,00 EUR. Este teve presente, o rigor e a preocupação de ser ajustado à receita arrecadada, em estrito cumprimento com o referido no artigo 64.º da LOE de 2016.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) continuam a ser identificadas e caracterizadas as ações, atividades e projetos com que cada Competência Organizacional contribui para a prossecução dos objetivos constantes no Mapa Estratégico do Município de Armamar, com um horizonte temporal que se estenderá até 2021.

Para este efeito, visando adaptar o Município aos novos requisitos legais e estruturais e garantir a gestão equilibrada dos recursos, e sem prejuízo das boas práticas já implementadas no Município, assume especial importância o trabalho que internamente está a ser desenvolvido nos seguintes domínios:

- Definir objetivos a médio e curto prazo;

- Elaborar o plano plurianual de investimentos, orçamento e plano orçamental plurianual;
- Definir as competências organizacionais;
- Implementação de forma integrada do *Scorecard* orientado a competências organizacionais, SIADAP, da CAF/EFQM e outros referenciais,
- Implementação do SIADAP 1, 2 e 3 de forma integrada e justa e obtendo o acordo de todos;
- Definição dos objetivos individuais não partilhados para uma eficaz responsabilização e motivação;
- Definição dos objetivos individuais a partir dos organizacionais;
- Melhoria da eficiência e redução de custos;
- Apoio à mobilidade interna;
- Otimização do uso das TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Auditoria e controlo interno; e
- Modelo de melhoria contínua integrado e com mudança de comportamentos efetiva.

Não obstante o referido, atentas as ações entretanto já desenvolvidas, designadamente ao nível da elaboração do Mapa Estratégico, a definição dos projetos, programas e ações para 2017, na medida possível, tem subjacente aquele referencial estratégico.

Para finalizar, foi ainda publicado no DRE, a nova Lei de Enquadramento Orçamental (doravante LEO), aprovado pelo Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que veio revogar a anterior LEO, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e ulteriores alterações. De referir, que os artigos 3.º e 20.º a 76.º da nova LEO, entram em vigor no dia 12 de setembro de 2018. Até à produção de efeitos daqueles artigos, mantêm-se em vigor as normas da anterior LEO, relativas ao processo orçamental, ao conteúdo e estrutura do Orçamento do Estado, à execução orçamental, às alterações orçamentais, ao controlo orçamental e responsabilidade financeira, ao desvio significativo e mecanismo de correção, às contas, à estabilidade orçamental, às garantias da estabilidade orçamental, bem como às disposições finais.

As Grandes Opções do Plano (GOP'S) para 2017, integram as medidas de política e de investimentos que contribuem para as concretizar.

As GOP's refletem também, a coordenação de políticas que se impõe para execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

Note-se, que o executivo optou por manter inalteráveis as linhas de orientação estratégica para o ano de 2017, por um lado porque se avizinha o fim de mais um mandato (fim do atual ciclo), por outro fruto do cumprimento de determinadas metas já referidas.

Posto isto, no subcapítulo seguinte, serão explanadas aquelas que serão as grandes linhas orientadoras (Grandes Opções do Plano) do Executivo para o próximo ano e seguintes.

3.3.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS OU ESTRUTURAIS

Na sequência da definição estratégica, voltada para a promoção do desenvolvimento local, apresenta-se o modelo estratégico orientado para os seguintes objetivos, atendendo à sua prioridade:

1. Aumentar o financiamento através de receitas próprias;
2. Contribuir para o desenvolvimento da forte componente turística do Concelho;
3. Reduzir as despesas correntes;
4. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes;
5. Contribuir para uma gestão sustentável dos recursos naturais e energéticos;
6. Promover a rentabilidade do território agrícola;
7. Contribuir para a realização socioprofissional dos colaboradores.

A Câmara Municipal mantém-se consciente da necessidade de assumir desafios, sérios e responsáveis, que sirvam de alavanca para a promoção do desenvolvimento local, em conjunto com todos os intervenientes nos diversos eixos de atuação municipal, apelando e valorizando a capacidade do empreendedorismo, ações de âmbito social, nomeadamente a nível educativo cultural e desportivo. Embora o contexto económico-financeiro seja de dificuldades financeiras, há a preocupação de gerir de forma rigorosa e eficiente todos os recursos disponíveis de modo a obter um maior aproveitamento/rendibilidade dos mesmos.

Para a concretização destes objetivos organizacionais ou de estrutura serão desenvolvidas medidas no âmbito das competências municipais, designadamente administrativas, sociais, económicas entre outras.

3.3.2 OBJETIVOS OPERACIONAIS

Para se alcançar com sucesso os objetivos estratégicos ou de estrutura são necessários que estes estejam alinhados com os seguintes objetivos operacionais:

1. Incentivar o empreendedorismo;
2. Garantir uma adequada perceção da qualidade dos serviços da Câmara Municipal;
3. Aumentar a adesão dos cidadãos / Empresas, Cooperação e Associações Empresariais às iniciativas da Câmara Municipal;
4. Assegurar maior contributo das Associações Culturais, Recreativas, Desportivas e apoio social /IPSS para a estratégia da Câmara Municipal;
5. Conseguir uma maior prioridade junto da Administração Central para os projetos da Câmara Municipal;
6. Melhorar o alinhamento da estratégia dos fornecedores estratégicos/empresas participadas com os interesses da Câmara Municipal;
7. Melhorar a articulação das Entidades Envolvidas na Proteção Civil com a Câmara Municipal;
8. Melhorar a articulação do Agrupamento de Escolas com a Câmara Municipal;
9. Sensibilizar os cidadãos / Empresas, Cooperação e Associações Empresariais para um comportamento mais cívico;
10. Melhorar a cooperação da rede social/ CPCJ com a Câmara Municipal;
11. Melhorar o alinhamento das Associações de Municípios/ CIM com a estratégia da Câmara Municipal;
12. Melhorar o alinhamento das Juntas de Freguesia com a estratégia da Câmara Municipal;
13. Aumentar a motivação dos colaboradores;

14. Melhorar a eficácia na gestão dos recursos do município.

CAPÍTULO IV – ELEMENTOS COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

4.1. RELAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Nos termos no disposto na alínea a), n.º I do artigo 46.º do RFALEI, o orçamento municipal deve incluir a identificação e descrição das responsabilidades contingentes. Estas são entendidas, como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo do Município, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- a) Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- b) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Assim, dada a referida obrigatoriedade, indica-se a relação das responsabilidades contingentes do Município de Armamar.

Quadro 6. Responsabilidades contingentes

(Unidade: Euro)

N.º Processo	Tipo de Ação	Montante
304/13.2BEVIS	Ação Administrativa Comum	22.999,19
720/15.5BEVIS	Ação Administrativa Especial	87.496,78
117/16.0BEVIS	Ação Administrativa	12.102,38
210/16.9T8LMG	Ação Comum	13.970,00
Total		136.568,35

Fonte: Elaboração própria.

4.2. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do disposto no n.º 3, artigo 42.º do RFALEI, o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais ascende a:

Quadro 7. Compromissos Plurianuais

(Unidade: Euro)

Ano	Total de Compromissos Plurianuais
2017	1.362.562,61
2018	1.178.202,87
2019	1.067.808,30
2021 e seguintes (acumulado)	2.681.352,86
Total Global	6.289.926,64

Fonte: Elaboração própria.

4.3. MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

Nos termos do disposto na alínea c), n.º 2, artigo 46.º do RFALEI, apresentam-se as entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

Quadro 8. Lista de entidades participadas

(Unidade: Euro)

N.º	Designação	NIPC	Capital Social (€)	Valor da Participação (€)	Percentagem Detida
1	Armamar Viva, S.A.	508797306	50.000,00	24.500,00	49,00%
2	Águas do Norte, S.A.	513606084	151.776.923,00	118.386,00	0,078%
3	RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	509143059	8.000.000,00	28.800,00	0,36%

Fonte: Elaboração própria.

4.4. QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL 2017-2021

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 41.º do RFALEI determinam que a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e este consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL).

Não obstante, determina o artigo 47.º do RFALEI que: *“os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo”, onde se inclui o e o Quadro de Médio Prazo das Finanças da Autarquia Local “são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja até 3 de janeiro de 2014.*

Assim, considerando que a aludida regulamentação não foi ainda publicada e, dado que se desconhecem os elementos que devem constar do QPPO, foi entendimento do Município, preparar aquele quadro para o exercício de 2016, visto ser um elemento imperativo do RFALEI.

Ora, o QPPO que a seguir se apresenta (quadro 9), contém os limites da despesa efetiva para o período de 2016 a 2019.

Os limites de despesa referentes ao período de 2017 a 2019 são indicativos.

Sem prejuízo da manutenção dos valores anuais de despesa, podem os limites de despesa por agrupamento constantes do quadro 9 ser objeto de modificação, em virtude de alterações orçamentais decorrentes da utilização da dotação previsional.

Quadro 9. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2017-2021
(discriminado por rubrica orçamental)

(Unidade: Euro)

Descrição	2017	2018	2019	2020	2021
Receitas por Rubrica					
Receita Corrente	7 486 323,00	7 159 188,00	7 183 919,00	7 179 130,00	7 185 646,00
R1 - Receita Fiscal	817 460,00	630 735,00	652 525,00	646 355,00	650 620,00
R2 - Contribuições para Sistemas de Proteção Social e Subsistemas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	197 990,00	187 100,00	188 225,00	187 650,00	187 850,00
R4 - Rendimentos da Propriedade	213 495,00	214 080,00	215 895,00	217 850,00	219 900,00
R5 - Transferências Correntes	5 160 248,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00
R6 - Venda de Bens e Serviços	1 065 610,00	948 370,00	948 371,00	948 372,00	948 373,00
R7 - Outras Receitas Correntes	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00
Receita de Capital	2 290 717,00	1 207 800,00	791 258,00	791 258,00	791 258,00
R8 - Vendas de Bens de Investimento	301 500,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00
R9 - Transferências de Capital	1 967 067,00	884 700,00	468 158,00	468 158,00	468 158,00
R10 - Outras Receitas de Capital	600,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R11 - Reposições não Abatidas aos Pagamentos	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00
Receita Efetiva	9 777 040,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
Receita não Efetiva	843 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 - Receita com Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 - Receita com Passivos Financeiros	843 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Total	10 620 540,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
Despesas por Rubrica					
Despesa Corrente	6 864 150,00	6 768 817,00	6 813 401,00	6 814 195,00	6 801 470,00
D1 - Despesas com o Pessoal	3 161 652,00	3 187 800,00	3 253 875,00	3 273 895,00	3 278 875,00
D2 - Aquisição de Bens e Serviços	3 133 775,00	3 036 945,00	3 036 945,00	3 036 945,00	3 036 945,00
D3 - Juros e Outros Encargos	138 848,00	114 197,00	92 706,00	73 480,00	55 775,00
D4 - Transferências Correntes	301 985,00	301 985,00	301 985,00	301 985,00	301 985,00
D5 - Subsídios	76 500,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00
D6 - Outras Despesas Correntes	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00
Despesa de Capital	2 378 532,00	865 124,00	423 453,00	412 479,00	426 209,00
D7 - Investimento	2 251 987,00	762 094,00	317 933,00	393 944,00	426 209,00
D8 - Transferências de Capital	126 545,00	103 030,00	105 520,00	18 535,00	0,00
D9 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Efetiva	9 242 682,00	7 633 941,00	7 236 854,00	7 226 674,00	7 227 679,00
Despesa não Efetiva	1 377 858,00	733 047,00	738 323,00	743 714,00	749 225,00
D10 - Despesas com Ativos Financeiros	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00
D11 - Despesas com Passivos Financeiros	1 325 376,00	680 565,00	685 841,00	691 232,00	696 743,00
Despesa Total	10 620 540,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
Saldo Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Global	534 358,00	733 047,00	738 323,00	743 714,00	749 225,00
Despesa Primária	8 361 135,00	7 519 744,00	7 144 148,00	7 153 194,00	7 171 904,00
Saldo Corrente	622 173,00	390 371,00	370 518,00	364 935,00	384 176,00
Saldo de Capital	-155 129,24	342 676,00	367 805,00	378 779,00	365 049,00
Saldo Primário	673 206,00	847 244,00	831 029,00	817 194,00	805 000,00

Fonte: Elaboração própria.

PARTE II – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR

CAPÍTULO I – NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

I.1. ARTICULADO DAS MEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

NOTA INTRODUTÓRIA

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, determinam a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

Torna-se assim necessário, estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

Assim, nos termos do disposto na alínea d), n.º I, artigo 46.º do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e ulteriores alterações é elaborado o presente articulado, contendo as medidas para a execução orçamental, dos documentos previsionais para o exercício de 2017.

CAPÍTULO I ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS

Artigo 1.º

Definição e objeto

O presente articulado estabelece regras e procedimentos complementares necessários à execução do orçamento em conformidade com a alínea d), n.º I, artigo 46.º do RFALEI e em reforço das disposições constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do referido RFALEI, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ulteriores

alterações (doravante designada Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, Código dos Contratos Públicos e Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2017, atentos aos objetivos de rigor e contenção orçamental.

Artigo 2.º

Execução orçamental

- I. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á atender aos princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria.
2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à LCPA. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
 - a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos de exercícios anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
 - b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
 - c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados em anos anteriores.

Artigo 3.º

Modificações ao orçamento e às grandes opções do plano

O Presidente da Câmara Municipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro,

no cumprimento estrito do disposto no ponto 8.3.I. do POCAL, no ponto 4.26.12.2 da Norma de Contabilidade Pública 26 do SNC-AP e das competências dos órgãos municipais estabelecidas no Anexo I da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e ulteriores alterações (doravante designada RJAL).

Artigo 4.º

Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar pela unidade responsável pela gestão financeira.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a unidade responsável pela gestão do expediente.
3. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para unidade responsável pela gestão do expediente, no prazo máximo de 1 dia útil.
4. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
5. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 2 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
6. Os documentos relativos a despesas referentes às situações descritas nos n.ºs 4 e 5 devem ser acompanhados de nota justificativa suficientemente detalhada para caracterizar e fundamentar a natureza excecional da mesma.
7. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são os constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 5.º

Gestão dos bens móveis e imóveis do Município

1. A Gestão do património municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 6.º

Gestão de stocks

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.
3. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta ou outras atividades municipais, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam.
4. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da Gestão de Stocks, constam da Norma de Controlo Interno.

CAPÍTULO II
RECEITA ORÇAMENTAL

SECÇÃO I
PRINCÍPIOS

Artigo 7.º

Princípios gerais para arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrado para além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelos correspondentes artigos do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
4. Em conformidade com o n.º I do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto, poderá proceder-se à atualização do valor das taxas com base no indexante regulamentarmente previsto.
5. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Município relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica à unidade responsável pela gestão financeira.

SECÇÃO II
ENTREGA DAS RECEITAS COBRADAS

Artigo 8.º

Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.

2. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.
3. Quando se trate de cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro (posto de cobrança externo), a receita deverá ainda ser depositada diariamente pelos serviços na agência bancária mais próxima do local de cobrança, sendo o número de conta indicado pela Tesouraria.
4. Nos casos referidos no n.º 2 deverá a Tesouraria remeter à unidade responsável pela gestão financeira, os documentos referidos em 3, para contabilização.

SECÇÃO III **ISENÇÕES E REDUÇÕES**

Artigo 9.º

Isenções e reduções de taxas

1. No exercício económico de 2017, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei RJAL, é fixado o valor de 5.000,00 EUR como limite à despesa fiscal.
2. Até ao limite fixado no n.º anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidas nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º RJAL.
3. As isenções ou reduções concedidas a favor de pessoas singulares ou coletivas dos sectores privado, cooperativo e social, bem como das entidades públicas fora do perímetro do sector das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, é considerada um benefício concedido para efeitos do Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, sem prejuízo do artigo 3.º do mesmo diploma, e concorre para o cômputo dos demais benefícios concedidos em numerário e ou em espécie.

CAPÍTULO III
DESPESA ORÇAMENTAL

SECÇÃO I
PRINCÍPIOS E REGRAS

Artigo 10.º

Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no POCAL, e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, constantes do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e ulteriores alterações.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
 - d) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizando de três meses, de igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.
4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o

- saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
 6. Tendo em vista o pagamento dos encargos assumidos por conta do orçamento do ano em prazo exequível, fica a unidade responsável pela gestão financeira autorizada a definir uma data limite para apresentação das requisições externas para aquisição de bens e serviços e para a receção das faturas.

Artigo 11.º

Tramitação dos processos de despesa

1. Em 2017 os serviços responsáveis devem utilizar obrigatoriamente a plataforma eletrónica para todas as aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não.
2. A aplicação do número anterior poderá ser dispensada quando seja adotado o procedimento de ajuste direto simplificado.
3. Em cada requisição apresentada deve estar justificada a necessidade de realização da despesa.
4. Cumpre à unidade responsável pelo aprovisionamento realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os demais serviços.
5. Para efeitos do referido no número anterior cada unidade, ou equiparada, responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens ou serviços a adquirir, as quais constarão do caderno de encargos a elaborar pela unidade responsável pelo aprovisionamento, sendo o caderno de encargos das empreitadas, elaborado pela unidade responsável pelas obras públicas.
6. O Júri dos procedimentos deve integrar pelo menos 1 elemento da unidade responsável pelo aprovisionamento.

7. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), todos os serviços municipais devem comunicar à Unidade responsável pelo aprovisionamento, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

Artigo 12.º

Gestão de contratos

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete a cada umas das unidades requisitantes a gestão dos contratos em vigor.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada unidade deve:
 - a) Nomear os gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;
 - b) Responder no prazo máximo de 5 dias aos inquéritos de qualidade do serviço enviados pela unidade responsável pelo aprovisionamento.
 - c) As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas à unidade responsável pelo aprovisionamento para que esta assegure a competente análise e tramitação adequada.

Artigo 13.º

Conferência e registo da despesa

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados pela unidade responsável pela gestão financeira.

Artigo 14.º**Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal**

1. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.
2. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na unidade responsável pela gestão financeira até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
3. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.
4. A Unidade responsável pelos recursos humanos deve enviar mensalmente à unidade responsável pela gestão financeira a distribuição das despesas com pessoal pelos respetivos serviços.

SECÇÃO II**AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTOS****Artigo 15.º****Competências**

1. São competentes para autorizar despesas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando digam respeito à execução do orçamento da Câmara Municipal, as seguintes entidades:
 - a) Até 149.639,47 EUR, o Presidente de Câmara;
 - b) Sem limite, a Câmara Municipal.
2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Anexo I do RJAL, autorizar a realização de despesas orçamentadas, independentemente do valor, relativas ao orçamento de funcionamento da Assembleia Municipal, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente da entidade que as autorizou, é do Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea h) do n.º I do artigo 35.º do Anexo I do RJAL.

Artigo 16.º

Apoios a entidades terceiras

Os apoios a entidades terceiras, excluindo freguesias, que se traduzam na redução do preço de prestações de serviços e/ou na cedência de recursos humanos ou patrimoniais carecem de proposta fundamentada do Presidente da Câmara, Vereador ou unidade orgânica competente e de informação financeira prévia que a submeterá à decisão do Presidente da Câmara e submissão, para aprovação, à Câmara Municipal nos termos da alínea u) do n.º I do artigo 33.º do Anexo I do RJAL.

Artigo 17.º

Apoios às competências materiais dos órgãos das Freguesias

- I. Durante o exercício de 2017, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º I do artigo 25.º do Anexo I da RJAL, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no artigo 16.º do mesmo diploma:
 - a) Em numerário até ao limite constante das grandes opções do plano;
 - b) Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.
2. A concessão do apoio referido no número anterior carece de pedido fundamentado da Freguesia e de informação financeira prévia da unidade responsável pela gestão financeira, que submeterá à decisão do Presidente da Câmara.

Artigo 18.º**Assunção de compromissos plurianuais**

I. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º I do artigo 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da LCPA e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é concedida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 EUR em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos.

Artigo 19.º**Autorizações assumidas**

I. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
- g) Água, energia elétrica, gás;
- h) Comunicações telefónicas e postais;

- i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

SECÇÃO III

PROCEDIMENTOS E REGRAS ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA

Artigo 20.º

Equipamentos e soluções informáticas

1. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para unidade responsável pela gestão do parque informático, a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas.
2. Os procedimentos de negociação ficam centralizados na unidade responsável pelo aprovisionamento, com base nos requisitos técnicos definidos pela unidade responsável pela gestão do parque informático.

Artigo 21.º

Seguros

1. Cabe à unidade responsável pelo aprovisionamento desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros do Município.
2. Os serviços municipais devem encaminhar àquela unidade as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início de vigência da apólice pretendida.
3. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados no prazo de dois dias úteis à corretora a indicar pela unidade responsável pelo aprovisionamento.
4. Sempre que das informações constantes de um processo de sinistros se conclua pela negligência ou qualquer outro facto associado à não intervenção atempada dos serviços, (por exemplo, deficiente estado de conservação, reparação ou sinalização da via pública), deverão os responsáveis máximos desses serviços instaurar processo formal de

averiguações, a fim de corrigir disfuncionalidades, apurar responsabilidades e, eventualmente, ressarcir o cofre municipal dos prejuízos causados.

Artigo 22.º

Despesas de deslocação

1. A utilização de viatura própria carece sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara, nos termos definidos no Regulamento Interno de Uso de Veículos.
2. Aquando da elaboração da requisição para deslocações que contemplem estadia, tem de ser identificado o local preciso de destino para facilitar a escolha da localização de alojamento.
3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 5 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.

Artigo 23.º

Reposições ao Município

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:
 - a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;
 - b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.
3. Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 30% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

Artigo 24.º**Despesas de representação**

As despesas relativas a encargos de representação e aquisição de bens para oferta carecem de autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara.

SECÇÃO IV**CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS E PROTOCOLOS****Artigo 25.º****Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos**

1. Compete ao dirigente da unidade responsável pelo aprovisionamento a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.
2. Compete à unidade responsável pela gestão financeira a remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, dos contratos celebrados pelo Município, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 agosto, na sua redação atual.

Artigo 26.º**Contratos de cooperação e contratos interadministrativos**

1. Os contratos de cooperação e contratos interadministrativos que configurem responsabilidades financeiras para o Município, deverão obter o prévio parecer da unidade responsável pela gestão financeira para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à unidade responsável pela gestão financeira proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos protocolos e contratos interadministrativos referidos no ponto anterior.

Artigo 27.º**Contratos de tarefa e avença**

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos na rubrica orçamental D11 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual.
3. Os restantes contratos que, em nome individual, têm carácter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos na rubrica orçamental D2.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28.º

Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara, sem prejuízo das competências materiais dos Órgãos do Município.

PARTE III – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Propõe-se a aprovação destes elementos e a autorização para submissão à apreciação e votação do órgão deliberativo do município de Armamar:

1. As Demonstrações Previsionais e as Demonstrações Financeiras Previsionais para o exercício de 2017;
2. Pedido de autorização para a consulta e contratação de empréstimo a Curto Prazo nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do RFALEI, até ao montante de 350.000,00 EUR;
3. Pedido de autorização para a consulta e contratação de empréstimo a Médio e Longo Prazo nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do RFALEI, até ao montante de 493.500,00 EUR, com o objetivo de financiar os seguintes investimentos:
 - a) Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa no valor de 40.000,00 EUR;
 - b) Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais do município de Armamar: Folgosa, Lapinha e Vacalar no valor de 140.000,00 EUR;
 - c) Recuperação/reconstrução da E.M. 313 localizada na freguesia de Aldeias no valor de 45.000,00 EUR;
 - d) Recuperação/reconstrução da E.M. 1100 localizada na união de freguesias de Vila Seca e Santo Adrião no valor de 37.500,00 EUR;
 - e) Recuperação/reconstrução da variante Hernâni Almeida localizada na freguesia de Folgosa no valor de 13.000,00 EUR;
 - f) Recuperação/reconstrução da E.M. 313 localizada na torre da freguesia de São Cosmado no valor de 12.000,00 EUR;
 - g) Recuperação/reconstrução da E.M. 313 localizada em Contim da freguesia de São Cosmado no valor de 60.000,00 EUR;
 - h) Recuperação/reconstrução da E.M. 313 localizada na freguesia de Fontelo no valor de 7.500,00 EUR;

- i) Valorização dos modos suaves (bicicleta e pedonal) nas deslocações de proximidade no valor de 43.500,00 EUR;
- j) Eletrificação da Avenida Ribeiro de Almeida no valor de 50.000,00 EUR;
- k) Instalação de ecopontos na vila de Armamar no valor de 45.000,00 EUR.

TERMO DE ENCERRAMENTO

APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO

Pelo exposto, as Demonstrações Previsionais para o exercício de 2017, importam tanto na receita como na despesa, no total de dez milhões seiscentos e vinte mil quinhentos e quarenta euros (10.620.540,00 EUR), e foram aprovados por maioria, pelo órgão executivo colegial, de harmonia com o disposto na alínea c), n.º I, artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e ulteriores retificações e alterações, na reunião realizada em 31 de outubro de 2016, para serem presentes à Assembleia Municipal.

O Órgão Executivo Colegial

O Presidente:

Os Vereadores:

(O presente documento, contém assinaturas eletrónicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros do Órgão Executivo Colegial, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 09 de Abril.)

APROVADO PELO ÓRGÃO DELIBERATIVO

As Demonstrações Previsionais para o exercício de 2017 que antecedem, foram presentes e submetidos sob proposta, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em 30 de novembro de 2016 tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pelos elementos da mesa, que abaixo assinam.

O Órgão Deliberativo

O Presidente:

Primeiro Secretário:

Segundo Secretário:

(O presente documento, contém assinaturas eletrônicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros da mesa do Órgão Deliberativo, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 09 de Abril.)

PARTE IV – LISTA DE ANEXOS

CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS RUBRICAS ECONÓMICAS DO ORÇAMENTO DA DESPESA

MAPA DE EMPRÉSTIMOS

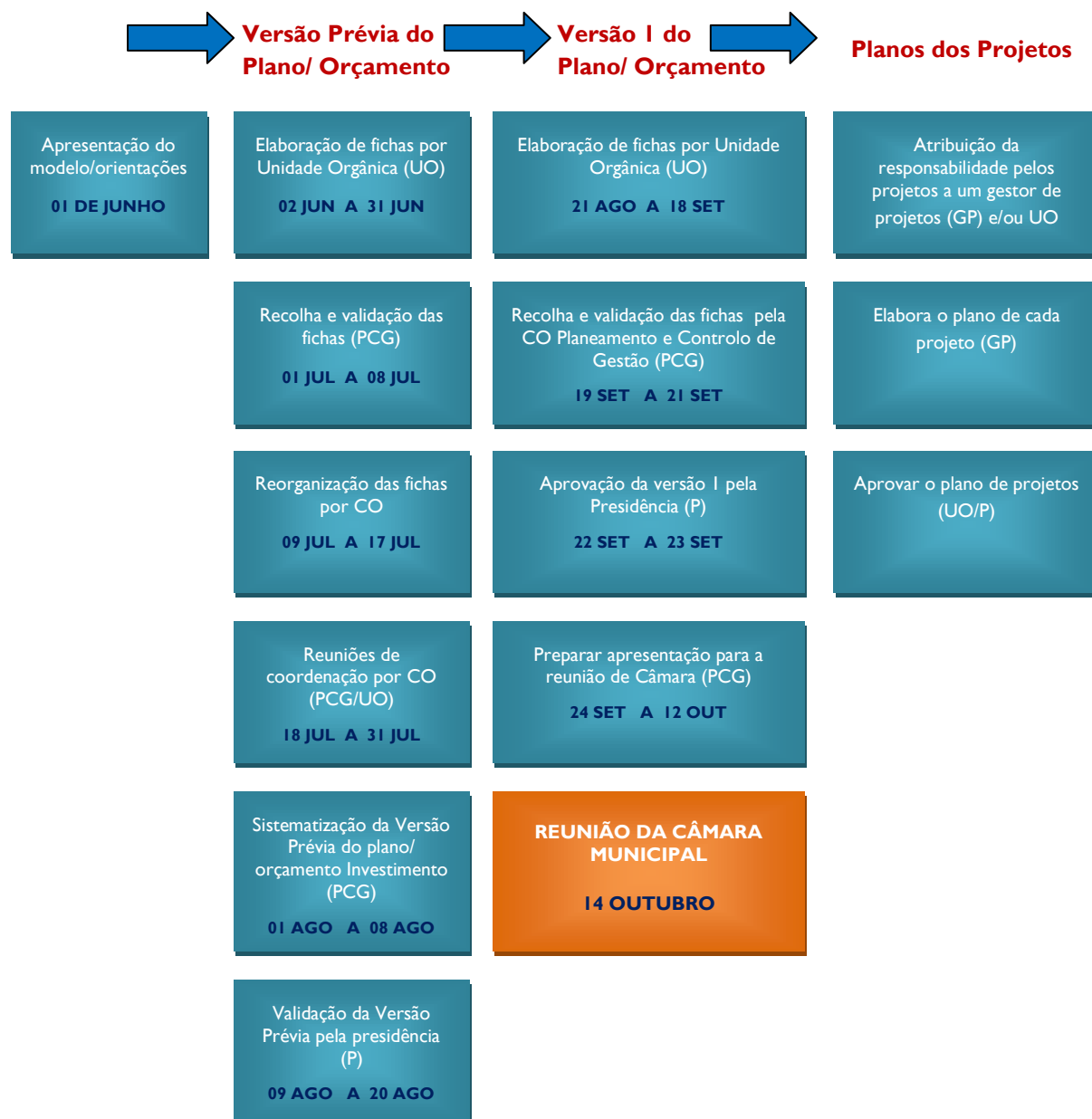
DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS NO ÂMBITO DO SNC-AP:

1. RESUMO DO ORÇAMENTO, ENQUADRADO NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL
2. RESUMO DA RECEITA E DA DESPESA, ENQUADRADO NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL
3. ORÇAMENTO DA RECEITA, ENQUADRADO NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL
4. ORÇAMENTO DA DESPESA, ENQUADRADO NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL
5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)
6. BALANÇO
7. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
8. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS NO ÂMBITO DO POCAL:

1. RESUMO DO ORÇAMENTO
2. RESUMO DA RECEITA E DA DESPESA
3. ORÇAMENTO DA RECEITA
4. ORÇAMENTO DA DESPESA
5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018



NOTAS EXPLICATIVAS

- 1) **«01.01.01 Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos»** Despesas com remunerações dos membros da câmara municipal, nos termos do n.º 2, artigo 6.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e ulteriores alterações.
- 2) **«01.01.04.01 Pessoal em funções»** Despesas com remunerações do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado (Ex: Antigo pessoal dos quadros), nos termos do disposto no n.º 1, artigo 150.º, da Lei 35/2014, 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LGTFP).
- 3) **«01.01.04.02 Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório»** Despesas com alterações de posicionamento remuneratório do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado consideradas obrigatórias, nos termos do artigo 156.º da LGTFP, conjugada com a Lei do Orçamento de Estado (LOE) para cada ano, e Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, que adapta o SIADAP à Administração Local. **Nota:** Nos termos do disposto no artigo 31.º da LGTFP, quando não seja utilizada a totalidade das verbas orçamentais da presente rubrica, a parte remanescente acresce à rubrica «01.02.13.01 Prémios de desempenho». No decurso da execução orçamental, os montantes orçamentados na presente rubrica, não podem ser utilizados para suprir eventuais insuficiências orçamentais (modificação orçamental da despesa) no âmbito das restantes despesas com pessoal.
- 4) **«01.01.04.04 Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho»** Despesas relacionadas com o preenchimento de novos postos de trabalho no ano da sua contratação (pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado), nos termos do artigo 30.º, da LGTFP conjugada com a LOE para cada ano.
- 5) **«01.01.06.01 Pessoal em funções»** Despesas com remunerações do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo (Ex: Antigo pessoal contratado), nos termos do disposto no n.º 1, artigo 150.º da LGTFP.
- 6) **«01.01.06.04 Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho»** Despesas relacionadas com o preenchimento de novos postos de trabalho no ano da sua contratação (pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício

de funções públicas a termo resolutivo), nos termos do disposto no artigo 30.º da LGTFP, conjugada com a LOE para cada ano.

- 7) **«01.01.07 Pessoal em regime de tarefa ou avença»** Despesas assumidas e pagas a prestadores de serviços – tarefa e/ou avença - nos termos do disposto no artigo 32.º da LGTFP, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 setembro e ulteriores alterações e LOE para cada ano. (Ex: Designadas situações especiais, relacionadas com o pessoal não docente)
- 8) **«01.01.08 Pessoal aguardando aposentação»** Despesas com pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado, que se encontram desligados do serviço para efeitos de aposentação. Estes devem, ser abonados, das suas pensões provisórias de aposentação até ao fim do mês em que as respetivas pensões definitivas de aposentação constarem da lista da Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social que faz publicar todos os meses no DRE (Diário da República), consoante o caso.
- 9) **«01.01.09 Pessoal em qualquer outra situação»** Despesas com o pessoal, não enquadráveis nas rubricas anteriores, nomeadamente pessoal em comissão de serviço, estágios profissionais, pessoal dos gabinetes de apoio e situações de mobilidade geral (Ex: Chefes de Divisão, Gabinete de Apoio ao Presidente, estágios do PEPAL, estágios do IEF, etc.) nos termos do disposto no n.º I, artigo 150.º da LGTFP e artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro.
- 10) **«01.01.11 Representação»** Despesas com os membros da câmara municipal em regime de permanência ou dirigentes (chefes de divisão), com objetivo de os compensar pelo acréscimo de despesa, que a manutenção da dignidade inerente a esses cargos e as exigências do seu desempenho impõem. Estes valores são fixados por lei. (Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, artigo 24.º, n.º 2 e n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e ulteriores alterações.)
- 11) **«01.01.13.01 Pessoal em funções»** Despesas com subsídio de refeição do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo. (artigo 114.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e ulteriores alterações, conjugado com a LOE para cada ano.)
- 12) **«01.01.13.02 Pessoal em qualquer outra situação»** Despesas com subsídio de refeição do pessoal, não enquadráveis nas rubricas anteriores, nomeadamente pessoal em comissão de serviço, pessoal dos gabinetes de apoio pessoal e situações de mobilidade geral (Ex: Chefes de Divisão, Gabinete de Apoio ao Presidente, etc.). Artigo 114.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e ulteriores alterações, conjugado com a LOE para cada ano.

- 13) **«01.01.13.03 Membros dos órgãos autárquicos»** Despesas com subsídio de refeição, legalmente aprovadas, com os membros da câmara municipal em regime de permanência, nos termos do disposto na alínea r), n.º 1, artigo 5.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e ulteriores alterações.
- 14) **«01.01.14.01 Pessoal em funções»** Despesas com subsídio de férias e natal do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo (n.º 2 do artigo 150.º da LGTFP).
- 15) **«01.01.14.02 Pessoal em qualquer outra situação»** Despesas com subsídio de férias e natal do pessoal, não enquadráveis nas rubricas anteriores, nomeadamente pessoal em comissão de serviço, pessoal dos gabinetes de apoio, situações de mobilidade geral e membros dos órgãos autárquicos (Ex: Chefes de Divisão, Gabinete de Apoio ao Presidente, Executivo, etc.) etc., (n.º 2 do artigo 150.º da LGTFP).
- 16) **«01.01.15 Remunerações por doença e maternidade/paternidade»** Despesa com abonos do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo, que se encontram ausentes do local de trabalho por doença ou por motivo de maternidade, paternidade e adoção, nos termos do disposto da LGTFP, conjugada com a Lei n.º 4/2009, de 29 de janeiro.
- 17) **«01.02.02 Horas extraordinárias»** Despesas com os abonos de prestações de trabalho suplementar, quando as necessidades do serviço assim o exigirem, em virtude da acumulação anormal ou imprevista de trabalho, ou da urgência da realização de tarefas especiais e ainda em situações que resultem de imposição legal (artigo 120.º da LGTFP).
- 18) **«01.02.03 Alimentação e alojamento»** Despesas com alimentação ou alojamento do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado e a termos resolutivo. Estas despesas são atribuídas em numerário, mediante processamento que terá de ser nominalmente individualizado. (Ex: Reembolso das despesas com o alojamento ou alimentação suportadas pelos trabalhadores, quando estes se encontrem deslocados do seu posto de trabalho, seja em formação ou em trabalho) DL n.º 106/98, de 24 de abril e ulteriores alterações, conjugada com a LOE para cada ano.
- 19) **«01.02.04 Ajudas de custo»** Inclui importâncias abonar aos trabalhadores que exercem funções públicas, membros da Assembleia Municipal e do Executivo, quando deslocados da sua residência oficial, por motivo de serviço público, quer em território nacional ou estrangeiro. Também deve incluir as despesas com alimentação e alojamento, que possam ter lugar no decurso das deslocações e, com elas, estejam intimamente relacionadas (Ex: Subsídios de Transporte, abono

das ajudas de custo nas deslocações diárias, despesas sujeitas a compensação, incluindo o custo do almoço, alojamento, etc.) nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril e ulteriores alterações, conjugada com a LOE para cada ano e no n.º 2 do artigo 30.º Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (doravante RJALEI), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, e ulteriores alterações.

- 20) **«01.02.05 Abono para falhas»** Engloba despesas que, revestindo tal natureza tenha, contudo, o seu direito e o regime de atribuição fixado em Lei. Trata-se de um abono a trabalhadores que exercem funções públicas, cuja atribuição se justifica pela responsabilidade que exige. Tem direito a este abono os seguintes trabalhadores (Ex: Tesoureiros, leitores cobradores, e outros trabalhadores que lidem com dinheiros públicos). Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro e ulteriores alterações.
- 21) **«01.02.12 Indemnizações por cessação de funções»** Engloba remunerações de compensação dos trabalhadores que exercem funções públicas, por cessação de funções definidas no artigo 12.º da LGFPT.
- 22) **«01.02.13.01 Prémios de desempenho»** Incluem despesas relativas à atribuição de prémios de desempenho, aos trabalhadores que, cumulativamente exerçam funções públicas no órgão ao serviço e, na falta de lei especial em contrário, tenham obtido na última avaliação do seu desempenho, a menção máxima ou a imediatamente inferior a ela entre outras condições legalmente aplicáveis. Artigos 91.º, 146.º e 166.º a 168.º da LGTFP, conjugados com o Decreto Regulamentar, de 04 de setembro, que adapta o SIADAP à Administração Local. **Nota:** Nos termos do disposto no artigo 31.º da LGTFP, quando não seja utilizada a totalidade das verbas orçamentais com encargos relativos aos postos de trabalho a recrutar previstos no mapa de pessoal («01.01.04.04» «01.01.06.04») e com as alterações do posicionamento remuneratório («01.01.04.02» «01.01.04.03» «01.01.06.02» «01.01.06.03»), a parte remanescente acresce à presente rubrica. No decurso da execução orçamental, os montantes orçamentados na presente rubrica, não podem ser utilizados para suprir eventuais insuficiências orçamentais (modificação orçamental da despesa) no âmbito das restantes despesas com pessoal.
- 23) **«01.02.13.02 Outros»** Despesas relativas à atribuição de prémios aos membros do Executivo ou da Assembleia Municipal, enquadráveis na legislação em vigor. Compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários, entre outras enquadráveis na legislação em vigor. (Ex: Compensação dos membros das mesas de voto, prémios de antiguidade aos membros do executivo, entre outras). (Alínea c), n.º 1, artigo 5.º, da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e Lei n.º 22/99, de 21 de abril e ulteriores alterações e n.º 2 do artigo 30.º do RJALEI)

- 24) **«01.02.13.03 Senhas de presença»** Despesas abonar com os membros do Executivo e da Assembleia Municipal, por motivos de participação efetiva nas reuniões ordinárias e extraordinárias que se desenvolvem ao longo do ano. (Ex: Senhas de presença). (Alínea c), n.º I, artigo 5.º, da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e Lei n.º 22/99, de 21 de abril e ulteriores alterações e n.º 2 do artigo 30.º do RJALEI).
- 25) **«01.02.14 Outros abonos em numerário ou espécie»** Tendo uma natureza residual, incluem-se, entre outras, as despesas com subsídios abonar pelo trabalho prestado, em dias de descanso semanal, complementar e em feriados dos trabalhadores que exercem funções públicas e dirigentes, e ainda as respetivas despesas de telefones individuais. Artigo 120.º da LGTFP, e Portaria n.º 609/2009, de 5 de junho.
- 26) **«01.03.01 Encargos com a saúde»** Incluem-se despesas com a aquisição de próteses, artigos e medicamentos, serviços de especialidades clínicas, tratamentos, internamentos e outras despesas da mesma natureza, quando feitas em direto benefício dos trabalhadores que exercem funções públicas (Ex: Despesas reembolsadas mensalmente ao Sistema Nacional de Saúde (SNS) **Nota: a partir de 01 de julho de 2015 são suportadas pelo orçamento do SNS as despesas e os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços do SNS aos beneficiários da ADSE, SAD e ADM).** Artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 09 de março conjugados com os artigos 151.º a 154.º do LOE de 2015.
- 27) **«01.03.02 Outros encargos com a saúde»** Engloba despesas com aquisições de outros bens e serviços de saúde que assumam a forma de compensação financeira. (Ex: Reembolsos efetuados aos trabalhadores que exercem funções públicas no Município, nomeadamente, consultas médicas efetuadas em clínicas privadas, entre outros) Despacho n.º 8738/2004, de 3 de maio da 2.ª série do DRE.
- 28) **«01.03.03 Subsídio familiar a criança e jovens»** Despesas com prestação mensal que visa compensar os encargos respeitantes ao sustento e educação dos descendentes dos trabalhadores que exercem funções públicas, nos termos do disposto nos artigos 3.º e 14.º, do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, e ulteriores alterações. (Ex: Abono de família para crianças e jovens, abono de família pré-natal, bolsa de estudo).
- 29) **«01.03.04 Outras prestações familiares»** Despesas com prestações complementares atribuídas aos trabalhadores que exercem funções públicas (Ex: Subsídios mensal vitalício, de infantário, de morte ou reembolso das despesas de funeral), nos termos da legislação em vigor. Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, e ulteriores alterações.
- 30) **«01.03.05.01 ADSE – Quotas»** Despesas com pagamento das quotizações semestrais à Direção Geral de Proteção Social dos trabalhadores em funções

públicas (ADSE). Artigo 5.º e artigo 47.º-A, do Decreto-Lei n.º 118/83 de 25 de fevereiro e ulteriores alterações.

- 31) «**01.03.05.02.01 Caixa Geral de Aposentações**» Despesas com o pagamento de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (Ex: Contribuições pelo Município de 23,75% da remuneração base dos trabalhadores que exercem funções públicas), Artigo 6.º-A, do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e ulteriores alterações.
- 32) «**01.03.05.02.02 Segurança social - Regime geral**» Despesas com o pagamento de contribuições para a Segurança Social (Ex: Contribuições pelo Município de 23,75% com vínculo de contrato por tempo indeterminado e 18,6% com vínculo de nomeação da remuneração base dos trabalhadores que exercem funções públicas), nos termos do disposto no artigo 53.º e n.º 2 do artigo 91.º-C da Lei n.º 110/9/2009, de 16 de setembro e ulteriores alterações.
- 33) «**01.03.05.03.01 Serviços de assistência médica social (SAMS)**» Incluem-se as despesas com o pagamento efetuados pelo Município (6,5% da retribuição efetiva), nos termos do disposto no n.º 4 da cláusula 144.º do Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário publicado no BTE n.º 8 de 29 de fevereiro de 2012.
- 34) «**01.03.05.03.03 Segurança social - Entidades contratantes dos trabalhadores independentes**» Incluem-se despesas efetuadas pelo Município de 5% da remuneração paga aos trabalhadores independentes num determinado ano, segundo o artigo 168.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro e ulteriores alterações.
- 35) «**01.03.08 Outras pensões**» Englobam-se despesas com características de pensões de aposentação, reforma ou de invalidez, quando os respetivos encargos, por circunstâncias especiais, não estejam a cargo da Caixa Geral de Aposentações. É, igualmente, nesta rubrica que se classificam os complementos de pensão de aposentação ou de reforma que, em caso também especiais na sequência de acordos, nomeadamente com a Caixa Nacional de Pensões, o Município abona a trabalhadores aposentados ou reformados.
- 36) «**01.03.09.01 Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**» Englobam despesas com pagamento de seguros de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração perfeccionais (Artigo 45.º, do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro e ulteriores alterações conjugado com a Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, artigo 284.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro e ulteriores alterações).
- 37) «**01.03.10.99 Outras despesas de segurança social**» A presente rubrica tem uma natureza meramente residual. Normalmente abrange os abonos pagos pelo Município aos trabalhadores que exercem funções públicas com as eventualidades

de maternidade, paternidade e adoção, por aplicação da Lei n.º 4/2009 de 29 de janeiro e ulteriores alterações. (Ex: encargos suportados com a manutenção de creches, lactários, jardins-de-infância, cantinas, bibliotecas e centros de dia, bem como outras realizações de utilidade pública).

- 38) «**02.01.01 Matérias-primas e subsidiárias**» Compreendem-se os bens adquiridos para serem utilizados na produção ou transformação em oficinas ou em atividades cinegéticas, podendo incorporar-se materialmente (matérias primas - Ex: **Oficinas:** papel, madeira, ferro, tintas, pregos, parafusos, desde que seja destinados aqueles fins; **Atividades Cinegéticas:** Ração para alimentação de animais de caça), ou não (matérias subsidiárias - Ex: **Energia:** eletricidade ou combustíveis utilizados em máquinas, diluente, entre outros) nos produtos finais. (Ex: porta, janela, móvel, coelhos).
- 39) «**02.01.02.01 Gasolina**» Inclui despesas com aquisição de gasolina para máquinas e viaturas.
- 40) «**02.01.02.02 Gasóleo**» Inclui despesas com aquisição de gasóleo para máquinas e viaturas.
- 41) «**02.01.02.99 Outros**» Inclui despesas com aquisição de óleos, gás em garrafas, álcool, carvão, lenha, oxigénio entre outros compostos, velas, fósforos, etc., ou seja tudo aquilo que destina à queima.
- 42) «**02.01.03 Munições, explosivos e artifícios**» Engloba despesa com bens que se extinguem imediatamente assim que usados, devido às suas estritas características. (Ex: bombas, fumíferos, pólvora, dinamite, rastilhos, bens de artifício utilizados para sinalização e socorros, entre outros).
- 43) «**02.01.04 Limpeza e higiene**» Despesas com aquisição de materiais de higiene e limpeza a utilizar em todas as instalações do Município, incluindo os artigos adquiridos para limpeza urbana (Ex: Panos de pó, esfregões, vassouras, detergentes, rolos de papel para casa de banho, entre outros que pela sua natureza sejam usados na limpeza e higiene das instalações do Município). **Nota:** O material de limpeza e de expediente a fornecer às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar é da competência exclusiva das juntas de freguesia.
- 44) «**02.01.05 Alimentação - Refeições confeccionadas**» Incluem-se despesas com alimentação já confeccionada, que o Município fornece aos trabalhadores que exercem funções públicas, assim como pessoas que, não tendo essa qualidade, estão, no entanto, em situações que colocam o Município na responsabilidade de lhes proporcionar alimentação, nomeadamente em creches e centros de dia (Ex: Trabalhadores em funções públicas no Município e cidadãos que estejam em situação de precariedade devidamente comprovada, entre outros).

- 45) **«02.01.06 Alimentação - Géneros para confeccionar»** Incluem-se despesas com alimentação não confeccionada, ou seja, aquisição de alimentos para confeccionar, que o Município fornece aos trabalhadores que exercem funções públicas, assim como pessoas que, não tendo essa qualidade, estão, no entanto, em situações que colocam o Município na responsabilidade de lhes proporcionar alimentação. (Ex: Aquisição de massa, arroz, leite, entre outros alimentos que são fornecidos gratuitamente pelo Município aos seus trabalhadores e cidadãos que estejam em situação de precariedade devidamente comprovada, entre outros).
- 46) **«02.01.07 Vestuário e artigos pessoais»** Incluem-se despesas com aquisição de vestuário e artigos de uso restrito/individual para os trabalhadores. Incluem-se ainda, as despesas de eventuais reparações a este tipo de artigos/vestuário. (Ex: Luvas, batas, calças, botas, capacetes de proteção, fardas, entre outros).
- 47) **«02.01.08 Material de escritório»** Engloba a despesa com aquisição de material de escritório de consumo rápido. Também, são ainda consideradas despesas com aquisição de bens de consumo imediato pela Assembleia Municipal. Não são considerados nesta rubrica equipamentos de escritório (Imobilizado) (Ex: Papel de impressora, lápis, agraphadores, furadores, *dossiers*, rolos para a máquina de calcular, esferográficas, agraphos, papel timbrado ou outro tipo de papel, entre outros).
- 48) **«02.01.09 Produtos químicos e farmacêuticos»** Incluem-se as despesas com medicamentos inscritos no formulário nacional de medicamentos, com reagentes e produtos de diagnósticos rápido e com outros produtos farmacêuticos, adquiridos para consumo (Ex: Produtos comprados exclusivamente em farmácias que não sejam comparticipados pelo Sistema Nacional de Saúde (SNS), como, betadine, álcool, água-oxigenada, entre outros). Incluem-se ainda nesta rubrica, a aquisição dos reagentes de cloro livre (testes) para análise da água, com a exceção do cloro e outros produtos químicos para tratamento de águas (piscinas municipais), sendo os mesmos registados na rubrica **«02.01.21 Outros bens»**.
- 49) **«02.01.12 Material de transporte – Peças»** Incluem-se as despesas com aquisição de materiais (peças), para as viaturas e máquinas (Ex: Pneus, faróis, farolins, filtros, portas, e outras peças mecânicas). Nota: Não deverá ser incluído nesta rubrica a aquisição de motores, uma vez que essa aquisição será classificada numa rubrica de investimentos.
- 50) **«02.01.14 Outro material – Peças»** Engloba as despesas com aquisição de materiais (peças), que não sejam consideradas na rubrica "material de transporte - peças" (Ex: parafusos, discos de corte, limas, brocas, entre outros que não sejam considerados materiais de transporte).
- 51) **«02.01.15 Prémios, condecorações e ofertas»** Despesas com atribuições de prémios, condecorações e ofertas atribuídas pelo Município (Ex: faixas de cetim, cachecóis, medalhas, taças, t-shirts entre outros).

- 52) **«02.01.16.01 Água»** Incluem-se despesas com aquisição de água à "Águas do Norte, S.A." para ser vendida aos cidadãos (Ex: Abastecimento da rede pública).
- 53) **«02.01.16.03 Outras»** Incluem-se despesas com aquisição de artigos destinados a venda. (Ex: toucas e óculos de natação, livros, vinhos, entre outros.)
- 54) **«02.01.17 Ferramentas e utensílios»** Despesas com ferramentas e utensílios cuja vida útil não exceda, em condições de utilização normal, o período de um ano. (Ex: martelos, picos, pás, enxadas, ancinhos, tesouras, entre outros).
- 55) **«02.01.18 Livros e documentação técnica»** Despesa com aquisição de livros técnicos, revistas técnicas e documentação técnica, nomeadamente os afetos aos serviços administrativos do Município. (Ex: livros técnicos, revista de administração local, artigos científicos, estes aplicados às atividades administrativas).
- 56) **«02.01.19 Artigos honoríficos e de decoração»** Despesas com artigos honoríficos e objetos de decoração de reduzido valor. (Ex: bandeiras, estandartes, galhardetes, arranjos florais, aquisição de arranjo florais para fins fúnebres, entre outros).
- 57) **«02.01.20 Material de educação, cultura e recreio»** Incluem-se despesas com aquisição de bens afetos à educação física e desporto, artes recreativas musicais das belas-artes, da museologia, culto religioso, de recreio, formação profissional, material escolar afeto aos estabelecimentos com funções de ensino, livros e revistas quando inventariáveis e afetos a bibliotecas. (Ex: mapas didáticos, utensílios e aparelhos de laboratórios escolares, réguas, compassos, e outros artigos normalmente utilizados nas salas de aula, equipamentos e aparelhos para educação física e desporto, instrumentos musicais, jogos, aparelhos de rádio e de televisão para salas de convívio, livros e revistas, entre outros).
- 58) **«02.01.21 Outros bens»** Incluem-se despesas com aquisição de bens não tipificados em rubrica específica, nomeadamente os não inventariáveis. (Ex: cubos, manilhas, areia, cimento, pó, tout venant, massa betuminosa, gravilha, tubagens de grande dimensão, tampas de saneamento entre outros da mesma natureza, que a sua utilização esteja relacionada com obras por administração direta. Incluem-se ainda, as publicações diversas, nomeadamente os jornais e revistas (que não sejam de carácter técnico), entre outros. Devem ainda, incluir-se as despesas com garrafas de água potável para os membros da Assembleia Municipal, entre outros.
- Nota:** Todos os bens que não sejam enquadráveis nas rubricas anteriores têm de ser registados diretamente na presente rubrica.
- 59) **«02.02.01 Encargos das instalações»** Incluem-se despesas com consumo de energia, quer se destine à iluminação ou ao aquecimento das instalações. (Ex: gás para aquecimento das águas das piscinas e outros edifícios, caroço de azeitona

para aquecimento para o jardim-de-infância de Armamar, eletricidade para todas as instalações, entre outros).

- 60) **«02.02.02 Limpeza e higiene»** Incluem-se despesas referentes à aquisição de serviços de limpeza e higiene, assegurados por empresas da especialidade. (Ex: Recolha e tratamento dos resíduos recicláveis, pela empresa RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., recolha e transporte de resíduos sólidos e urbanos pela empresa RESUR - Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda.)
- 61) **«02.02.03 Conservação de bens»** Incluem-se todas as despesas (incluindo custos de serviços e materiais quando conjuntamente faturados), com trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, não aumentando nem alterando a sua estrutura ou valor (incluem-se também, as pequenas reparações e conservações), quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos, visando apenas mantê-los em boas condições de funcionamento ou de aproveitamento. Incluem-se ainda, as pequenas reparações e conservações efetuadas por trabalhadores do Município, que não provocam nem aumento nem alteração à estrutura dos móveis ou imóveis deles passíveis, visando mantê-los em boas condições de funcionamento ou de aproveitamento. Nota: As grandes reparações, que aumentem e alterem a estrutura ou valor dos bens imóveis, móveis e semoventes devem ser classificadas nas rubricas dos respetivos investimentos atendendo à sua natureza. (Ex: Mudanças de peças de transporte, inspeções periódicas, mudança de pneumáticos ou pinturas quando efetuados por entidades externas, pequenas reparações de vias quando efetuadas por empresas externas, entre outros).
- 62) **«02.02.04 Locações de edifícios»** Incluem-se todas as despesas relativas à renda de terrenos e edifícios. (Ex: renda paga à Armamar Viva. S.A. referente ao armazém municipal localizado na zona industrial.)
- 63) **«02.02.05 Locação de material de informática»** Incluem-se todas as despesas relativas ao aluguer de equipamentos informáticos, que tenham por suporte a figura jurídica do "Contrato de locação operacional". (Ex: Serviços de cópia e impressão em regime de *outsourcing*, pela empresa "Konica Minolta Business Solutions Portugal, Unipessoal, Lda".)
- 64) **«02.02.06 Locação de material de transporte»** Incluem-se todas as despesas relativas ao aluguer de material de transporte, que tenham por suporte a figura jurídica do "Contrato de locação operacional". (Ex: Aluguer de viaturas pela empresa "JACAR, Rent - A - Car, Lda".)
- 65) **«02.02.08 Locação de outros bens»** Incluem-se todas as despesas relativas ao aluguer de outros bem que tenham por suporte a figura jurídica do "Contrato de locação operacional". (Ex: aluguer de purificadores de água potável, pela empresa

"PMS - COFFE, S.A.", aluguer de toalheiros de mão em algodão das piscinas municipais cobertas pela empresa Elis Spast Sociedade Portuguesa de Aluguer e Serviços Têxteis, S.A., aluguer de plataforma informática de compras públicas pela empresa "Gatewit - Construlink Tecnologias de Informação, S.A.", aluguer de aplicações informáticas pela empresa "IPBRICK, S.A." ou a empresa IPortalMais-Serviços de Internet e Redes, Lda., serviço de alojamento e manutenção do Web Site do Município faturado pela EUROTUX, Informática, S.A.).

- 66) **«02.02.09 Comunicações»** Incluem-se todas as despesas com comunicações, fixas e móveis de voz, e dados, e de acessos à internet, incluindo correspondência via CTT. (Ex: Comunicações faturadas pelas "Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A." e "MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.", correspondência faturada pela "CTT - Correios de Portugal, S.A.")
- 67) **«02.02.10 Transportes»** Incluem-se todas as despesas com transportes de pessoas, quer tenham ou não a qualidade de trabalhadores do Município. Os gastos com o transporte dos trabalhadores que aqui se devem considerar são aluguer permanente de veículos para transporte desses trabalhadores, subsídios de transporte concedidos em regime de permanência aos trabalhadores e passes sociais concedidos aos mesmos, tudo para fazer face às deslocações de e para o local de trabalho. Também, afetam-se nesta rubrica as despesas com o transporte de bens já na posse dos serviços (se ainda não o estiverem, as despesas vão onerar as dotações que suportam ou suportariam as respetivas aquisições). Devem ainda na presente rubrica satisfazer, igualmente, os encargos com o aluguer de viaturas com ou sem condutor, bem assim os encargos relativos a alfândegas, portagens, bagagens, excesso de carga e reboque de viaturas. Também devem ser enquadradas, as despesas com subsídios de transporte, relativas aos contratos de emprego-inserção, contratos de emprego-inserção mais, estágios do PEPAL, programas ocupacionais, bem como outros programas que se enquadrem neste âmbito. (Ex: Despesas com portagens pagas à "Via Verde Portugal", serviço de transporte escolar de alunos efetuado pela empresa "Transdev, Interior S.A.", serviço de transporte prestados às associações culturais, recreativas, desportivas sediadas no Município, serviços de transporte em táxis, subsídios de transporte, entre outros) (Alínea c), n.º 2, artigo 23.º e alíneas ee) e gg), n.º 1, artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações e o Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e ulteriores alterações).
- 68) **«02.02.11 Representação dos serviços»** Incluem-se despesas de representação do Município em congressos e missões (normalmente quando efetuadas pelos membros do Executivo, da Assembleia Municipal ou pelos membros do Gabinete de Apoio à Presidência), quando efetuadas no país ou no estrangeiro. (Ex: congressos, feiras, e outros certames e missões em que se torne necessário a participação oficial dos membros anteriormente mencionados).

- 69) **«02.02.12 Seguros»** Despesas com a constituição de prémios de seguros de pessoas e bens, com a exceção de seguros de saúde e seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais. Devem ainda ser enquadradas, as despesas com seguros de acidentes pessoais com contratos de emprego-inserção, contratos de emprego-inserção mais, estágios do PEPAL, programas ocupacionais, bem como outros programas que se enquadrem neste âmbito. (Ex: Seguros de edifícios, seguros de recheio, seguro automóvel, seguro de vida, seguros de responsabilidade civil, seguros de acidentes pessoais, entre outros.)
- 70) **«02.02.13 Deslocações e estadas»** Engloba essencialmente despesas de deslocação, alojamento e alimentação em território nacional e no estrangeiro, que não sejam suportadas através de ajudas de custo. (Ex: Deslocação em veículo próprio dos trabalhadores e membros do Executivo, em que é paga através da multiplicação dos quilómetros percorridos pelo valor por quilómetro, nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 28 de abril e ulteriores alterações conjugado com a alínea a), ponto 4.º da Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro e com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro. Despesas com deslocação em veículo público, alimentação pagas pelos trabalhadores quando se encontram deslocados do local de trabalho em formação, entre outros.)
- 71) **«02.02.14 Estudos, pareceres, projetos e consultoria»** Incluem-se despesas relativas a estudos, pareceres, projetos e consultoria, de organização, apoio à gestão e serviços de natureza técnica prestados por particulares ou outras entidades. (Ex: Encargos com estudos de viabilidade económico-financeiros, estudos de organização de projetos informáticos, serviços prestados por peritos avaliadores, entre outros.)
- 72) **«02.02.15 Formação»** Englobam-se despesas efetuadas no âmbito da formação prestada por entidades externas (singulares ou coletivas) aos trabalhadores do Município (Ex: encargos com inscrição em cursos de especialização e aperfeiçoamento, entre outros.)
- 73) **«02.02.17 Publicidade»** Incluem-se despesas com publicidade, independentemente da forma (Ex: publicações no DRE nos termos do disposto no artigo 119.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), anúncios em meios de comunicação social, campanhas publicitárias promocionais, materiais publicitários, promoção audiovisual do Município, entre outros).
- 74) **«02.02.18 Vigilância e segurança»** Englobam-se despesas referentes a materiais e/ou serviços de vigilância e segurança das pessoas e bens do Município, incluindo transporte de valores. (Ex: aquisição de extintores, serviço de aluguer referente à localização e vigilância por GPS das viaturas do Município, pela empresa "INOSAT, Consultoria Informática, S.A.", sistema de segurança do armazém municipal, lojas

do mercado municipal e do posto de Turismo monitorizado pela "Prossegur - Companhia de Segurança Unipessoal, Lda.", entre outros).

- 75) **«02.02.19 Assistências técnicas»** Incluem-se despesas à assistência técnica de bens no âmbito de contratos realizados (Ex: revisão e manutenção de extintores, manutenção de computadores, manutenção e inspeção periódica de elevadores, manutenção dos equipamentos pertencentes ao ginásio, manutenção de qualquer tipo de maquinaria, entre outros).
- 76) **«02.02.20 Outros trabalhos especializados»** Despesas relativas a serviços técnicos prestados por empresas ou profissionais liberais que o Município não pode superar pelos seus meios. (Ex: Aquisição de serviços jurídicos, aquisição de serviços eletrotécnicos, contratos de manutenção celebrados com empresas informáticas, contrato celebrado com a empresa Meditada - Sistemas de Informação S.A. para as autarquias locais, verificação periódica de tacógrafos, projeto do auditório municipal pago à Armamar Viva S.A., serviços de assessoria, consultoria ambiente, manutenção industrial e formação técnica do funcionamento das ETAR's e estações elevatórias do Município pela empresa ACAMI - Serviços Consultoria e Gestão, Unipessoal, Lda., ligações de IP's elétricos, recolha e tratamento de afluentes e de águas residuais, pela empresa Águas do Norte, S.A., para ser vendida aos cidadãos, controlo analítico de consumo de água humano pela empresa SUMA Matosinhos - Serviços Urbanos Meio Ambiente, S.A., sistemas de luz e som aplicados às festas municipais, entre outros).
- 77) **«02.02.22 Serviços de saúde»** Despesas com aquisições de serviços de saúde, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos. (Ex: Médicos, clínicas médicas, e contrato de aquisição de serviços de segurança e saúde no trabalho celebrado com a empresa Cligeral - Serviços Clínicos e Especializados em Medicina Geral, Lda., entre outros).
- 78) **«02.02.24 Encargos de cobrança de receitas»** Incluem-se o pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades, nomeadamente a percentagem paga à Autoridade Tributária e Aduaneira, pela cobrança dos impostos que constituem a receita municipal. (Ex: encargos com a cobrança de IMI, IMT, IUC, entre outros).
- 79) **«02.02.25 Outros serviços»** Incluem-se despesas com aquisição de serviços não tipificados em rubrica específica. (Ex: pagamentos de emolumentos ao Tribunal de Contas pelo visto das prestações de contas, e contratos públicos, serviços prestados por trabalhadores independentes, com exceção dos que têm contratos celebrados com o Município de tarefa ou avença, sendo os mesmos registados "na rubrica 01.01.07 ", serviços prestados por empresas externas para gestão de festivais e eventos, serviços prestados por empresas de pirotecnia e fogo de artifício, aquisição de serviços para limpeza de caminhos agrícolas, entre outros).

Nota: Só devem ser afetadas à presente rubrica, as despesas que, de algum modo, não possam ser classificadas nas rubricas tipificadas no respetivo subagrupamento "aquisição de serviços".

- 80) «**03.01.03.01 Empréstimos de curto prazo**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de empréstimos contraídos a curto prazo (tesouraria). (Ex: juros a pagar anualmente pelo empréstimo de curto prazo).
- 81) «**03.01.03.02.01 Caixa Geral de Depósitos**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de empréstimos contraídos de médio longo prazo. (Ex: juros a pagar anualmente pelos empréstimos de médio longo prazo da Caixa Geral de Depósitos).
- 82) «**03.01.03.02.06 Caixa Crédito Agrícola Mútuo**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de empréstimos contraídos de médio longo prazo. (Ex: juros a pagar anualmente pelos empréstimos de médio longo prazo da Caixa Crédito Agrícola Mútuo).
- 83) «**03.01.05.02.02 Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de empréstimos contraídos de médio longo prazo. (Ex: juros a pagar anualmente pelos empréstimos de médio longo prazo da Direção Geral do Tesouro e Finanças).
- 84) «**03.02.01.01 Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos**» Englobam-se pagamentos decorrentes de comissões relativas à contratação e gestão dos empréstimos, *factorings* e cedência de créditos. (Ex: comissões de subscrição e gestão, comissões pagas a agentes pagadoras (*factorings* ou cedência de créditos), despesas com manutenção de contas, bem como outros custos associados à execução de transações e *rating* da dívida).
- 85) «**03.03.05 Material de Transporte**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros suportados com aquisição de viaturas, que tenham por suporte a figura jurídica do "contrato de locação financeira". (Ex: Juros decorrentes de contratos de *leasing* para aquisição de viaturas com opção de compra, contrato de *leasing* celebrado com o BPI com opção de compra da viatura da presidência, entre outros).
- 86) «**03.05.02.01 Juros de contratos de factoring/cedência de créditos**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros suportados com a celebração de contratos de factoring ou cedência de créditos à banca. (Ex: Cedência de créditos à Caixa de Crédito Agrícola relativa ao fornecedor Águas do Norte, S.A.).
- 87) «**03.05.02.02 Juros de mora**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de mora suportados pelo atraso de pagamento a fornecedores. (Ex: Juros de mora suportados pagos à RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos,

S.A., Águas do Norte, S.A., Geral - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação S.A., entre outros).

- 88) **«03.05.02.99 Outros - Juros de acordos/cedências com fornecedores»** Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros suportados com a celebração de acordos de regularização de dívidas a fornecedores. (Ex: Juros pagos à Águas do Norte, S.A. referentes a acordos de regularização de dívidas celebrados com o Município).
- 89) **«03.06.01 Outros encargos financeiros»** Trata-se de uma rubrica económica com função meramente residual. (Ex: Englobam-se os pagamentos com TPA, comissão mensal com TPA, entre outros da mesma natureza)
- 90) **«04.03.01 Estado»** Englobam-se as importâncias retidas pela DGAL de 0,1% do FEF a transferir para o Município. (LOE de cada ano).
- 91) **«04.05.01.04 Associações de Municípios»** Englobam-se as importâncias a transferir às associações para financiar atividades ou eventos de natureza corrente, no âmbito de competências próprias ou delegadas. (Ex: Transferências a efetuar para as seguintes associações: Associação de Municípios do Vale Douro Sul, Associação portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro e Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, entre outras) **Nota:** A transferência das verbas só pode ser feita depois das deliberações dos órgãos das partes adquirirem eficácia.
- 92) **«04.06.01 Sistemas de solidariedade e segurança social»** Englobam-se as importâncias a transferir às entidades de cariz de solidariedade social, para financiar despesas de correntes (despesas de funcionamento). (Ex: transferências correntes a efetuar para IPSS, Santa Casa da Misericórdia, Centro Social e Paroquial de Fontelo, entre outras) **Nota:** As importâncias a transferir devem ser alvo de deliberação pelo órgão executivo colegial do Município, nos termos da alínea v), ambas do n.º I, artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013 e ulteriores alterações, mediante as condições referidas no regulamento.
- 93) **«04.07.01 Instituições sem fins lucrativos»** Englobam-se as importâncias a transferir às entidades de natureza cooperativa ou associativa sem fins lucrativos, para financiamento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município. (Ex: As destinadas à satisfação de despesas correntes das entidades de natureza associativa – desportiva, cultural e recreativa, destacando-se Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar e a Associação Cultural, Assistencial e Recreativa dos Trabalhadores do Município de Armamar) **Nota:** As transferências só devem ser executadas depois das deliberações dos órgãos das partes adquirirem eficácia.

- 94) **«04.08.02.01 Programas ocupacionais»** Englobam-se as importâncias a despesar com atividades consideradas como trabalho socialmente necessário, desenvolvidas no âmbito de protocolos com outras entidades (IEFP, Administração Central, Segurança Social). Inclui as bolsas complementares ou de ocupação e do respetivo subsídio de refeição. (Ex: Contratos de emprego-inserção, contratos de emprego-inserção mais, programas ocupacionais, bem como outros programas que se enquadrem neste âmbito).
- 95) **«04.08.02.02 Outras»** Englobam-se as importâncias a despesar com outras atividades não tipificados em rubrica específica. Rubrica económica com uma função meramente residual.
- 96) **«05.01.03 Privadas»** Incluem-se as importâncias a despesar com as indemnizações compensatórias destinadas a compensar as empresas dos setores dos transportes pelas missões de serviço público que desenvolvem. Isso significa que essas empresas (umas públicas, outras de natureza privada) são financiadas pelo Orçamento do Município, exatamente porque concorrem para assegurar a prestação de serviços públicos. (Ex: Indemnizações compensatórias pagas à empresa "Transdev, Interior S.A.", por assegurar os transportes públicos do Concelho de Armamar.) (Alínea c), n.º 2, artigo 23.º e alíneas ee) e gg), n.º 1, artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações e o Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto e ulteriores alterações.)
- 97) **«05.08.03 Outras»** Incluem-se subsídios a atribuir aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade. Incluem-se ainda, na presente rubrica apoios provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional. (Ex: Concessão de apoio financeiro para beneficiação de habitações, benefícios sociais, formação profissional (educação, cursos profissionais, etc.), entre outros, nas condições que constam no regulamento municipal.)
- 98) **«06.02.01 Impostos e taxas»** Inclui a restituição de impostos ou contribuições que não sejam em termos da lei em vigor por abate à receita. (Ex: Incluem-se despesas inerentes ao IRC descontado pelas entidades bancárias aquando do pagamento de juros, retenção de IRC relativo à distribuição de dividendos de empresas participadas pelo Município, pagamento de taxas de justiça pagas pelo Município, encargos de cobrança e reembolso referentes à receita de IMII, IMT, IUC, e outros transferida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, entre outros).
- 99) **«06.02.03.01 Outras restituições»** Engloba-se despesas realizadas com restituições de taxas diversas. (Ex: Restituição de taxas arrecadadas pelo Município que são pagas erradamente ou em duplicado pelo contribuinte/utente/cliente).
- 100) **«06.02.03.05 Outras»** Trata-se de uma rubrica económica com função meramente residual. (Ex: Multas referentes a processos de penhoras, pagamento

de coimas à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, taxa de controlo da qualidade da água paga à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), pagamento de quotas pelas participações não societárias do Município (associações ou outras entidades), entre outros que tenham natureza corrente e que não se enquadrem nas rubricas anteriores.)

- 101) **«07.01.01 Terrenos»** Abrange a aquisição de solos, plantações de natureza permanente, minas privadas e os terrenos propriamente ditos. Incluem-se ainda, aquisição de edifícios ou outras construções situadas em terrenos que tenham como finalidade a sua demolição, ou seja, que o seu fim tenha como aproveitamento apenas e somente o terreno. Excluem-se da presente rubrica, aquisição de edifícios ou outras construções análogas situadas em terrenos, que tenham como finalidade a sua continuação, aproveitamento ou remodelação, devendo fazer-se apenas uma estimativa dos terrenos, em que esses edifícios ou outras construções análogas estão localizados. (Ex: Aquisição de edifícios ou outras construções análogas, para demolição com o objetivo de aproveitamento do terreno ou aquisição de terrenos, ambos com a finalidade de constituir lotes para construção de habitação ou para indústria, minas privadas e plantações de natureza permanente, entre outros.) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio privado do Município.
- 102) **«07.01.03.01 Instalações de serviços»** Englobam-se despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes transformações e ampliação de edifícios que não sejam destinados à habitação, assim como das correspondentes às transferências de propriedade. De modo geral, inclui as edificações utilizadas somente para fins administrativos. (Reconstrução e adaptação do balcão de atendimento, no âmbito da Modernização Administrativa.) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio privado do Município.
- 103) **«07.01.03.05 Escolas»** Englobam-se despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou renovação de obras, como as infraestruturas para fins educativos. De modo geral, inclui as infraestruturas utilizadas somente para fins educativos. (Construção e reparação de escolas) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio privado do Município.
- 104) **«07.01.03.07 Outros»** Trata-se de uma rubrica económica com função meramente residual. Englobam-se despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou renovação de outros edifícios não incluídos em rubrica anterior. (Ex: Construção de albergues, etc.). **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio privado do Município.

- 105) **«07.01.04.13 Outras Construções»** Trata-se de uma rubrica económica com função meramente residual. Englobam-se despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou renovação de outras construções. (Ex: Construção de mercados sem telhado, parques de estacionamento de viaturas descobertos, lavadouros sem telhado, paragens de transportes públicos, entre outros). **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio privado do Município.
- 106) **«07.01.06.02 Outros»** Inclui despesas com aquisição de veículos ligeiros, pesados e demais viaturas destinadas ao transporte de pessoas ou mercadorias. Compreende ainda as despesas com grandes reparações ou transformações (substituições de motores ou peças vitais), que, por virem a prolongar a vida útil normal prevista nos bens de investimento referidos, consideram-se como formação de capital fixo e, por tal motivo, as correspondentes despesas se classificam como de capital. De acordo com o n.º 2, artigo 13.º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (CIBE), em caso de dúvida consideram-se grandes reparações ou beneficiações sempre que o respetivo custo exceda 30% do valor patrimonial líquido daqueles veículos.
- 107) **«07.01.07 Equipamento de informática»** Inclui despesas com aquisição de *hardware*. (Ex: Computadores, impressoras, terminais, e outros que sejam de natureza informática.)
- 108) **«07.01.08 Software informático»** Inclui despesas com aquisição de *software*. (Ex: Programas informáticos, e outros que sejam da mesma natureza.)
- 109) **«07.01.09 Equipamento administrativo»** Incluem-se as despesas com aquisição de equipamento administrativo (Ex: Mobiliário diverso (secretárias, cadeiras, entre outras), máquinas de calcular, fotocopiadoras, equipamento social (equipamento de refeitório, postos médicos ou de primeiros socorros, de desporto ou equipamentos culturais, entre outros que sirvam aos trabalhadores fora do âmbito da relação profissional), entre outras da mesma natureza.)
- 110) **«07.01.10.01 Equipamento de recolha de resíduos»** Incluem-se despesas com aquisição de equipamentos para recolha de resíduos sólidos e urbanos (Ex: Contentores de lixo, entre outros para o mesmo fim).
- 111) **«07.01.10.02 Outros»** Incluem-se despesas com aquisição de máquinas, instrumentos, instalações e outros bens (contadores de água, banca para mercados, equipamento escolar, escavadoras, guindastes, entre outros.) (Ex: Bombas de água, aspiradores, mangueiras, entre outros).
- 112) **«07.01.11 Ferramentas e utensílios»** Incluem-se despesas com aquisição de ferramentas e utensílios com duração superior a um ano, e de valor unitário materialmente relevante. (Ex: tratores agrícolas com os quais se realiza a

extração, transformação e elaboração dos produtos ou a prestação de serviços, martelos, enxadas, ancinhos, tesouras, pás, picaretas, sachos, machados, e outros acessórios de outra natureza.)

- 113) **«07.01.13 Investimentos incorpóreos»** Compreendem-se despesas resultantes da aquisição de direitos de propriedade intelectual (Direitos de autor ou direitos conexos) ou os direitos de propriedade industrial (exploração de patentes, licenças, modelos, marcas, desenhos, processo de fabrico, etc.) ou, ainda, contratos de cedência de *know-how* (saber fazer) (Ex: Marca capital da maçã de montanha, reengenharia de processos, entre outros).
- 114) **«07.01.15 Outros investimentos»** Compreende as despesas em "plantações" e "animais" e, ainda, outras que tenham carácter de investimento, não possam, enquadrar-se nas rubricas anteriores (Ex: Reflorestação, repovoação de animais em vias de extinção, entre outros).
- 115) **«07.02.05 Material de transporte»** Consideram-se despesas com aquisição de viaturas, que tenham por suporte a figura jurídica do "contrato de locação financeira", de acordo com a legislação em vigor, incluindo, nesse contrato a opção de compra final, sendo que a componente juros deverá ser classificada na rubrica 03.03.05. (Ex: Leasing de viaturas com opção de compra, contrato de leasing celebrado com o BPI com opção de compra da viatura da presidência, entre outros)
- 116) **«07.03.03.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares»** Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de obras como viadutos (consideram-se viadutos as passagens construídas sob vias de comunicação, ou seja, ruas, estradas, ou linhas de comboio. É um tipo de pontes ou túneis que visam a não interromper o fluxo rodoviários ou ferroviário.), arruamentos, muros de suporte, construção de valetas, entre outros. O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica. (Ex: construção ou reconstrução de muros de suporte e valetas no interior e exterior das povoações (como ruas, largos, praças, travessas, becos, avenidas, estradas nacionais, estradas municipais, caminhos municipais e caminhos vicinais), construção ou reconstrução de pavimentos, no interior das povoações (como ruas largos, praças, travessas, becos e avenidas), com recurso a cubos, massa betuminosa, tout venant, cimento ou gravilha, incluindo os materiais associados para a sua aplicação, ou seja, arruamentos realizados no âmbito de requalificações urbanas.) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.

- 117) **«07.03.03.02 Sistemas de drenagem de águas residuais»** Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de obras como instalações de redes de esgotos. O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica. (Ex: Construção ou grandes reparações de redes de esgotos (saneamento) no interior das povoações do concelho (em alguns casos poderá ser construída uma ligação de rede de esgotos no exterior das povoações). **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.
- 118) **«07.03.03.03 Estações de tratamento de águas residuais»** Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de obras como estações de tratamento de águas residuais (ETAR's). O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica. (Ex: Construção ou grandes reparações de ETAR's). **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.
- 119) **«07.03.03.04 Iluminação Pública»** Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de obras como redes de distribuição e iluminação pública de energia elétrica. O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica. (Ex: Redes de distribuição e iluminação pública de energia elétrica, no interior e exterior das povoações do concelho. **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.
- 120) **«07.03.03.05 Parques e Jardins»** Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de obras como parques e jardins municipais. O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica. (Ex: Conceção e renovação de diversos parques e jardins no concelho de Armamar) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.
- 121) **«07.03.03.08 Viação Rural»** Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de obras como vias (estradas) e caminhos municipais. O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-

se igualmente nesta rubrica. (Ex: Concessão e renovação de diversos caminhos e vias municipais no concelho de Armamar) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.

- 122) **«07.03.03.13 Outras construções»** Englobam-se outras construções não tipificadas nas rubricas anteriores. **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio público do Município.
- 123) **«08.03.06 Serviços e fundos autónomos - Direção Geral de Energia e Geologia - Fundo de Eficiência Energética»** Englobam-se o montante mensal (1.074,17 EUR) a transferir pelo Município à Direção Geral de Energia e Geologia - Fundo de Eficiência Energética, no âmbito do contrato de partilha de poupanças líquidas celebrado entre o Município e a referida entidade.
- 124) **«08.06.01 Sistemas de solidariedade e segurança social»** Englobam-se as importâncias a transferir às entidades de cariz de solidariedade social, para financiar despesas de capital (execução de obras - investimentos). (Ex: transferências de capital a efetuar para IPSS, Santa Casa da Misericórdia, Centro Social e Paroquial de Fontelo) **Nota:** As importâncias a transferir devem ser alvo de deliberação pelo órgão executivo colegial do Município, nos termos da alínea v), ambas do n.º I, artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013 e ulteriores alterações, mediante as condições referidas no regulamento.
- 125) **«08.07.01 Instituições sem fins lucrativos»** Englobam-se as importâncias a transferir às entidades de natureza cooperativa ou associativa sem fins lucrativos, para financiar despesas de capital (execução de obras - investimentos). (Ex: transferências de capital a efetuar para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar, Centro Social e Paroquial de Fontelo, Associação Cultural Recreativa de Lumiares, entre outras) **Nota:** As importâncias a transferir devem ser alvo de deliberação pelo órgão executivo colegial do Município, nos termos da alínea p), conjugada com alínea o), ambas do n.º I, artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013 e ulteriores alterações, mediante as condições referidas no regulamento.
- 126) **«09.08.02 Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas (FAM)»** Englobam-se as importâncias semestrais (26.241,00 EUR) a transferir para o Fundo de Apoio Municipal (FAM). Artigo 17.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.
- 127) **«10.05.03 Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras»** Englobam-se os pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos contraídos (Nos termos da alínea l), artigo 14.º conjugada com o artigo 49.º, anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações)

a curto prazo (de tesouraria). (Ex: empréstimo de curto prazo a amortizar anualmente pelo Município).

- 128) «**10.06.03.01 Caixa Geral de Depósitos**» Englobam-se os pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos contraídos (Nos termos da alínea l), artigo 14.º conjugada com o artigo 49.º, anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações) de médio longo prazo. (Ex: empréstimos de médio longo prazo da Caixa Geral de Depósitos a amortizar anualmente pelo Município).
- 129) «**10.06.03.06 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo**» Englobam-se os pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos contraídos (Nos termos da alínea l), artigo 14.º conjugada com o artigo 49.º, anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações) de médio longo prazo. (Ex: empréstimos de médio longo prazo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo a amortizar anualmente pelo Município).
- 130) «**10.06.05.02 Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)**» Englobam-se os pagamentos decorrentes da amortização do empréstimo contraído (Nos termos da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto) de médio longo prazo. (Ex: empréstimo de médio longo prazo da Direção Geral do Tesouro e Finanças a amortizar anualmente pelo Município).

CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR

MAPA DE ENCARGOS ANUAIS A SATIZFAZER COM A LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS								ANO FINANCEIRO DE 2017			(Em Euros)	(Em Euros)	ANO FINANCEIRO DE 2018			(Em Euros)	(Em Euros)	ANO FINANCEIRO DE 2019			(Em Euros)	(Em Euros)	ANO FINANCEIRO DE 2020			(Em Euros)	(Em Euros)	ANO FINANCEIRO DE 2021			(Em Euros)	(Em Euros)
Data	Finalidades (objetivo/Programa)	Entidade Credora	Capital	Taxa de Juro		Prazo de Amortização	Anos Decorridos	Anos que faltam	Encargos do Ano		Capital Dívida Início	Capital Dívida Fim	Encargos do Ano		Capital Dívida Início	Capital Dívida Fim	Encargos do Ano		Capital Dívida Início	Capital Dívida Fim	Encargos do Ano		Capital Dívida Início	Capital Dívida Fim	Encargos do Ano		Capital Dívida Início	Capital Dívida Fim	Encargos do Ano		Capital Dívida Início	Capital Dívida Fim
				Inicial	Actual				Amortização	Juros			Amortização	Juros			Amortização	Juros			Amortização	Juros			Amortização	Juros			Amortização	Juros		
16.07.01	Prejuízos causados pelos temporais - L/C intermperies D.L38/C-2001 de 8 de Fevereiro (Bonificado) - 9015/00222/0391	Caixa Geral Depósitos	399 038,32	2,400%	0,680%	20	15	5	25 030,20	164,13	125 495,22	100 465,02	25 067,12	122,96	100 465,02	75 397,90	25 099,85	90,23	75 397,90	50 298,05	25 132,62	57,46	50 298,05	25 165,43	25 165,43	24,65	25 165,43	25 165,43	24,65	25 165,43	0,00	
16.07.01	Idém (Não Bonificado) 9015/00222/1191	Caixa Geral Depósitos	199 519,16	4,810%	1,373%	20	15	5	13 232,77	172,42	66 524,99	53 292,22	13 271,58	128,94	53 292,22	40 020,64	13 305,84	94,68	40 020,64	26 714,80	13 340,20	60,32	26 714,80	13 374,60	13 374,60	25,88	13 374,60	13 374,60	0,00			
03.06.04	Urbanização áreas de Lazer Queimada, Queimadela, Travanca, Variante Sta. Barbara Armamar; Construção da Zona Industrial; Requalificação Urbana Zona Histórica de Armamar; Projecto e construção Piscina Coberta - 9140/01318/9191	Caixa Geral Depósitos	470 000,00	2,823%	1,526%	20	12	8	35 625,22	1 155,34	280 170,64	244 545,42	35 779,72	1 000,84	244 545,42	208 765,70	35 934,90	845,66	208 765,70	172 830,80	36 090,75	689,81	172 830,80	136 740,05	36 247,28	533,28	136 740,05	100 492,77				
14.10.05	Construção da Zona Industrial de Armamar; Aquisição de terrenos em diversas freguesias; Arruamentos, infraestruturas eléctricas, calcetamento nas diversas freguesias do concelho; Caminho Municipal E.M. 544-I-Beneficiação do Troço Tões-Armamar e caminho municipal E. M. 544-I-Beneficiação do Troço queimadela/queimada/Tões e E.M. 545-Beneficiação do Troço Padrão/S. Romão - 9015004571891	Caixa Geral Depósitos	500 000,00	2,485%	4,981%	20	11	9	34 741,78	123,06	313 189,35	278 447,57	34 756,02	108,82	278 447,57	243 691,55	34 770,26	94,58	243 691,55	208 921,29	34 784,54	80,30	208 921,29	174 136,75	34 798,79	66,05	174 136,75	139 337,96				
30.07.08	Const. Adutora de Abastecimento de água da Zona Sul e Poente do Concelho de Armamar e Construção de ETAR's compactas - 9015/ 002481/ 187/ 0019	Caixa Geral Depósitos	150 000,00	4,225%	5,290%	25	9,5	15,5	7 261,96	0,00	112 560,43	105 298,47	7 261,96	0,00	105 298,47	98 036,51	7 261,96	0,00	98 036,51	90 774,55	7 261,96	0,00	90 774,55	83 512,59	7 261,96	0,00	83 512,59	76 250,63				
01/10/09	Centro Escolar de Armamar	Caixa Agrícola	195 000,00	2,336%	2,288%	20	8	12	11 056,25	1 572,79	153 294,68	142 238,43	11 174,12	1 454,92	142 238,43	131 064,31	11 293,27	1 335,77	131 064,31	119 771,04	11 413,66	1 215,38	119 771,04	108 357,38	11 535,36	1 093,68	108 357,38	96 822,02				
22/06/2012	Reestruturação financeira de empréstimos (0108/001457/491 e 9015/00284/1491) - 9015/007504/891	Caixa Geral Depósitos	4 131 977,03	2,560%	2,117%	10	4,5	5,5	440 636,81	14 969,93	2 385 337,20	1 944 700,39	443 683,45	11 895,11	1 944 700,39	1 501 016,94	446 723,30	8 855,26	1 501 016,94	1 054 293,64	449 784,00	5 794,56	1 054 293,64	604 509,64	452 865,68	2 712,88	604 509,64	151 643,96				
16/11/12	Programa de Apoio à Economia Local - Programa II	Estado Português	987 993,72	2,600%	2,450%	14	4	10	71 355,10	17 272,62	713 551,03	642 195,93	71 355,10	15 500,69	642 195,93	570 840,83	71 355,10	13 728,77	570 840,83	499 485,73	71 355,10	11 990,83	499 485,73	428 130,63	71 355,10	10 184,92	428 130,63	356 775,53				
20/12/13	Requalificação e valorização da EN 222, no troço DOC - Quinta da Reduída	Caixa Agrícola	363 000,00	5,340%	5,570%	10	3	7	36 424,39	13 439,57	295 842,57	259 418,18	38 216,31	11 647,65	259 418,18	221 201,87	40 096,39	9 767,57	221 201,87	181 105,48	42 068,94	7 795,01	181 105,48	139 036,54	44 138,49	5 725,47	139 036,54	94 898,05				
	TOTAL		7 396 528,23						675 364,48	48 869,86	4 445 966,11	3 770 601,63	680 565,38	41 859,93	3 770 601,63	3 090 036,25	685 840,87	34 812,52	3 090 036,25	2 404 195,38	691 231,77	27 683,67	2 404 195,38	1 712 963,61	696 742,69	20 366,81	1 712 963,61	1 016 220,92				

RESUMO DO ORÇAMENTO

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO DE 2017

(Unidade: Euro)

Designação	Orçamento da Receita e Despesa 2017			Plano Orçamental Plurianual			
	Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
Receita corrente	147 987,61	7 338 335,39	7 486 323,00	7 159 188,00	7 183 919,00	7 179 130,00	7 185 646,00
Receita de capital	1 645,76	2 289 071,24	2 290 717,00	1 207 800,00	791 258,00	791 258,00	791 258,00
Receita efetiva	149 633,37	9 627 406,63	9 777 040,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
Receita não efetiva	0,00	843 500,00	843 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL	149 633,37	10 470 906,63	10 620 540,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
Despesa correntes	678 739,00	6 185 411,00	6 864 150,00	6 768 817,00	6 813 401,00	6 814 195,00	6 801 470,00
Despesa de capital	68 960,00	2 309 572,00	2 378 532,00	865 124,00	423 453,00	412 479,00	426 209,00
Despesa efetiva	747 699,00	8 494 983,00	9 242 682,00	7 633 941,00	7 236 854,00	7 226 674,00	7 227 679,00
Despesa não efetiva	300 000,00	1 077 858,00	1 377 858,00	733 047,00	738 323,00	743 714,00	749 225,00
DESPESA TOTAL	1 047 699,00	9 572 841,00	10 620 540,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
Saldo total	1 047 699,00	9 572 841,00	10 620 540,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
Saldo global	-898 065,63	898 065,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa primária	-598 065,63	1 132 423,63	534 358,00	733 047,00	738 323,00	743 714,00	749 225,00
Saldo corrente	742 699,00	7 618 436,00	8 361 135,00	7 519 744,00	7 144 148,00	7 153 194,00	7 171 904,00
Saldo de capital	-530 751,39	1 152 924,39	622 173,00	390 371,00	370 518,00	364 935,00	384 176,00
Saldo primário	-593 065,63	1 266 271,63	673 206,00	847 244,00	831 029,00	817 194,00	805 000,00

NOTAS EXPLICATIVAS:**RECEITA**

Receitas correntes: incidem sobre o património não duradouro do Município, provêm de ganhos do período orçamental e esgotam-se no período de um ano. São aquelas que, regra geral, se renovam em todos os períodos de relato. Rendimentos de propriedade, como sejam juros e rendas, vendas de bens e serviços correntes com reduções no património não duradouro, constituem exemplos de receitas correntes.

Receitas de capital: Receitas de capital alteram o património duradouro do Município; são receitas cobradas ocasionalmente, isto é, que se revestem de carácter transitório e que, regra geral, estão associadas a uma diminuição do património duradouro ou aumento dos ativos e passivos de médio/longo prazos. São exemplos de receitas de capital as que resultam da venda de imóveis e empréstimos.

Receita efetiva: corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais. É o somatório das receitas correntes e de capital.

Receita não efetiva: corresponde ao somatório das quantias resultantes de ativos e passivos financeiros orçamentais. São exemplos de receita não efetiva as provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação e a que resulta de empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazos.

Receita total: corresponde à receita efetiva adicionada da receita não efetiva e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

DESPESA

Despesas correntes: são despesas efetivas que assumem um carácter regular e correspondem à aquisição de serviços e bens a consumir no período orçamental, podendo abranger, pela sua irrelevância material, bens de equipamento.

Despesas de capital: são despesas efetivas que alteram o património duradouro do Município, assumem um carácter pontual e contribuem para a formação bruta de capital fixo e para o bem-estar coletivo, como por exemplo quaisquer investimentos.

Despesa efetiva: corresponde à despesa total deduzida despesa não efetiva. É o somatório das despesas correntes e de capital.

Despesa não efetiva: corresponde à despesa total deduzida da despesa efetiva. É o somatório dos ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

Despesa total: corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa não efetiva.

Saldo total: corresponde à diferença entre a receita total e a despesa total.

Saldo global: corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

Despesa primária: corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos.

Saldo corrente: corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes.

Saldo de capital: corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.

Saldo primário: corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros.

RESUMO DA RECEITA E DESPESA E DO PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Orçamento da Receita e Despesa 2017			Plano Orçamental Plurianual			
		Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
	RECEITA CORRENTE	147 987,61	7 338 335,39	7 486 323,00	7 159 188,00	7 183 919,00	7 179 130,00	7 185 646,00
R1	Receita fiscal	140,00	817 320,00	817 460,00	630 735,00	652 525,00	646 355,00	650 620,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	807 230,00	807 230,00	619 855,00	642 015,00	635 660,00	640 040,00
R1.2	Impostos indiretos	140,00	10 090,00	10 230,00	10 880,00	10 510,00	10 695,00	10 580,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7 054,75	190 935,25	197 990,00	187 100,00	188 225,00	187 650,00	187 850,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	213 495,00	213 495,00	214 080,00	215 895,00	217 850,00	219 900,00
R5	Transferências Correntes	12 864,44	5 147 383,56	5 160 248,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00
R5.1	Administrações Públicas	12 864,44	5 147 383,56	5 160 248,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	12 864,44	5 134 383,56	5 147 248,00	5 134 383,00	5 134 383,00	5 134 383,00	5 134 383,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00
R6	Venda de bens e serviços	127 928,42	937 681,58	1 065 610,00	948 370,00	948 371,00	948 372,00	948 373,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00
	RECEITA DE CAPITAL	1 645,76	2 289 071,24	2 290 717,00	1 207 800,00	791 258,00	791 258,00	791 258,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00
R9	Transferências de Capital	0,00	1 967 067,00	1 967 067,00	884 700,00	468 158,00	468 158,00	468 158,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	1 700 392,00	1 700 392,00	884 680,00	468 138,00	468 138,00	468 138,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	1 700 392,00	1 700 392,00	884 680,00	468 138,00	468 138,00	468 138,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	600,00	600,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 645,76	19 904,24	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00
RECEITA EFETIVA [1]		149 633,37	9 627 406,63	9 777 040,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
	RECEITA NÃO EFETIVA [2]	0,00	843 500,00	843 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	843 500,00	843 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL [3] = [1] + [2]		149 633,37	10 470 906,63	10 620 540,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
	DESPESA CORRENTE	678 739,00	6 185 411,00	6 864 150,00	6 768 817,00	6 813 401,00	6 814 195,00	6 801 470,00
D1	Despesas com o pessoal	54 800,00	3 106 852,00	3 161 652,00	3 187 800,00	3 253 875,00	3 273 895,00	3 278 875,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	2 370 520,00	2 370 520,00	2 382 816,00	2 436 983,00	2 461 983,00	2 461 983,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	53 280,00	53 280,00	53 820,00	58 800,00	53 820,00	58 800,00
D1.3	Segurança social	54 800,00	683 052,00	737 852,00	751 164,00	758 092,00	758 092,00	758 092,00
D2	Aquisição de bens e serviços	593 307,00	2 540 468,00	3 133 775,00	3 036 945,00	3 036 945,00	3 036 945,00	3 036 945,00
D3	Juros e outros encargos	5 000,00	133 848,00	138 848,00	114 197,00	92 706,00	73 480,00	55 775,00
D4	Transferências correntes	8 250,00	293 735,00	301 985,00	301 985,00	301 985,00	301 985,00	301 985,00
D4.1	Administrações Públicas	7 500,00	17 390,00	24 890,00	24 890,00	24 890,00	24 890,00	24 890,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D4.1.5	Administração Local	7 500,00	13 000,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	750,00	55 750,00	56 500,00	56 500,00	56 500,00	56 500,00	56 500,00
D4.3	Famílias	0,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00
D5	Subsídios	7 382,00	69 118,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00

RESUMO DA RECEITA E DESPESA E DO PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Orçamento da Receita e Despesa 2017			Plano Orçamental Plurianual			
		Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
D6	Outras despesas correntes	10 000,00	41 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00
	DESPESA DE CAPITAL	68 960,00	2 309 572,00	2 378 532,00	865 124,00	423 453,00	412 479,00	426 209,00
D7	Investimento	50 960,00	2 201 027,00	2 251 987,00	762 094,00	317 933,00	393 944,00	426 209,00
D8	Transferências de capital	18 000,00	108 545,00	126 545,00	103 030,00	105 520,00	18 535,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	126 545,00	126 545,00	32 540,00	32 540,00	12 360,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras Entidades	0,00	1 060,00	1 060,00	530,00	530,00	400,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	32 010,00	32 010,00	32 010,00	32 010,00	11 960,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	18 000,00	75 475,00	93 475,00	70 490,00	72 980,00	6 175,00	0,00
DESPESA EFETIVA [4]		747 699,00	8 494 983,00	9 242 682,00	7 633 941,00	7 236 854,00	7 226 674,00	7 227 679,00
	DESPESA NÃO EFETIVA [5]	300 000,00	1 077 858,00	1 377 858,00	733 047,00	738 323,00	743 714,00	749 225,00
D10	Despesas com ativos financeiros	0,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00
D11	Despesas com passivos financeiros	300 000,00	1 025 376,00	1 325 376,00	680 565,00	685 841,00	691 232,00	696 743,00
DESPESA TOTAL [6] = [4] + [5]		1 047 699,00	9 572 841,00	10 620 540,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
SALDO TOTAL = [3] - [6]		-898 065,63	898 065,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO GLOBAL = [1] - [4]		-598 065,63	1 132 423,63	534 358,00	733 047,00	738 323,00	743 714,00	749 225,00
DESPESA PRIMÁRIA = DESPESA EFETIVA - JUROS E OUTROS ENCARGOS		742 699,00	7 618 436,00	8 361 135,00	7 519 744,00	7 144 148,00	7 153 194,00	7 171 904,00
SALDO CORRENTE = RECEITA CORRENTE - DESPESA CORRENTE		-530 751,39	1 152 924,39	622 173,00	390 371,00	370 518,00	364 935,00	384 176,00
SALDO DE CAPITAL = RECEITA DE CAPITAL - DESPESA DE CAPITAL		-67 314,24	-87 815,00	-155 129,24	342 676,00	367 805,00	378 779,00	365 049,00
SALDO PRIMÁRIO = RECEITA EFETIVA - (DESPESA EFETIVA - JUROS E OUTROS ENCARGOS)		-593 065,63	1 266 271,63	673 206,00	847 244,00	831 029,00	817 194,00	805 000,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Orçamento da Receita 2017			Plano Orçamental Plurianual			
				Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
	RECEITA CORRENTE			147 987,61	7 338 335,39	7 486 323,00	7 159 188,00	7 183 919,00	7 179 130,00	7 185 646,00
R1	RECEITA FISCAL			140,00	817 320,00	817 460,00	630 735,00	652 525,00	646 355,00	650 620,00
R1.1	IMPOSTOS DIRETOS	01.00.00	IMPOSTOS DIRETOS	0,00	807 230,00	807 230,00	619 855,00	642 015,00	635 660,00	640 040,00
R1.1	IMPOSTOS DIRETOS	01.02.00	OUTROS	0,00	807 230,00	807 230,00	619 855,00	642 015,00	635 660,00	640 040,00
R1.1	Impostos Diretos	01.02.02	Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	0,00	496 050,00	496 050,00	462 685,00	479 365,00	471 000,00	475 180,00
R1.1	Impostos Diretos	01.02.03	Imposto único de circulação (IUC)	0,00	103 120,00	103 120,00	101 660,00	102 390,00	102 025,00	102 200,00
R1.1	Impostos Diretos	01.02.04	Imposto municipal sobre as transacções onerosas de imóveis (IMT)	0,00	143 050,00	143 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	01.02.05	Derrama	0,00	65 000,00	65 000,00	55 500,00	60 250,00	62 625,00	62 650,00
R1.1	IMPOSTOS DIRETOS	01.02.07.00	IMPOSTOS ABOLIDOS	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R1.1	Impostos Diretos	01.02.07.01	Contribuição autárquica	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R1.2	IMPOSTOS INDIRETOS	02.00.00	IMPOSTOS INDIRETOS	140,00	10 090,00	10 230,00	10 880,00	10 510,00	10 695,00	10 580,00
R1.2	IMPOSTOS INDIRETOS	02.02.00	OUTROS	140,00	10 090,00	10 230,00	10 880,00	10 510,00	10 695,00	10 580,00
R1.2	IMPOSTOS INDIRETOS	02.02.06.00	IMPOSTOS INDIRETOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	140,00	10 230,00	10 370,00	10 880,00	10 510,00	10 695,00	10 580,00
R1.2	Impostos Indiretos	02.02.06.01	Mercados e feiras	0,00	5 550,00	5 550,00	5 355,00	5 450,00	5 425,00	5 425,00
R1.2	Impostos Indiretos	02.02.06.02	Loteamentos e obras	0,00	3 600,00	3 600,00	4 550,00	4 075,00	4 300,00	4 185,00
R1.2	Impostos Indiretos	02.02.06.03	Ocupação da via pública	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R1.2	Impostos Indiretos	02.02.06.05	Publicidade	101,00	9,00	110,00	110,00	110,00	110,00	110,00
R1.2	Impostos Indiretos	02.02.06.06	Saneamento	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R1.2	Impostos Indiretos	02.02.06.07	Utilização da rede viária municipal	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R1.2	IMPOSTOS INDIRETOS	02.02.06.99.00	OUTROS	39,00	820,00	859,00	715,00	725,00	710,00	710,00
R1.2	Impostos Indiretos	02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	02.02.06.99.02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	0,00	120,00	120,00	60,00	50,00	50,00	50,00
R1.2	Impostos Indiretos	02.02.06.99.99	Outros	39,00	661,00	700,00	655,00	675,00	660,00	660,00
R3	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	04.00.00	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	7 054,75	190 935,25	197 990,00	187 100,00	188 225,00	187 650,00	187 850,00
R3	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	04.01.23.00	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	7 054,75	182 325,25	189 380,00	187 100,00	188 225,00	187 650,00	187 850,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.01.23.01	Mercados e feiras	314,26	35,74	350,00	320,00	320,00	320,00	320,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.01.23.02	Loteamentos e obras	127,20	24 072,80	24 200,00	21 950,00	23 075,00	22 500,00	22 700,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.01.23.03	Ocupação da via pública	0,00	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	0,00	30 100,00	30 100,00	30 100,00	30 100,00	30 100,00	30 100,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.01.23.06	Saneamento	6 400,00	114 950,00	121 350,00	121 350,00	121 350,00	121 350,00	121 350,00
R3	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	04.01.23.99.00	OUTRAS TAXAS	213,29	12 466,71	12 680,00	12 680,00	12 680,00	12 680,00	12 680,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.01.23.99.01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	0,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.01.23.99.99	Outras	213,29	12 436,71	12 650,00	12 650,00	12 650,00	12 650,00	12 650,00
R3	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	04.02.00	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	0,00	8 610,00	8 610,00	8 610,00	8 610,00	8 610,00	8 610,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.02.01	Juros de mora	0,00	7 500,00	7 500,00	7 500,00	7 500,00	7 500,00	7 500,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.02.02	Juros compensatórios	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.02.04	Coimas e penalidades por contra-ordenações	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	04.02.99	Multas e penalidades diversas	0,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00
R4	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	05.00.00	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	0,00	213 495,00	213 495,00	214 080,00	215 895,00	217 850,00	219 900,00
R4	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	05.02.00	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R4	Rendimentos de Propriedade	05.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R4	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	05.07.00	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	0,00	14 110,00	14 110,00	12 700,00	12 500,00	12 500,00	12 500,00
R4	Rendimentos de Propriedade	05.07.01	Empresas públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de Propriedade	05.07.02	Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de Propriedade	05.07.03	Empresas privadas	0,00	14 100,00	14 100,00	12 700,00	12 500,00	12 500,00	12 500,00
R4	Rendimentos de Propriedade	05.07.99	Outras	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	05.10.00	RENDAS	0,00	199 375,00	199 375,00	201 370,00	203 385,00	205 340,00	207 390,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Orçamento da Receita 2017			Plano Orçamental Plurianual			
				Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
R4	Rendimentos de Propriedade	05.10.01	Terrenos	0,00	199 335,00	199 335,00	201 330,00	203 345,00	205 300,00	207 350,00
R4	Rendimentos de Propriedade	05.10.03	Habitações	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R4	Rendimentos de Propriedade	05.10.04	Edifícios	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R4	Rendimentos de Propriedade	05.10.05	Bens de Domínio Público	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R4	Rendimentos de Propriedade	05.10.99	Outros	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	06.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12 864,44	5 147 383,56	5 160 248,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00
R5.1	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS			12 864,44	5 147 383,56	5 160 248,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00
R5.1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	06.03.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	12 864,44	5 134 383,56	5 147 248,00	5 134 383,00	5 134 383,00	5 134 383,00	5 134 383,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.00	ESTADO	0,00	4 898 573,00	4 898 573,00	4 898 573,00	4 898 573,00	4 898 573,00	4 898 573,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	0,00	4 033 238,00	4 033 238,00	4 033 238,00	4 033 238,00	4 033 238,00	4 033 238,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.02	Fundo Social Municipal (FSM)	0,00	205 985,00	205 985,00	205 985,00	205 985,00	205 985,00	205 985,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.03	Participação fixa no IRS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	06.03.01.99.00	OUTRAS	0,00	659 350,00	659 350,00	659 350,00	659 350,00	659 350,00	659 350,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.99.01	Pessoal N/ docente do Ensino Pré-Escolar	0,00	73 350,00	73 350,00	73 350,00	73 350,00	73 350,00	73 350,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.99.02	Pessoal N/ docente do 1.º ciclo do Ensino Básico	0,00	115 350,00	115 350,00	115 350,00	115 350,00	115 350,00	115 350,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.99.03	Pessoal N/ docente do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico	0,00	312 150,00	312 150,00	312 150,00	312 150,00	312 150,00	312 150,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.99.04	Pessoal N/ docente s/ Funções letivas	0,00	40 900,00	40 900,00	40 900,00	40 900,00	40 900,00	40 900,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.99.05	Acordo de cooperação pré-escolar	0,00	31 050,00	31 050,00	31 050,00	31 050,00	31 050,00	31 050,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.99.06	Situações especiais do 2.º e 3.º ciclos	0,00	13 650,00	13 650,00	13 650,00	13 650,00	13 650,00	13 650,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.99.07	Atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo	0,00	19 250,00	19 250,00	19 250,00	19 250,00	19 250,00	19 250,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.99.09	Componente social	0,00	37 700,00	37 700,00	37 700,00	37 700,00	37 700,00	37 700,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.01.99.99	Outras	0,00	15 950,00	15 950,00	15 950,00	15 950,00	15 950,00	15 950,00
R5.1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	06.03.06.00	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	12 864,44	89 785,56	102 650,00	89 785,00	89 785,00	89 785,00	89 785,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.06.02	Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)	12 864,44	0,56	12 865,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.06.04	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)	0,00	43 035,00	43 035,00	43 035,00	43 035,00	43 035,00	43 035,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.06.05	Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020)	0,00	46 750,00	46 750,00	46 750,00	46 750,00	46 750,00	46 750,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.07	Serviços e fundos autónomos	0,00	16 850,00	16 850,00	16 850,00	16 850,00	16 850,00	16 850,00
R5.1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	06.03.09.00	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	0,00	129 175,00	129 175,00	129 175,00	129 175,00	129 175,00	129 175,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	06.03.09.01	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	0,00	129 175,00	129 175,00	129 175,00	129 175,00	129 175,00	129 175,00
R5.1.3	SEGURANÇA SOCIAL	06.06.00	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00
R5.1.3	Segurança Social	06.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	0,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.00.00	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	127 928,42	937 681,58	1 065 610,00	948 370,00	948 371,00	948 372,00	948 373,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.01.00	VENDA DE BENS	40 800,00	241 150,00	281 950,00	47 750,00	47 750,00	47 750,00	47 750,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.01	Material de escritório	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.02	Livros e documentação técnica	0,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.03	Publicações e impressos	0,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.04	Fardamentos e artigos pessoais	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.05	Bens inutilizados	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.06	Produtos agrícolas e pecuários	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.07	Produtos alimentares e bebidas	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.01.08.00	MERCADORIAS	40 800,00	235 000,00	275 800,00	41 600,00	41 600,00	41 600,00	41 600,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.08.01	Água	40 800,00	234 200,00	275 000,00	40 800,00	40 800,00	40 800,00	40 800,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.08.03	Outros	0,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.09	Matérias de consumo	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.01.10.00	DESPREDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	0,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.10.01	Sucata	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.10.99	Outros	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.01.11.00	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	0,00	1 020,00	1 020,00	1 020,00	1 020,00	1 020,00	1 020,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Orçamento da Receita 2017			Plano Orçamental Plurianual			
				Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.11.01	Inertes	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.11.02	Água	0,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.11.99	Outros	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.01.99	Outros	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.02.00	SERVIÇOS	87 128,42	412 731,58	499 860,00	900 620,00	900 621,00	900 622,00	900 623,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos	6 575,00	45 925,00	52 500,00	52 500,00	52 500,00	52 500,00	52 500,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.03	Vistorias e ensaios	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.07	Alimentação e alojamento	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.02.08.00	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESPORTO	40 276,71	5 813,29	46 090,00	446 850,00	446 851,00	446 852,00	446 853,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.08.01	Serviços sociais	0,00	50,00	50,00	50,00	51,00	52,00	53,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.02.08.02.00	SERVIÇOS RECREATIVOS	0,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.08.02.01	Turismo Sénior	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.08.02.99	Outros	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.02.08.03.00	SERVIÇOS CULTURAIS	0,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.08.03.01	Turismo Sénior	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.08.03.99	Outros	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.08.04	Serviços desportivos	0,00	46 000,00	46 000,00	46 000,00	46 000,00	46 000,00	46 000,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.02.09.00	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	40 276,71	359 983,29	400 260,00	400 260,00	400 260,00	400 260,00	400 260,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.09.01	Saneamento	5 300,00	109 700,00	115 000,00	115 000,00	115 000,00	115 000,00	115 000,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.09.02	Resíduos sólidos	25 777,00	209 223,00	235 000,00	235 000,00	235 000,00	235 000,00	235 000,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.02.09.03.00	TRANSPORTES COLETIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	0,00	1 010,00	1 010,00	1 010,00	1 010,00	1 010,00	1 010,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.09.03.02	Transportes escolares	0,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.09.03.99	Outros	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.09.04	Trabalhos por conta de particulares	0,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.09.05	Cemitérios	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.09.06	Mercados e feiras	8 704,18	3 045,82	11 750,00	11 750,00	11 750,00	11 750,00	11 750,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.09.99	Outros serviços específicos das autarquias	495,53	35 504,47	36 000,00	36 000,00	36 000,00	36 000,00	36 000,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.02.99	Outros	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
R6	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	07.03.00	RENDAS	5,50	283 794,50	283 800,00	283 800,00	283 800,00	283 800,00	283 800,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.03.01	Habitações	5,50	344,50	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.03.02	Edifícios	0,00	10 950,00	10 950,00	10 950,00	10 950,00	10 950,00	10 950,00
R6	Venda de Bens e Serviços	07.03.99	Outras	0,00	272 500,00	272 500,00	272 500,00	272 500,00	272 500,00	272 500,00
R7	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	08.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00
R7	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	08.01.00	OUTRAS	0,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00
R7	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	08.01.99.00	OUTRAS	0,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00
R7	Outras Receitas Correntes	08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R7	Outras Receitas Correntes	08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R7	Outras Receitas Correntes	08.01.99.03	IVA reembolsado	0,00	9 000,00	9 000,00	9 000,00	9 000,00	9 000,00	9 000,00
R7	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	08.01.99.99.00	DIVERSAS	0,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00
R7	Outras Receitas Correntes	08.01.99.99.02	Emolumentos de custas de execuções fiscais	0,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
R7	Outras Receitas Correntes	08.01.99.99.99	Receitas correntes diversas	0,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00
R8	RECEITA DE CAPITAL			1 645,76	2 289 071,24	2 290 717,00	1 207 800,00	791 258,00	791 258,00	791 258,00
R8	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	09.00.00	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00
R8	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	09.01.00	TERRENOS	0,00	252 220,00	252 220,00	252 220,00	252 220,00	252 220,00	252 220,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.01.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	44 000,00	44 000,00	44 000,00	44 000,00	44 000,00	44 000,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.01.02	Sociedades financeiras	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.01.09	Instituições sem fins lucrativos	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.01.10	Famílias	0,00	208 200,00	208 200,00	208 200,00	208 200,00	208 200,00	208 200,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Orçamento da Receita 2017			Plano Orçamental Plurianual			
				Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
R8	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	09.02.00	HABITAÇÕES	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.02.10	Famílias	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R8	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	09.03.00	EDIFÍCIOS	0,00	45 020,00	45 020,00	45 020,00	45 020,00	45 020,00	45 020,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.03.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.03.02	Sociedades financeiras	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.03.09	Instituições sem fins lucrativos	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.03.10	Famílias	0,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00
R8	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	09.04.00	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	0,00	4 250,00	4 250,00	4 250,00	4 250,00	4 250,00	4 250,00
R8	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	09.04.01.00	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	0,00	3 800,00	3 800,00	3 800,00	3 800,00	3 800,00	3 800,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.01.01	Equipamento de transporte	0,00	1 250,00	1 250,00	1 250,00	1 250,00	1 250,00	1 250,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.01.02	Maquinaria e equipamento	0,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.01.03	Outros	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R8	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	09.04.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.02.01	Equipamento de transporte	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.02.02	Maquinaria e equipamento	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.02.03	Outros	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R8	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	09.04.09.00	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.09.01	Equipamento de transporte	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.09.02	Maquinaria e equipamento	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.09.03	Outros	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R8	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	09.04.10.00	FAMILIAS	0,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.10.01	Equipamento de transporte	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.10.02	Maquinaria e equipamento	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R8	Vendas de Bens de Investimento	09.04.10.03	Outros	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R9	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	1 967 067,00	1 967 067,00	884 700,00	468 158,00	468 158,00	468 158,00
R9.1	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS			0,00	1 700 392,00	1 700 392,00	884 680,00	468 138,00	468 138,00	468 138,00
R9.3	OUTRAS	10.01.00	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	0,00	266 675,00	266 675,00	20,00	20,00	20,00	20,00
R9.3	OUTRAS	10.01.01.00	PÚBLICAS	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R9.3	Outras	10.01.01.01	Empresas públicas (EP)	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R9.3	Outras	10.01.02	Privadas (EDP)	0,00	266 665,00	266 665,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R9.1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	10.03.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,00	1 700 392,00	1 700 392,00	884 680,00	468 138,00	468 138,00	468 138,00
R9.1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	10.03.01.00	ESTADO	0,00	737 373,00	737 373,00	468 138,00	468 138,00	468 138,00	468 138,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	0,00	448 138,00	448 138,00	448 138,00	448 138,00	448 138,00	448 138,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	10.03.01.04	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	0,00	289 235,00	289 235,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	10.03.01.04.01	Ministério de Educação (ME)	0,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	10.03.01.04.02	Direção Geral das Autarquias Locais - Fundo de Emergência Municipal (FEM)	0,00	269 235,00	269 235,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	10.03.07.00	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	0,00	963 019,00	963 019,00	416 542,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	10.03.07.02	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)	0,00	127 400,00	127 400,00	163 012,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	10.03.07.04	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência Uso de Recursos (POSEUR)	0,00	823 869,00	823 869,00	253 530,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	10.03.07.05	Programa Regional de Desenvolvimento Rural (PDR)	0,00	11 750,00	11 750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	13.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	600,00	600,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R10	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	13.01.00	OUTRAS	0,00	600,00	600,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R10	Outras Receitas de Capital	13.01.01	Indemnizações	0,00	600,00	600,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R11	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	15.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 645,76	19 904,24	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00
R11	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	15.01.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 645,76	19 904,24	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 645,76	19 904,24	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00
RECEITA EFETIVA [1]				149 633,37	9 627 406,63	9 777 040,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
R13	RECEITA NÃO EFETIVA [2]			0,00	843 500,00	843 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	RECEITA COM PASSIVOS FINANCEIROS	12.00.00	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	843 500,00	843 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Orçamento da Receita 2017			Plano Orçamental Plurianual			
				Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
R13	RECEITA COM PASSIVOS FINANCEIROS	12.05.00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	0,00	350 000,00	350 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos Financeiros	12.05.02	Sociedades financeiras	0,00	350 000,00	350 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	RECEITA COM PASSIVOS FINANCEIROS	12.06.00	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00	493 500,00	493 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos Financeiros	12.06.02	Sociedades financeiras	0,00	493 500,00	493 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL [3] = [1] + [2]				149 633,37	10 470 906,63	10 620 540,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Notas	Orçamento da Despesa 2017			Plano Orçamental Plurianual			
					Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
	DESPESA CORRENTE				678 739,00	6 185 411,00	6 864 150,00	6 768 817,00	6 813 401,00	6 814 195,00	6 801 470,00
D1	DESPESAS COM O PESSOAL	01.00.00	DESPESAS COM O PESSOAL		54 800,00	3 106 852,00	3 161 652,00	3 187 800,00	3 253 875,00	3 273 895,00	3 278 875,00
D1.1	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	01.01.00	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		0,00	2 370 520,00	2 370 520,00	2 382 816,00	2 436 983,00	2 461 983,00	2 461 983,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	1	0,00	90 470,00	90 470,00	90 470,00	90 470,00	90 470,00	90 470,00
D1.1	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	01.01.04.00	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO		0,00	1 642 500,00	1 642 500,00	1 667 490,00	1 717 490,00	1 742 490,00	1 742 490,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.04.01	Pessoal em funções	2	0,00	1 622 150,00	1 622 150,00	1 622 150,00	1 647 150,00	1 672 150,00	1 672 150,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	3	0,00	10,00	10,00	25 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.04.04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	4	0,00	20 340,00	20 340,00	20 340,00	20 340,00	20 340,00	20 340,00
D1.1	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	01.01.06.00	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO		0,00	6 395,00	6 395,00	6 395,00	6 395,00	6 395,00	6 395,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.06.01	Pessoal em funções	5	0,00	6 390,00	6 390,00	6 390,00	6 390,00	6 390,00	6 390,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.06.04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	6	0,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	7	0,00	43 980,00	43 980,00	43 980,00	43 980,00	43 980,00	43 980,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	8	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	9	0,00	56 535,00	56 535,00	56 535,00	56 535,00	56 535,00	56 535,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.11	Representação	10	0,00	25 620,00	25 620,00	25 620,00	25 620,00	25 620,00	25 620,00
D1.1	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	01.01.13.00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		0,00	194 430,00	194 430,00	194 430,00	194 430,00	194 430,00	194 430,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.13.01	Pessoal em funções	11	0,00	185 970,00	185 970,00	185 970,00	185 970,00	185 970,00	185 970,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	12	0,00	5 355,00	5 355,00	5 355,00	5 355,00	5 355,00	5 355,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.13.03	Membros dos órgãos autárquicos	13	0,00	3 105,00	3 105,00	3 105,00	3 105,00	3 105,00	3 105,00
D1.1	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	01.01.14.00	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL		0,00	280 340,00	280 340,00	287 896,00	292 063,00	292 063,00	292 063,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.14.01	Pessoal em funções	14	0,00	260 105,00	260 105,00	267 661,00	271 828,00	271 828,00	271 828,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	15	0,00	20 235,00	20 235,00	20 235,00	20 235,00	20 235,00	20 235,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	01.01.15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	16	0,00	20 250,00	20 250,00	20 250,00	20 250,00	20 250,00	20 250,00
D1.2	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	01.02.00	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		0,00	53 280,00	53 280,00	53 820,00	58 800,00	53 820,00	58 800,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	01.02.02	Horas extraordinárias	17	0,00	23 100,00	23 100,00	23 100,00	23 100,00	23 100,00	23 100,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	01.02.03	Alimentação e alojamento	18	0,00	60,00	60,00	600,00	600,00	600,00	600,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	01.02.04	Ajudas de custo	19	0,00	7 530,00	7 530,00	7 530,00	7 530,00	7 530,00	7 530,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	01.02.05	Abono para falhas	20	0,00	5 040,00	5 040,00	5 040,00	5 040,00	5 040,00	5 040,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	21	0,00	395,00	395,00	395,00	395,00	395,00	395,00
D1.2	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	01.02.13.00	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		0,00	17 145,00	17 145,00	17 145,00	22 125,00	17 145,00	22 125,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	01.02.13.01	Prémios de desempenho	22	0,00	20,00	20,00	20,00	5 000,00	20,00	5 000,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	01.02.13.02	Outros	23	0,00	5 110,00	5 110,00	5 110,00	5 110,00	5 110,00	5 110,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	01.02.13.03	Senhas de presença	24	0,00	12 015,00	12 015,00	12 015,00	12 015,00	12 015,00	12 015,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	25	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D1.3	SEGURANÇA SOCIAL	01.03.00	SEGURANÇA SOCIAL		54 800,00	683 052,00	737 852,00	751 164,00	758 092,00	758 092,00	758 092,00
D1.3	Segurança Social	01.03.01	Encargos com a saúde	26	7 800,00	139 700,00	147 500,00	147 500,00	147 500,00	147 500,00	147 500,00
D1.3	Segurança Social	01.03.02	Outros encargos com a saúde	27	0,00	21 300,00	21 300,00	21 300,00	21 300,00	21 300,00	21 300,00
D1.3	Segurança Social	01.03.03	Subsídio familiar a criança e jovens	28	0,00	17 685,00	17 685,00	17 685,00	17 685,00	17 685,00	17 685,00
D1.3	Segurança Social	01.03.04	Outras prestações familiares	29	0,00	5 710,00	5 710,00	5 710,00	5 710,00	5 710,00	5 710,00
D1.3	SEGURANÇA SOCIAL	01.03.05.00	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		47 000,00	441 012,00	488 012,00	500 574,00	507 502,00	507 502,00	507 502,00
D1.3	Segurança Social	01.03.05.01	ADSE - Quotizações	30	0,00	257,00	257,00	257,00	257,00	257,00	257,00
D1.3	SEGURANÇA SOCIAL	01.03.05.02.00	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		47 000,00	437 555,00	484 555,00	497 117,00	504 045,00	504 045,00	504 045,00
D1.3	Segurança Social	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	31	23 500,00	256 880,00	280 380,00	286 661,00	290 125,00	290 125,00	290 125,00
D1.3	Segurança Social	01.03.05.02.02	Segurança social - Regime geral	32	23 500,00	180 675,00	204 175,00	210 456,00	213 920,00	213 920,00	213 920,00
D1.3	SEGURANÇA SOCIAL	01.03.05.03.00	OUTROS		0,00	3 200,00	3 200,00	3 200,00	3 200,00	3 200,00	3 200,00
D1.3	Segurança Social	01.03.05.03.01	Serviços de assistência médico social (SAMS)	33	0,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00
D1.3	Segurança Social	01.03.05.03.03	Segurança social - Entidades contratantes dos trabalhadores independentes	34	0,00	1 200,00	1 200,00	1 200,00	1 200,00	1 200,00	1 200,00
D1.3	Segurança Social	01.03.08	Outras pensões	35	0,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
D1.3	Segurança Social	01.03.09.00	SEGUROS		0,00	57 605,00	57 605,00	58 355,00	58 355,00	58 355,00	58 355,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Notas	Orçamento da Despesa 2017			Plano Orçamental Plurianual			
					Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
D1.3	Segurança Social	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	36	0,00	57 605,00	57 605,00	58 355,00	58 355,00	58 355,00	58 355,00
D1.3	SEGURANÇA SOCIAL	01.03.10.00	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D1.3	Segurança Social	01.03.10.99	Outras despesas de segurança social	37	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	02.00.00	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		593 307,00	2 540 468,00	3 133 775,00	3 036 945,00	3 036 945,00	3 036 945,00	3 036 945,00
D2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	02.01.00	AQUISIÇÃO DE BENS		200 065,00	742 590,00	942 655,00	942 120,00	942 120,00	942 120,00	942 120,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	38	0,00	7 700,00	7 700,00	7 700,00	7 700,00	7 700,00	7 700,00
D2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	02.01.02.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		16 040,00	78 060,00	94 100,00	99 100,00	99 100,00	99 100,00	99 100,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.02.01	Gasolina	39	0,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.02.02	Gasóleo	40	16 000,00	74 000,00	90 000,00	95 000,00	95 000,00	95 000,00	95 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.02.99	Outros	41	40,00	3 960,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.03	Munições, explosivos e artificios	42	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.04	Limpeza e higiene	43	0,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	44	28 000,00	51 000,00	79 000,00	79 000,00	79 000,00	79 000,00	79 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.06	Alimentação - Géneros para confeccionar	45	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	46	0,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.08	Material de escritório	47	500,00	4 500,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	48	0,00	7 500,00	7 500,00	7 500,00	7 500,00	7 500,00	7 500,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.12	Material de transporte - Peças	49	3 000,00	30 000,00	33 000,00	33 000,00	33 000,00	33 000,00	33 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.14	Outro material - Peças	50	0,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	51	1 000,00	8 000,00	9 000,00	9 000,00	9 000,00	9 000,00	9 000,00
D2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	02.01.16.00	MERCADORIAS PARA VENDA		100 000,00	380 565,00	480 565,00	480 365,00	480 365,00	480 365,00	480 365,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.16.01	Água	52	100 000,00	380 200,00	480 200,00	480 000,00	480 000,00	480 000,00	480 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.16.03	Outras	53	0,00	365,00	365,00	365,00	365,00	365,00	365,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.17	Ferramentas e utensílios	54	0,00	500,00	500,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.18	Livros e documentação técnica	55	125,00	3 175,00	3 300,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	56	0,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	57	1 400,00	6 500,00	7 900,00	7 900,00	7 900,00	7 900,00	7 900,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.01.21	Outros bens	58	50 000,00	135 035,00	185 035,00	180 000,00	180 000,00	180 000,00	180 000,00
D2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	02.02.00	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		393 242,00	1 797 878,00	2 191 120,00	2 094 825,00	2 094 825,00	2 094 825,00	2 094 825,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.01	Encargos das instalações	59	50 000,00	380 000,00	430 000,00	430 000,00	430 000,00	430 000,00	430 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.02	Limpeza e higiene	60	77 000,00	221 000,00	298 000,00	298 000,00	298 000,00	298 000,00	298 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.03	Conservação de bens	61	1 600,00	6 400,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.04	Locação de edifícios	62	39 509,00	345 616,00	385 125,00	385 125,00	385 125,00	385 125,00	385 125,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.05	Locação de material de informática	63	5 349,00	19 151,00	24 500,00	24 500,00	24 500,00	24 500,00	24 500,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.06	Locação de material de transporte	64	4 546,00	13 649,00	18 195,00	19 000,00	19 000,00	19 000,00	19 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.08	Locação de outros bens	65	2 832,00	12 168,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.09	Comunicações	66	140,00	49 860,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.10	Transportes	67	30 000,00	120 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.11	Representação dos serviços	68	0,00	1 700,00	1 700,00	1 700,00	1 700,00	1 700,00	1 700,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.12	Seguros	69	0,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.13	Deslocações e estadas	70	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.14	Estudos, pareceres, projetos e consultoria	71	33 825,00	94 810,00	128 635,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.15	Formação	72	0,00	34 800,00	34 800,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.17	Publicidade	73	799,00	13 201,00	14 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.18	Vigilância e segurança	74	1 000,00	8 000,00	9 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.19	Assistência técnica	75	0,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.20	Outros trabalhos especializados	76	120 000,00	280 000,00	400 000,00	400 000,00	400 000,00	400 000,00	400 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.22	Serviços de saúde	77	0,00	2 100,00	2 100,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	78	0,00	19 640,00	19 640,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	02.02.25	Outros serviços	79	26 642,00	129 783,00	156 425,00	160 000,00	160 000,00	160 000,00	160 000,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.00.00	JUROS E OUTROS ENCARGOS		5 000,00	133 848,00	138 848,00	114 197,00	92 706,00	73 480,00	55 775,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Notas	Orçamento da Despesa 2017			Plano Orçamental Plurianual			
					Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.01.00	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		0,00	52 733,00	52 733,00	45 718,00	38 672,00	31 543,00	24 227,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.01.03.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		0,00	3 860,00	3 860,00	30 218,00	24 943,00	19 552,00	14 042,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.01.03.01	Empréstimos de curto prazo	80	0,00	3 860,00	3 860,00	3 860,00	3 860,00	3 860,00	3 860,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.01.03.02.00	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		0,00	31 600,00	31 600,00	26 358,00	21 083,00	15 692,00	10 182,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.01.03.02.01	Caixa Geral de Depósitos	81	0,00	16 585,00	16 585,00	13 256,00	9 980,00	6 682,00	3 363,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.01.03.02.06	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	82	0,00	15 015,00	15 015,00	13 102,00	11 103,00	9 010,00	6 819,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.01.05.00	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO		0,00	17 273,00	17 273,00	15 500,00	13 729,00	11 991,00	10 185,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.01.05.02.00	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		0,00	17 273,00	17 273,00	15 500,00	13 729,00	11 991,00	10 185,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.01.05.02.02	Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	83	0,00	17 273,00	17 273,00	15 500,00	13 729,00	11 991,00	10 185,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.02.00	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA		0,00	55 200,00	55 200,00	44 579,00	34 981,00	25 321,00	15 598,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.02.01.00	DESPESAS DIVERSAS		0,00	55 200,00	55 200,00	44 579,00	34 981,00	25 321,00	15 598,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.02.01.01	Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos	84	0,00	55 200,00	55 200,00	44 579,00	34 981,00	25 321,00	15 598,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.03.00	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		0,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.03.05	Material de Transporte	85	0,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.05.00	OUTROS JUROS		5 000,00	20 880,00	25 880,00	18 865,00	14 018,00	11 581,00	10 915,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.05.02.00	OUTROS		5 000,00	20 880,00	25 880,00	18 865,00	14 018,00	11 581,00	10 915,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.05.02.01	Juros de contratos de factoring/cedência de créditos	86	0,00	14 975,00	14 975,00	7 960,00	3 113,00	676,00	10,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.05.02.02	Juros de mora	87	5 000,00	5 900,00	10 900,00	10 900,00	10 900,00	10 900,00	10 900,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.05.02.99	Outros - Juros de acordos/cedências com fornecedores	88	0,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
D3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	03.06.00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		0,00	5 005,00	5 005,00	5 005,00	5 005,00	5 005,00	5 005,00
D3	Juros e Outros Encargos	03.06.01	Outros encargos financeiros	89	0,00	5 005,00	5 005,00	5 005,00	5 005,00	5 005,00	5 005,00
D4	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	04.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		8 250,00	293 735,00	301 985,00	301 985,00	301 985,00	301 985,00	301 985,00
D4.1	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				7 500,00	17 390,00	24 890,00	24 890,00	24 890,00	24 890,00	24 890,00
D4.1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	04.03.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		0,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	04.03.01	Estado	90	0,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00	4 380,00
D4.1.5	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	04.05.00	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		7 500,00	13 000,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00
D4.1.5	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	04.05.01.00	CONTINENTE		7 500,00	13 000,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00
D4.1.5	Administração Local	04.05.01.04	Associações de Municípios	91	7 500,00	13 000,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00	20 500,00
D4.1.3	SEGURANÇA SOCIAL	04.06.00	SEGURANÇA SOCIAL		0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D4.1.3	Segurança Social	04.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	92	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D42	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	04.07.00	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		750,00	55 750,00	56 500,00	56 500,00	56 500,00	56 500,00	56 500,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	93	750,00	55 750,00	56 500,00	56 500,00	56 500,00	56 500,00	56 500,00
D4.3	FAMÍLIAS	04.08.00	FAMÍLIAS		0,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00
D4.3	Famílias	04.08.02.00	OUTRAS		0,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00	220 595,00
D4.3	Famílias	04.08.02.01	Programas Ocupacionais	94	0,00	220 585,00	220 585,00	220 585,00	220 585,00	220 585,00	220 585,00
D4.3	Famílias	04.08.02.02	Outras	95	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D5	SUBSÍDIOS	05.00.00	SUBSÍDIOS		7 382,00	69 118,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00
D5	SUBSÍDIOS	05.01.00	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		7 382,00	53 118,00	60 500,00	60 500,00	60 500,00	60 500,00	60 500,00
D5	Subsídios	05.01.03	Privadas	96	7 382,00	53 118,00	60 500,00	60 500,00	60 500,00	60 500,00	60 500,00
D5	SUBSÍDIOS	05.08.00	FAMÍLIAS		0,00	16 000,00	16 000,00	16 000,00	16 000,00	16 000,00	16 000,00
D5	Subsídios	05.08.03	Outras	97	0,00	16 000,00	16 000,00	16 000,00	16 000,00	16 000,00	16 000,00
D6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	06.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10 000,00	41 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00
D6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	06.02.00	DIVERSAS		10 000,00	41 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00
D6	Outras Despesas Correntes	06.02.01	Impostos e taxas	98	0,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00
D6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	06.02.03.00	OUTRAS		10 000,00	29 390,00	39 390,00	39 390,00	39 390,00	39 390,00	39 390,00
D6	Outras Despesas Correntes	06.02.03.01	Outras restituições	99	0,00	1 390,00	1 390,00	1 390,00	1 390,00	1 390,00	1 390,00
D6	Outras Despesas Correntes	06.02.03.05	Outras	100	10 000,00	28 000,00	38 000,00	38 000,00	38 000,00	38 000,00	38 000,00
	DESPESAS DE CAPITAL				68 960,00	2 309 572,00	2 378 532,00	865 124,00	423 453,00	412 479,00	426 209,00
D7	INVESTIMENTO	07.00.00	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		50 960,00	2 201 027,00	2 251 987,00	762 094,00	317 933,00	393 944,00	426 209,00
D7	INVESTIMENTO	07.01.00	INVESTIMENTOS		11 745,00	514 690,00	526 435,00	48 000,00	287 913,00	393 944,00	426 209,00
D7	Investimento	07.01.01	Terrenos	101	4 718,00	282,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Notas	Orçamento da Despesa 2017			Plano Orçamental Plurianual			
					Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
D7	INVESTIMENTO	07.01.02.00	EDIFÍCIOS		0,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	277 913,00	393 944,00	426 209,00
D7	Investimento	07.01.02.03	Instalações de serviços	102	0,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	277 913,00	393 944,00	426 209,00
D7	INVESTIMENTO	07.01.03.00	EDIFÍCIOS		0,00	24 175,00	24 175,00	2 000,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.03.05	Escolas	103	0,00	23 165,00	23 165,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.03.07	Outros	104	0,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00
D7	INVESTIMENTO	07.01.04.00	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		0,00	23 100,00	23 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.04.13	Outras Construções	105	0,00	23 100,00	23 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	INVESTIMENTO	07.01.06.00	MATERIAL DE TRANSPORTES		5 775,00	14 225,00	20 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.06.02	Outros	106	5 775,00	14 225,00	20 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.07	Equipamento de informática	107	2 161,00	47 039,00	49 200,00	15 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
D7	Investimento	07.01.08	Software informático	108	9 661,00	24 089,00	33 750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.09	Equipamento administrativo	109	0,00	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	INVESTIMENTO	07.01.10.00	EQUIPAMENTO BÁSICO		1 252,00	48 703,00	49 955,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.10.01	Equipamento de Recolha de Resíduos	110	0,00	14 575,00	14 575,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.10.02	Outros	111	1 252,00	34 128,00	35 380,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.11	Ferramentas e utensílios	112	173,00	4 827,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.13	Investimentos incorpóreos	113	0,00	227 065,00	227 065,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.01.15	Outros investimentos	114	0,00	58 390,00	58 390,00	345 601,00	0,00	0,00	0,00
D7	INVESTIMENTO	07.02.00	LOCAÇÃO FINANCEIRA		7 400,00	0,00	7 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.02.05	Material de transporte	115	7 400,00	0,00	7 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	INVESTIMENTO	07.03.00	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		31 815,00	1 686 337,00	1 718 152,00	714 094,00	30 020,00	0,00	0,00
D7	INVESTIMENTO	07.03.03.00	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS		31 815,00	1 686 337,00	1 718 152,00	714 094,00	30 020,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.03.03.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	116	31 500,00	322 750,00	354 250,00	337 250,00	30 000,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.03.03.02	Sistemas de drenagem de águas residuais	117	315,00	4 685,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.03.03.03	Estações de tratamento de águas residuais	118	0,00	656 150,00	656 150,00	326 844,00	20,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.03.03.04	Iluminação Pública	119	0,00	66 010,00	66 010,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.03.03.05	Parques e jardins	120	0,00	22 510,00	22 510,00	45 000,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.03.03.08	Viação Rural	121	0,00	448 732,00	448 732,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	Investimento	07.03.03.13	Outras construções	122	0,00	165 500,00	165 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	08.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		18 000,00	108 545,00	126 545,00	103 030,00	105 520,00	18 535,00	0,00
D8.1	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	08.03.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		0,00	126 545,00	126 545,00	32 540,00	32 540,00	12 360,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras Entidades	08.03.06	Serviços e fundos autónomos (Direção Geral de Energia e Geologia - Fundo de Eficiência Energética)	123	0,00	1 060,00	1 060,00	530,00	530,00	400,00	0,00
D8.1.3	SEGURANÇA SOCIAL	08.06.00	SEGURANÇA SOCIAL		0,00	32 010,00	32 010,00	32 010,00	32 010,00	11 960,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	08.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	124	0,00	32 010,00	32 010,00	32 010,00	32 010,00	11 960,00	0,00
D8.2	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	08.07.00	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		18 000,00	75 475,00	93 475,00	70 490,00	72 980,00	6 175,00	0,00
D8.2	Instituições sem Fins Lucrativos	08.07.01	Instituições sem fins lucrativos	125	18 000,00	75 475,00	93 475,00	70 490,00	72 980,00	6 175,00	0,00
DESPESA EFETIVA [4]					747 699,00	8 494 983,00	9 242 682,00	7 633 941,00	7 236 854,00	7 226 674,00	7 227 679,00
	DESPESA NÃO EFETIVA [5]				300 000,00	1 077 858,00	1 377 858,00	733 047,00	738 323,00	743 714,00	749 225,00
D10	DESPESAS COM ATIVOS FINANCEIROS	09.00.00	ATIVOS FINANCEIROS		0,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00
D10	DESPESAS COM ATIVOS FINANCEIROS	09.08.00	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		0,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00
D10	Despesas com Ativos Financeiros	09.08.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas (FAM)	126	0,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00
D11	DESPESAS COM PASSIVOS FINANCEIROS	10.00.00	PASSIVOS FINANCEIROS		300 000,00	1 025 376,00	1 325 376,00	680 565,00	685 841,00	691 232,00	696 743,00
D11	DESPESAS COM PASSIVOS FINANCEIROS	10.05.00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		300 000,00	350 000,00	650 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Despesas com Passivos Financeiros	10.05.03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	127	300 000,00	350 000,00	650 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	DESPESAS COM PASSIVOS FINANCEIROS	10.06.00	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		0,00	675 376,00	675 376,00	680 565,00	685 841,00	691 232,00	696 743,00
D11	DESPESAS COM PASSIVOS FINANCEIROS	10.06.03.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		0,00	604 020,00	604 020,00	609 210,00	614 486,00	619 877,00	625 388,00
D11	Despesas com Passivos Financeiros	10.06.03.01	Caixa Geral de Depósitos	128	0,00	556 530,00	556 530,00	559 820,00	563 096,00	566 394,00	569 714,00
D11	Despesas com Passivos Financeiros	10.06.03.06	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	129	0,00	47 490,00	47 490,00	49 390,00	51 390,00	53 483,00	55 674,00
D11	DESPESAS COM PASSIVOS FINANCEIROS	10.06.05.00	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO		0,00	71 356,00	71 356,00	71 355,00	71 355,00	71 355,00	71 355,00
D11	Despesas com Passivos Financeiros	10.06.05.02	Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	130	0,00	71 356,00	71 356,00	71 355,00	71 355,00	71 355,00	71 355,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

(Unidade: Euro)

Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Designação da Rubrica Orçamental (SNC-AP)	Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Designação da Classificação Económica (DL n.º 26/2002, 14/02)	Notas	Orçamento da Despesa 2017			Plano Orçamental Plurianual				
					Períodos Anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021	
DESPESA TOTAL [6] = [4] + [5]						1 047 699,00	9 572 841,00	10 620 540,00	8 366 988,00	7 975 177,00	7 970 388,00	7 976 904,00
SALDO TOTAL = [3] - [6]						-898 065,63	898 065,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO GLOBAL = [1] - [4]						-598 065,63	1 132 423,63	534 358,00	733 047,00	738 323,00	743 714,00	749 225,00
DESPESA PRIMÁRIA = DESPESA EFETIVA - JUROS E OUTROS ENCARGOS						742 699,00	7 618 436,00	8 361 135,00	7 519 744,00	7 144 148,00	7 153 194,00	7 171 904,00
SALDO CORRENTE = RECEITA CORRENTE - DESPESA CORRENTE						-530 751,39	1 152 924,39	622 173,00	390 371,00	370 518,00	364 935,00	384 176,00
SALDO DE CAPITAL = RECEITA DE CAPITAL - DESPESA CAPITAL						-67 314,24	-87 815,00	-155 129,24	342 676,00	367 805,00	378 779,00	365 049,00
SALDO PRIMÁRIO = RECEITA EFETIVA - (DESPESA EFETIVA - JUROS E OUTROS ENCARGOS)						-593 065,63	1 266 271,63	673 206,00	847 244,00	831 029,00	817 194,00	805 000,00

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

(Unidade: Euro)

Objetivo	Número do projeto	Designação do Projeto	Rúbrica orçamental/ Classificação económica	Forma de realização	Fonte de financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período de 2016	Períodos seguintes						
														2017	2018	2019	2020	2021	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]
02.01	2017/1/30	Aquisição de cobertura metálica do palco fixo na Zona de Lazer de Aldeias	D7 - 07.01.04.13	E	100%				2017	2017	0			13 100,00						13 100,00
03.01	2016/1/3	Equipamento para gabinete de inserção profissional	D7 - 07.01.07	E		100%			2016	2017	4	3 506,31		500,00						4 006,31
			D7 - 07.01.09	E		100%			2016	2017	4			800,00						800,00
05.02	2017/1/28	Eletrificação da Avenida Ribeiro de Almeida em Fontelo	D7 - 07.03.03.04	O	100%				2017	2017	0			54 820,00						54 820,00
05.02	2017/1/29	Eletrificação do Largo do Tribunal em Armamar	D7 - 07.03.03.04	O	100%				2017	2017	0			11 190,00						11 190,00
05.03	2017/1/1	Plano de Ação de regeneração urbana do Município de Armamar (PARU)	D2 - 02.02.14	O	15%		85%		2017	2017	0			33 825,00						33 825,00
05.03	2017/1/17	Regeneração urbana: Requalificação do Jardim " Imaculado Coração de Maria"	D7 - 07.03.03.05	E	15%		85%		2017	2017	0			22 500,00						22 500,00
05.03	2017/1/18	Regeneração urbana: Requalificação do espaço público " Praceta 25 de Abril"	D7 - 07.03.03.01	E	15%		85%		2017	2017	0			75 000,00						75 000,00
05.03	2017/1/19	Regeneração urbana: Requalificação do espaço público "Rua do Outeiro"	D7 - 07.03.03.01	E	15%		85%		2017	2017	0			30 000,00						30 000,00
05.03	2017/1/20	Regeneração urbana: Requalificação do espaço público da Misarela	D7 - 07.03.03.05	E	15%		85%		2017	2018	0			10,00	45 000,00					45 010,00
05.03	2017/1/21	Regeneração urbana: Requalificação do espaço público da Rua Cândido dos Reis	D7 - 07.03.03.01	E	15%		85%		2017	2017	0			22 500,00						22 500,00
05.03	2017/1/22	Regeneração urbana:Remodelação do piso inferior do Antigo Mercados Municipal	D7 - 07.01.03.03	E	15%		85%		2017	2018	0			10,00	45 000,00					45 010,00
05.03	2017/1/7	Valorização dos modos suaves (bicicleta e pedonal) nas deslocações de proximidade - 1.ª fase	D7 - 07.03.03.01	E	15%		85%		2017	2018	0	0,00	0,00	43 750,00	256 250,00					300 000,00
05.03	2017/1/24	Requalificação urbana: obras diversas	D7 - 07.03.03.01	E		100%			2017	2017	0			82 000,00						82 000,00
05.05	2015/1/10	Aquisição de terrenos	D7 - 07.01.01	O		100%			2015	2017	6	116 715,00		5 000,00						121 715,00
06.01	2016/1/1	Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa	D7 - 07.01.13	O	15%		85%		2016	2017	0	0,00	0,00	227 065,00						227 065,00
			D7 - 07.01.08	O	15%		85%		2016	2017	0	0,00	0,00	14 000,00						14 000,00
			D7 - 07.01.10.02	O	15%		85%		2016	2017	0	0,00	0,00	26 100,00						26 100,00
			D2 - 02.02.20	O	15%		85%		2016	2022	0	0,00	0,00	7 435,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	19 935,00
06.01	2017/1/2	Implementação do sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais do município de Armamar - Freguesia de Folgosa	D7 - 07.03.03.03	E	15%		85%		2016	2018	0	0,00	0,00	161 535,00	69 229,00					230 764,00
06.01	2017/1/3	Implementação do sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais do município de Armamar - Lugar de Lapinha da Freguesia de São Cosmado	D7 - 07.03.03.03	E	15%		85%		2016	2018	0	0,00	0,00	51 595,00	22 110,00					73 705,00
06.01	2017/1/4	Implementação do sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais do município de Armamar - Freguesia de Vacalar	D7 - 07.03.03.03	E	15%		85%		2016	2018	0	0,00	0,00	443 000,00	190 485,00					633 485,00
06.01	2017/1/5	Desativação de cinco fossas (Queimadela, Tôes e São Romão) e de ETAR compacta (São Romão). Construção de cinco estações e condutas elevatórias e quatro coletores gravíticos	D7 - 07.03.03.03	E	15%		85%		2017	2019	0	0,00	0,00	10,00	10,00	10,00				30,00
06.01	2017/1/6	Desativação de seis fossas (Passos, Ribeira, Além, Santa Cruz e Aricera) e de ETAR compacta (Zona Industrial de Armamar). Construção de seis estações e condutas elevatórias e três coletores gravíticos	D7 - 07.03.03.03	E	15%		85%		2017	2019	0	0,00	0,00	10,00	10,00	10,00				30,00
			D2 - 02.02.14	O	100%				2017	2017	0	0,00	0,00	72 310,00						72 310,00
06.02	2016/1/4	Instalação de ecopontos na Vila de Armamar	D7 - 07.01.10.01	O	15%		85%		2016	2018	0	0,00	0,00	14 575,00						14 575,00
			D7 - 07.03.03.13	E	15%		85%		2016	2018	0	0,00	0,00	33 000,00						33 000,00
06.03	2015/1/3	Ramais de saneamento	D7 - 07.03.03.02	O	100%				2015	2018	6			5 000,00	5 000,00					10 000,00
A TRANSPORTAR												120 221,31	0,00	1 450 640,00	635 594,00	2 520,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 216 475,31

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

(Unidade: Euro)

Objetivo	Número do projeto	Designação do Projeto	Rúbrica orçamental/ Classificação económica	Forma de realização	Fonte de financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período de 2016	Períodos seguintes						
														2017	2018	2019	2020	2021	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]
TRANSPORTE												120 221,31	0,00	1 450 640,00	635 594,00	2 520,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 216 475,31
08.02	2017 / 1 / 9	Promoção e requalificação da aldeia rural de GOUJOIM	D7 - 07.01.03.05	E	15%		85%		2016	2018	0			1 000,00	1 000,00					2 000,00
		D7 - 07.01.03.07	E	15%		85%		2016	2018	0			1 000,00	1 000,00					2 000,00	
		D7 - 07.01.10.02	O	15%		85%		2016	2018	0			1 000,00	1 000,00					2 000,00	
		D7 - 07.01.15	E	15%		85%		2016	2018	0			1 000,00	1 000,00					2 000,00	
		D7 - 07.03.03.01	E	15%		85%		2016	2018	0			1 000,00	1 000,00					2 000,00	
08.02	2017 / 1 / 23	Requalificação da Ribeira de Goujoim - Praia Fluvial	D7 - 07.03.03.13	E		100%			2017	2017	0			42 400,00						42 400,00
08.06	2015 / 1 / 12	Ampliação do sistema de rega	D7 - 07.01.04.13	O	100%				2015	2017	1	22 000,00	21 879,03	10 000,00						53 879,03
08.06	2017 / 1 / 27	Melhorias do ordenamento dos recursos cinegéticos da Z.C.M.	D2 - 02.02.20	O	15%		85%		2017	2017	0			10 000,00						10 000,00
		D7 - 07.01.15	O	15%		85%		2017	2017	0				540,00					540,00	
		D7 - 07.01.10.02	O	15%		85%		2017	2017	0			3 280,00						3 280,00	
09.01	2015 / 1 / 4	Pavimentação	D7 - 07.03.03.01	E/O	100%				2015	2018	6	73 813,20	23 020,00	55 000,00	50 000,00					201 833,20
09.01	2015 / 1 / 7	Muros de suporte	D7 - 07.03.03.01	E	100%				2015	2018	6	67 967,47		45 000,00	30 000,00	30 000,00				172 967,47
09.01	2016 / 1 / 5	Recuperação/reconstrução da E.M. 313 localizada na Freguesia de Aldeias	D7 - 07.03.03.08	E	40%		60%		2016	2018	0	0,00	0,00	116 170,00						116 170,00
09.01	2016 / 1 / 6	Recuperação/reconstrução da E.M. 1100 localizada na via de ligação entre as Freguesia de Folgosa e União de Freguesias de Vila Seca e Santo Adrião	D7 - 07.03.03.08	E	40%		60%		2016	2018	0	0,00	0,00	152 610,00						152 610,00
09.01	2016 / 1 / 7	Recuperação/reconstrução da Variante Hernâni Almeida localizada na Freguesia da Folgosa	D7 - 07.03.03.08	E	40%		60%		2016	2018	0	0,00	0,00	33 255,00						33 255,00
09.01	2016 / 1 / 8	Recuperação/reconstrução da E.M. 313 localizada na Torre da Freguesia de São Cosmado	D7 - 07.03.03.08	E	40%		60%		2016	2018	0	0,00	0,00	19 440,00						19 440,00
09.01	2016 / 1 / 9	Recuperação/reconstrução da E.M. 313 localizada em Contim da Freguesia de São Cosmado	D7 - 07.03.03.08	E	40%		60%		2016	2018	0	0,00	0,00	96 167,00						96 167,00
09.01	2016 / 1 / 10	Recuperação/reconstrução da E.M. 313 localizada na Freguesia de Fontelo	D7 - 07.03.03.08	E	40%		60%		2016	2018	0	0,00	0,00	31 090,00						31 090,00
09.01	2017 / 1 / 25	Consolidação dos Taludes Ribeirinhos e acessos do Rio Douro em Folgosa	D7 - 07.03.03.13	E		100%			2017	2017	0			90 100,00						90 100,00
11.01	2013 / 1 / 2	Renovação da frota de transportes do município	D7 - 07.02.05	O	100%				2013	2017	0	181 732,33	1 000,00	7 400,00						190 132,33
11.01	2015 / 1 / 8	Grandes reparações de viaturas	D7 - 07.01.06.02	O	100%				2015	2019	0	15 532,58		20 000,00	10 000,00	10 000,00				55 532,58
11.01	2015 / 1 / 9	Aquisição de máquinas, equipamentos, ferramentas e utensílios	D7 - 07.01.10.02	O	100%				2015	2018	0	31 456,64		5 000,00	5 000,00					41 456,64
			D7 - 07.01.11	O	100%				2015	2018	0	7 606,45		5 000,00	5 000,00					17 606,45
11.02	2017 / 1 / 8	Reabilitação energética em edifícios municipais - auditoria, diagnóstico e implementação	D7 - 02.02.14	O		15%	85%		2017	2018	0			22 500,00						22 500,00
			D7 - 07.01.15	O		15%	85%		2017	2018	0			56 850,00	344 601,00					401 451,00
11.07	2017 / 1 / 10	Investimento em tecnologias da informação e da comunicação	D7 - 07.01.07	O					2017	2021	0			48 700,00	15 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00		78 700,00
			D7 - 07.01.08	O					2017	2021	0			19 750,00						19 750,00
12.02	2017 / 1 / 26	Reconstrução e alteração de património edificado	D7 - 07.01.02.03	E		100%			2017	2017	0			30 000,00						30 000,00
			D7 - 07.01.03.05	E					2017	2017	0			22 165,00						22 165,00
TOTAL GERAL												520 329,98	45 899,03	2 398 057,00	1 100 195,00	47 520,00	7 500,00	7 500,00	2 500,00	4 129 501,01

Formas de realização:

(A) - Administração Direta;
(E) - Empreitadas;
(O) - Fornecimentos e Outras.

Fontes de financiamento:

(RP) - Receitas Próprias;
(RG) - Receitas Gerais;
(UE) - Financiamento da EU;
(EMPR) - Contração de Empréstimos.

Fase de execução:

0 - Não Iniciada;
1 - Com Projeto Técnico;
2 - Adjudicada;
3 - Execução Física até 25%;
4 - Execução Física até 50%;
5 - Execução Física até 75%;
6 - Execução Física Superior 75%.

BALANÇO PREVISIONAL

(Unidade: Euro)

Rubricas	Data
	2017
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	35 655 295,85
Propriedades de investimento	1 368 223,46
Ativos intangíveis	181 603,82
Participações financeiras	457 163,54
Outros ativos financeiros	
	37 662 286,67
Ativo corrente	
Inventários	88 704,77
Ativos biológicos	
Devedores por transferências e subsídios	
Devedores por empréstimos bonificados	
Clientes, contribuintes e utentes	74 207,25
Estado e outros entes públicos	11 760,00
Outras contas a receber	281 967,82
Diferimentos	25 357,00
Ativos financeiros detidos para negociação	
Outros ativos financeiros	
Caixa e depósitos	342 586,00
	824 582,83
Total do ativo	38 486 869,50
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
Património /Capital	18 477 644,63
Outros instrumentos de capital próprio	
Prémios de emissão	
Reservas	366 164,44
Resultados transitados	2 923 855,33
Ajustamentos em ativos financeiros	
Excedentes de revalorização	115 676,00
Outras variações no património líquido	8 923 898,98
Resultado líquido do período	403 305,84
Interesses que não controlam	
Total do Património Líquido	31 210 545,21
PASSIVO	
Passivo não corrente	
Provisões	149 496,78

BALANÇO PREVISIONAL

(Unidade: Euro)

Rubricas	Data
	2017
Financiamentos obtidos	3 090 036,25
Fornecedores de investimentos	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	
Outras contas a pagar	418 211,26
	3 657 744,29
Passivo corrente	
Credores por transferências e subsídios concebidos	
Fornecedores	1 062 267,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	
Estado e outros entes públicos	54 576,00
Financiamentos obtidos	722 426,00
Fornecedores de investimentos	260 294,00
Outras contas a pagar	673 087,00
Diferimentos	845 930,00
Passivos financeiros detidos para negociação	
Outros passivos financeiros	
	3 618 580,00
Total do Passivo	7 276 324,29
Total do Património Líquido e Passivo	38 486 869,50

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS RESULTADOS

(Unidade: Euro)

Rendimentos e Gastos	Período
	2017
Impostos e taxas	881 132,50
Vendas	315 716,72
Prestações de serviços	401 821,56
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	5 160 248,00
Variações nos inventários da produção	
Trabalhos para a própria entidade	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-390 200,00
Fornecimentos e serviços externos	-2 146 568,00
Gastos com pessoal	-3 083 457,00
Transferências e subsídios concedidos	-471 378,00
Prestações sociais	-23 395,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	
Provisões (aumentos/reduções)	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	
Aumentos/reduções de justo valor	
Outros rendimentos e ganhos	1 066 184,06
Outros gastos e perdas	-41 390,00
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 668 714,84
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 227 871,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	440 843,84
Juros e rendimentos similares obtidos	14 100,00
Juros e gastos similares suportados	-51 638,00
Resultado antes de imposto	403 305,84
Imposto sobre o rendimento	
Resultado líquido do período	403 305,84

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

(Unidade: Euro)

Rubricas	Período
	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>	
Recebimentos de clientes	808 706,00
Recebimentos de contribuintes	694 841,00
Recebimentos de utentes	168 291,50
Pagamentos a fornecedores	-2 420 468,00
Pagamentos ao pessoal	-2 423 800,00
Caixa gerada pelas operações	-3 172 429,50
Outros recebimentos/pagamentos	4 377 783,50
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	1 205 354,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-1 977 943,00
Ativos intangíveis	-33 750,00
Propriedades de investimento	
Investimentos financeiros	-52 482,00
Outros ativos	
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	4 000,00
Ativos intangíveis	
Propriedades de investimento	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
Subsídios ao investimento	1 498 919,00
Transferências de capital	468 138,00
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	14 100,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-79 018,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	350 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	
Cobertura de prejuízos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-1 325 376,00
Juros e gastos similares	-52 733,00
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	
Outras operações de financiamento	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

(Unidade: Euro)

Rubricas	Período
	2017
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-1 028 109,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	98 227,00
Efeitos das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	244 359,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	342 586,00
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA	
Caixa e seus equivalentes no início do período	244 359,00
- Equivalentes a caixa no início do período	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00
= Saldo da gerência anterior	244 359,00
De execução orçamental	59 080,00
De operações de tesouraria	185 279,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	342 586,00
- Equivalentes a caixa no fim do período	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00
= Saldo para a gerência seguinte	342 586,00
De execução orçamental	157 307,00
De operações de tesouraria	185 279,00

RESUMO DO ORÇAMENTO

<p>ENTIDADE</p> <p>MUNICÍPIO DE ARMAMAR</p>

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	7.486.323,00	Correntes	6.864.150,00
De capital	3.134.217,00	De capital	3.756.390,00
Total	10.620.540,00	Total	10.620.540,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	10.620.540,00	Total Geral	10.620.540,00

<p>Em ____ de _____ de ____</p> <p>_____</p>
--

<p>Em ____ de _____ de ____</p> <p>_____</p>
--

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVACOES : Executivo __/__/__ Deliberativo __/__/__
MA		

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

R E C E I T A S	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	807.230,00	7.6
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	10.230,00	0.1
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	197.990,00	1.9
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	213.495,00	2.0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.160.248,00	48.6
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.065.610,00	10.0
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.520,00	0.3
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.486.323,00	70.5
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	301.500,00	2.8
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.967.067,00	18.5
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS	843.500,00	7.9
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	600,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	3.112.667,00	29.3
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	21.550,00	0.2
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	21.550,00	0.2
TOTAL GERAL	10.620.540,00	100.0

D E S P E S A S	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.161.652,00	29.8
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.133.775,00	29.5
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	138.848,00	1.3
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	301.985,00	2.8
05 SUBSÍDIOS	76.500,00	0.7
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.390,00	0.5
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.864.150,00	64.6
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.251.987,00	21.2
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	126.545,00	1.2
09 ACTIVOS FINANCEIROS	52.482,00	0.5
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.325.376,00	12.5
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	3.756.390,00	35.4
TOTAL GERAL	10.620.540,00	100.0

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
--------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	7.486.323,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	807.230,00
01.02	OUTROS	807.230,00
01.02.02	Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I.)	496.050,00
01.02.03	Imposto Único de Circulação (I.U.C)	103.120,00
01.02.04	Imposto Municipal s/Transmissões Onerosas de Imóveis.(I.M.T)	143.050,00
01.02.05	Derrama	65.000,00
01.02.07	Imposto Abolidos	10,00
01.02.07.01	Contribuição Autárquica	10,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	10.230,00
02.02	OUTROS	10.230,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	10.230,00
02.02.06.01	Mercados e Feiras	5.550,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	3.600,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	50,00
02.02.06.05	Publicidade	110,00
02.02.06.06	Saneamento	50,00
02.02.06.07	Utilização da Rede Viária Municipal	50,00
02.02.06.99	Outros	820,00
02.02.06.99.02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	120,00
02.02.06.99.99	Outras	700,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	197.990,00
04.01	TAXAS	189.380,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	189.380,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	350,00
04.01.23.02	Loteamento e Obras	24.200,00
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	700,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	30.100,00
04.01.23.06	Saneamento	121.350,00
04.01.23.99	OUTRAS TAXAS	12.680,00
04.01.23.99.01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	10,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	20,00
04.01.23.99.99	Outras	12.650,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	8.610,00
04.02.01	Juros de mora	7.500,00
04.02.02	Juros compensatórios	500,00
04.02.04	Coimas e Penalidades por contra-ordenações	10,00
04.02.99	Multas e penalidades diversas	600,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	213.495,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	10,00
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	10,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	14.110,00
05.07.03	Empresa privadas	14.100,00
05.07.99	Outras	10,00
05.10	RENDAS	199.375,00
05.10.01	Terrenos	199.335,00
05.10.03	Habitações	10,00
05.10.04	Edifícios	10,00
05.10.05	Bens do Domínio Público	10,00
05.10.99	Outros	10,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.160.248,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5.147.248,00
06.03.01	ESTADO	4.898.573,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4.033.238,00
06.03.01.02	Fudo Social Municipal	205.985,00
06.03.01.99	Outras	659.350,00
06.03.01.99.01	Pessoal N/docente do Ensino Pré-Escolar	73.350,00
06.03.01.99.02	Pessoal N/docente do 1ºciclo do Ensino básico	115.350,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
----------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.03.01.99.03	Pessoal N/docente do 2º e 3ºciclo do Ensino básico	312.150,00
06.03.01.99.04	Pessoal N/docente s/Funções letivas	40.900,00
06.03.01.99.05	Acordo de cooperação pré-escolar	31.050,00
06.03.01.99.06	Situações especiais do 2º e 3º ciclos	13.650,00
06.03.01.99.07	Atividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo	19.250,00
06.03.01.99.09	Componente social	37.700,00
06.03.01.99.99	Outras	15.950,00
06.03.06	Estado-Participação Comunitária em Proj.Co-Financiados	102.650,00
06.03.06.02	Programa de Desenvolvimento Rural(PRODER)	12.865,00
06.03.06.04	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)	43.035,00
06.03.06.05	Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020) - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional(FEDER)	46.750,00
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos	16.850,00
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos - Subsistema Proteção à Família e Polít.Ativas Emp.e Formação Profissional	129.175,00
06.03.09.01	Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	129.175,00
06.06	SEGURANÇA SOCIAL	13.000,00
06.06.01	Sistema de Solidariedade e Seguraca Social	13.000,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.065.610,00
07.01	VENDA DE BENS	281.950,00
07.01.01	Material de Escritório	10,00
07.01.02	Livros e Documentação Técnica	20,00
07.01.03	Publicações e Impressos	30,00
07.01.04	Fardamentos e Artigos Pessoais	10,00
07.01.05	Bens Inutilizados	10,00
07.01.06	Produtos Agrícolas e pecuários	10,00
07.01.07	Produtos Alimentares e Bebidas	10,00
07.01.08	MERCADORIAS	275.800,00
07.01.08.02	Água	275.000,00
07.01.08.99	Outros	800,00
07.01.09	Matérias de consumo	10,00
07.01.10	Desperdícios, resíduos e refugos	20,00
07.01.10.01	Sucata	10,00
07.01.10.99	Outros	10,00
07.01.11	Produtos acabados e intermédios	1.020,00
07.01.11.01	Inertes	10,00
07.01.11.02	Água	1.000,00
07.01.11.99	Outros	10,00
07.01.99	Outros	5.000,00
07.02	SERVIÇOS	499.860,00
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	52.500,00
07.02.03	Vistorias e ensaios	500,00
07.02.07	Alimentação e alojamento	10,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESPORTO	46.090,00
07.02.08.01	Serviços Sociais	50,00
07.02.08.02	Serviços Recreativos	20,00
07.02.08.02.01	Turismo Sénior	10,00
07.02.08.02.99	Outros	10,00
07.02.08.03	Serviços Culturais	20,00
07.02.08.03.01	Turismo Sénior	10,00
07.02.08.03.99	Outros	10,00
07.02.08.04	Serviços desportivos	46.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	400.260,00
07.02.09.01	Saneamento e águas residuais	115.000,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	235.000,00
07.02.09.03	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	1.010,00
07.02.09.03.02	Transportes Escolares	1.000,00
07.02.09.03.99	Outros	10,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	1.000,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
----------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.02.09.05	Cemitérios	500,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	11.750,00
07.02.09.99	Outros Serviços específicos das autarquias	36.000,00
07.02.99	Outros Serviços	500,00
07.03	RENDAS	283.800,00
07.03.01	Habitacões	350,00
07.03.02	Edifícios	10.950,00
07.03.99	Outras	272.500,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.520,00
08.01	OUTRAS	31.520,00
08.01.99	OUTRAS	31.520,00
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	10,00
08.01.99.02	Indemniz.estracos provocados por outrém viaturas ou outros equipamentos das autarquias	10,00
08.01.99.03	IVA Reembolsado	9.000,00
08.01.99.99	DIVERSAS	22.500,00
08.01.99.99.02	Emolumentos de Custas de Execuções Fiscais	2.500,00
08.01.99.99.99	Receitas Correntes Diversas	20.000,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	3.112.667,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	301.500,00
09.01	TERRENOS	252.220,00
09.01.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	44.000,00
09.01.02	Sociedades Financeiras	10,00
09.01.09	Instituições S/Fins Lucrativos	10,00
09.01.10	Famílias	208.200,00
09.02	HABITAÇÕES	10,00
09.02.10	Famílias	10,00
09.03	EDIFÍCIOS	45.020,00
09.03.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	22.500,00
09.03.02	Sociedades Financeiras	10,00
09.03.09	Instituições S/Fins Lucrativos	10,00
09.03.10	Famílias	22.500,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	4.250,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	3.800,00
09.04.01.01	Equipamento de Transporte	1.250,00
09.04.01.02	Maquinaria e Equipamento	2.500,00
09.04.01.03	Outros	50,00
09.04.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	150,00
09.04.02.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.02.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.02.03	Outros	50,00
09.04.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	150,00
09.04.09.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.09.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.09.03	Outros	50,00
09.04.10	FAMILIAS	150,00
09.04.10.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.10.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.10.03	Outros	50,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.967.067,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	266.675,00
10.01.01	PÚBLICAS	10,00
10.01.01.01	Empresas Publicas(EP)	10,00
10.01.02	Privadas	266.665,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.700.392,00
10.03.01	ESTADO	737.373,00
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro(FEF)	448.138,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	289.235,00
10.03.01.04.01	Ministério de Educação	20.000,00

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
Município de Armamar		

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
10.03.01.04.02	Direção Geral das Autarquias Locais: Fundo de Emergência Municipal	269.235,00
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	963.019,00
10.03.07.02	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional(FEDER)	127.400,00
10.03.07.04	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)	823.869,00
10.03.07.05	Programa Regional de Desenvolvimento Rural (PDR)	11.750,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	843.500,00
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	350.000,00
12.05.02	Sociedades Financeiras	350.000,00
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	493.500,00
12.06.02	Sociedades Financeiras	493.500,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	600,00
13.01	OUTRAS	600,00
13.01.01	Indemnizações	600,00
	O U T R A S R E C E I T A S	21.550,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	21.550,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	21.550,00
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	21.550,00
TOTAL DAS RECEITAS		10.620.540,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
--------------------------------------	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	6.864.150,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.161.652,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	2.370.520,00
01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	90.470,00
01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	1.642.500,00
01.01.04.01	Pessoal em funções	1.622.150,00
01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de posicionamento remuneratório	10,00
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	20.340,00
01.01.06	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo	6.395,00
01.01.06.01	Pessoal em funções	6.390,00
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	5,00
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	43.980,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	10.000,00
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	56.535,00
01.01.11	Representação	25.620,00
01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	194.430,00
01.01.13.01	Pessoal em funções	185.970,00
01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	5.355,00
01.01.13.03	Membros dos órgãos autárquicos	3.105,00
01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	280.340,00
01.01.14.01	Pessoal em funções	260.105,00
01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	20.235,00
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	20.250,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	53.280,00
01.02.02	Horas extraordinárias	23.100,00
01.02.03	Alimentação e alojamento	60,00
01.02.04	Ajudas de custo	7.530,00
01.02.05	Abono para falhas	5.040,00
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	395,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	17.145,00
01.02.13.01	Prémios de Desempenho	20,00
01.02.13.02	Outros	5.110,00
01.02.13.03	Senhas de presença	12.015,00
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	10,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	737.852,00
01.03.01	Encargos com a saúde	147.500,00
01.03.02	Outros encargos com a saúde	21.300,00
01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	17.685,00
01.03.04	Outras prestações familiares	5.710,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	488.012,00
01.03.05.01	Assistência na doença dos funcionários públicos ADSE	257,00
01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	484.555,00
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	280.380,00
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	204.175,00
01.03.05.03	Outros	3.200,00
01.03.05.03.01	Serviços de Assistencia Medico-Social (SAMS)	2.000,00
01.03.05.03.03	Segurança Social - Entidades Contratantes trabalhadores independentes	1.200,00
01.03.08	Outras pensões	30,00
01.03.09	SEGUROS	57.605,00
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	57.605,00
01.03.10	Outras despesas de segurança social	10,00
01.03.10.99	Outras despesas de Segurança Social	10,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.133.775,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	942.655,00
02.01.01	Matérias primas e subsidiárias	7.700,00

020102		
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	94.100,00
02.01.02.01	Gasolina	100,00
02.01.02.02	Gasóleo	90.000,00
02.01.02.99	Outros	4.000,00
02.01.03	Munições,explosivos e artificios	10,00
02.01.04	Limpeza e higiene	20.000,00
02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	79.000,00
02.01.06	Alimentação - Géneros para confeccionar	10,00
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	2.000,00
02.01.08	Material de escritório	5.000,00
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	7.500,00
02.01.12	Material de transporte - Peças	33.000,00
02.01.14	Outro material - Peças	8.000,00
02.01.15	Prémios,condecorações e ofertas	9.000,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	480.565,00
02.01.16.01	Água	480.200,00
02.01.16.03	Outros	365,00
02.01.17	Ferramentas e utensílios	500,00
02.01.18	Livros e documentação técnica	3.300,00
02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	35,00
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	7.900,00
02.01.21	Outros bens	185.035,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.191.120,00
02.02.01	Encargos de instalações	430.000,00
02.02.02	Limpeza e higiene	298.000,00
02.02.03	Conservação de bens	8.000,00
02.02.04	Locação de edifícios	385.125,00
02.02.05	Locação de material de informática	24.500,00
02.02.06	Locação de material de transporte	18.195,00
02.02.08	Locação de outros bens	15.000,00
02.02.09	Comunicações	50.000,00
02.02.10	Transportes	150.000,00
02.02.11	Representação dos serviços	1.700,00
02.02.12	Seguros	35.000,00
02.02.13	Deslocações e estadas	5.000,00
02.02.14	Estudos,pareceres,projectos e consultadoria	128.635,00
02.02.15	Formação	34.800,00
02.02.17	Publicidade	14.000,00
02.02.18	Vigilância e segurança	9.000,00
02.02.19	Assistência técnica	6.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	400.000,00
02.02.22	Serviços de saúde	2.100,00
02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	19.640,00
02.02.25	Outros serviços	156.425,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	138.848,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	52.733,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	35.460,00
03.01.03.01	Empréstimos de Curto Prazo	3.860,00
03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	31.600,00
03.01.03.02.01	Caixa Geral de Depósitos	16.585,00
03.01.03.02.06	Caixa Crédito Agrícola Mutuo	15.015,00
03.01.05	Administração Pública Central	17.273,00
03.01.05.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	17.273,00
03.01.05.02.02	Programa de Apoio a Economia Local (PAEL)	17.273,00
03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	55.200,00
03.02.01	DESPESAS DIVERSAS	55.200,00
03.02.01.01	Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos	55.200,00
03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	30,00
03.03.05	Material de transporte	30,00
03.05	OUTROS JUROS	25.880,00
03.05.02	Outros	25.880,00
03.05.02.02	Juros de mora	10.900,00

03050203		
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
03.05.02.03	Juros de contratos de factoring/cedência de créditos	14.975,00
03.05.02.99	Juros de acordos c/ fornecedores	5,00
03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	5.005,00
03.06.01	Outros encargos financeiros	5.005,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	301.985,00
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.380,00
04.03.01	Estado	4.380,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	20.500,00
04.05.01	CONTINENTE	20.500,00
04.05.01.04	Associação de municípios	20.500,00
04.06	SEGURANÇA SOCIAL	10,00
04.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	10,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	56.500,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	56.500,00
04.08	FAMÍLIAS	220.595,00
04.08.02	Outras	220.595,00
04.08.02.01	Programas ocupacionais	220.585,00
04.08.02.02	Outras	10,00
05	SUBSÍDIOS	76.500,00
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	60.500,00
05.01.03	Privadas	60.500,00
05.08	FAMÍLIAS	16.000,00
05.08.03	Outras	16.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.390,00
06.02	DIVERSAS	51.390,00
06.02.01	Impostos e taxas	12.000,00
06.02.03	OUTRAS	39.390,00
06.02.03.01	Outras Restituições	1.390,00
06.02.03.05	Outras	38.000,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	3.756.390,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.251.987,00
07.01	INVESTIMENTOS	526.435,00
07.01.01	Terrenos	5.000,00
07.01.02	HABITAÇÕES	30.000,00
07.01.02.03	Reparação e Beneficiação	30.000,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	24.175,00
07.01.03.03	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	10,00
07.01.03.05	Escolas	23.165,00
07.01.03.07	Outros	1.000,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	23.100,00
07.01.04.13	Outras Construções	23.100,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	20.000,00
07.01.06.02	Outros	20.000,00
07.01.07	Equipamento de Informática	49.200,00
07.01.08	Software Informático	33.750,00
07.01.09	Equipamento Administrativo	800,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	49.955,00
07.01.10.01	Equipamento de Recolha de Resíduos	14.575,00
07.01.10.02	Outros	35.380,00
07.01.11	Ferramentas e Utensílios	5.000,00
07.01.13	Investimentos Incorpóreos	227.065,00
07.01.15	Outros Investimentos	58.390,00
07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA	7.400,00
07.02.05	Material de transporte	7.400,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.718.152,00
07.03.03	Outras construções e infraestruturas	1.718.152,00
07.03.03.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	354.250,00
07.03.03.02	Sistema de Drenagem de Águas Residuais	5.000,00
07.03.03.03	Estações de Tratamento de Águas Residuais	656.150,00
07.03.03.04	Iluminação Pública	66.010,00
07.03.03.05	Parques e Jardins	22.510,00
07.03.03.08	Viação Rural	448.732,00
07.03.03.13	Outros	165.500,00

08

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	126.545,00
08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.060,00
08.03.06	Serviços e fundos autônomos	1.060,00
08.06	SEGURANÇA SOCIAL	32.010,00
08.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	32.010,00
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	93.475,00
08.07.01	Instituições sem fins lucrativos	93.475,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	52.482,00
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	52.482,00
09.08.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas	52.482,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.325.376,00
10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	650.000,00
10.05.03	Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras	650.000,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	675.376,00
10.06.03	Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras	604.020,00
10.06.03.01	Caixa Geral de Depósitos	556.530,00
10.06.03.06	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	47.490,00
10.06.05	Administração Pública Central-Estado	71.356,00
10.06.05.02	Programa de Apoio á Economia Local (PAEL)	71.356,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		10.620.540,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			RESPON-SÁVEL	DATAS		REALIZADO	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISITO	
						AC	AA	FC					ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE			OUTROS		
										INÍCIO	FIN	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019		2020
1.												236.328,00	1.000,00	105.850,00	105.850,00	35.000,00	15.000,00	5.000,00	5.000,00	403.178,00	
1.1.												236.328,00	1.000,00	105.850,00	105.850,00	35.000,00	15.000,00	5.000,00	5.000,00	403.178,00	
1.1.1.												236.328,00	1.000,00	105.850,00	105.850,00	35.000,00	15.000,00	5.000,00	5.000,00	403.178,00	
1.1.1.1.	0102/070205	02	2013	2	OUTRA		100.0		EXE	2013/01/01	2017/03/31	9	181.732,33	1.000,00	7.400,00	7.400,00					190.132,33
1.1.1.1.	0202/07010602	07	2015	8	OUTRA		100.0		DGTA	2015/01/01	2019/12/31		15.532,58		20.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00			55.532,58
1.1.1.1.		08	2015	9	OUTRA		100.0		DGTA	2015/01/01	2018/12/31	3	39.063,09		10.000,00		10.000,00				59.063,09
1.1.1.1.	0202/07011002	08	2015	9	OUTRA										5.000,00						
1.1.1.1.	0202/070111	08	2015	9												5.000,00					
1.1.1.1.		01	2017	10						2017/01/02	2021/12/31		68.450,00			15.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	98.450,00	
1.1.1.1.	0201/070107	01	2017	10												48.700,00					
1.1.1.1.	0201/070108	01	2017	10											19.750,00						
2.												120.221,31		1.384.630,00	1.384.630,00	635.594,00	2.520,00	2.500,00	5.000,00	2.150.445,31	
2.3.												3.506,31		1.300,00	1.300,00					4.806,31	
2.3.2.												3.506,31		1.300,00	1.300,00					4.806,31	
2.3.2.1.		02	2016	3						2016/01/02	2017/12/31		3.506,31		1.300,00					4.806,31	
2.3.2.2.	0201/070107	02	2016	3											500,00						
2.3.2.2.	0201/070109	02	2016	3											800,00						
2.4.												116.715,00		1.370.230,00	1.370.230,00	635.594,00	2.520,00	2.500,00	5.000,00	2.132.559,00	
2.4.2.												116.715,00		314.595,00	314.595,00	346.250,00				777.560,00	
2.4.2.1.	0102/070101	09	2015	10	OUTRA	100.0			EXE	2015/01/01	2017/12/31	9	116.715,00		5.000,00	5.000,00				121.715,00	
2.4.2.2.	0202/020214	01	2017	1	EMPRESITADA	15.0				2017/01/02	2017/12/31	1		33.825,00	33.825,00					33.825,00	
2.4.2.3.	0202/07030301	02	2017	7	EMPRESITADA					2017/01/02	2018/12/31	0		43.750,00	43.750,00	256.250,00				300.000,00	
2.4.2.4.	0202/07030305	03	2017	17		15.0				2017/01/02	2017/12/31			22.500,00	22.500,00					22.500,00	
2.4.2.5.	0202/07030301	04	2017	18		15.0				2017/01/02	2017/12/31			75.000,00	75.000,00					75.000,00	
2.4.2.6.	0202/07030301	05	2017	19						2017/01/02	2017/12/31			30.000,00	30.000,00					30.000,00	
2.4.2.7.	0202/07030305	06	2017	20						2017/01/02	2018/12/31			10,00	10,00	45.000,00				45.010,00	
2.4.2.8.	0202/07030301	07	2017	21						2017/01/02	2017/12/31			22.500,00	22.500,00					22.500,00	
A TRANSPORTAR ...												356.549,31	1.000,00	339.735,00	339.735,00	336.250,00	15.000,00	5.000,00	5.000,00	1.058.534,31	

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	FC					PAGAM. ATÉ 1-JUL-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					OUTROS
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020			
A TRANSPORTAR ...													356.549,31	1.000,00	339.735,00	339.735,00		336.250,00	15.000,00	5.000,00	5.000,00	1.058.534,31		
2.4.2.	0202/07010303	08	2017	22	REGENERAÇÃO URBANA- REMODELAÇÃO DO PISO INFERIOR DO ANTIGO MERCADO MUNICIPAL						2017/01/02	2018/12/31			10,00	10,00		45.000,00				45.010,00		
2.4.2.	0202/07030301	09	2017	24	REQUALIFICAÇÃO URBANA- OBRAS DIVERSAS						2017/01/02	2017/12/31			82.000,00	82.000,00						82.000,00		
2.4.3.					SANEAMENTO										279.600,00	279.600,00		7.500,00	2.500,00	2.500,00	5.000,00	297.100,00		
2.4.3.	0202/07030302	03	2015	3	RAMAIS	ADM. DIR.	100.0		DESA	2015/01/01	2018/12/31	3			5.000,00	5.000,00		5.000,00				10.000,00		
2.4.3.		01	2016	1	ELABORAÇÃO DE CADASTRO DAS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NOS SISTEMAS EM BAIXA	OUTRA	15.0	85.0	DESA	2016/01/02	2022/12/31	0			274.600,00			2.500,00	2.500,00	2.500,00	5.000,00	287.100,00		
2.4.3.	0202/020220	01	2016	1												7.435,00								
2.4.3.	0202/070108	01	2016	1												14.000,00								
2.4.3.	0202/07011002	01	2016	1												26.100,00								
2.4.3.	0202/070113	01	2016	1												227.065,00								
2.4.5.					RESÍDUOS SÓLIDOS										776.035,00	776.035,00		281.844,00	20,00			1.057.899,00		
2.4.5.		04	2016	4	CONSTRUÇÃO DE CAIXAS PARA A COLOCAÇÃO DE ECOPONTOS NA VILA DE ARMAMAR	EMPREITADA	15.0	85.0	DESA	2016/03/01	2017/12/31	0			47.575,00							47.575,00		
2.4.5.	0202/07011001	04	2016	4												14.575,00								
2.4.5.	0202/07030313	04	2016	4												33.000,00								
2.4.5.	0202/07030303	01	2017	2	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR- FOLGOSA	EMPREITADA	85.0			2017/01/02	2018/12/31	0			161.535,00	161.535,00		69.229,00				230.764,00		
2.4.5.	0202/07030303	02	2017	3	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR- LAPINHA	EMPREITADA	85.0			2017/01/02	2018/12/31	0			51.595,00	51.595,00		22.110,00				73.705,00		
2.4.5.	0202/07030303	03	2017	4	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR- VACALAR	EMPREITADA	85.0			2017/01/02	2018/12/31	0			443.000,00	443.000,00		190.485,00				633.485,00		
2.4.5.	0202/07030303	04	2017	5	DESATIVACÃO DE 5 FOSSAS (QUEIMADOLA, QUEIMADA, TÔES E S.ROMÃO) E DE ETAR COMPACTA (S. ROMÃO) E CONSTRUÇÃO DE 5 ESTAÇÕES E CONDUITOS ELEVATÓRIAS E 4 COLETORES GRÁVITICOS.	EMPREITADA				2017/01/02	2019/12/31	0			10,00	10,00		10,00	10,00			30,00		
2.4.5.		05	2017	6	DESATIVACÃO DE 5 FOSSAS (PASSOS,RIBEIRA, ALÉM SANTACHO E ARÍCERA) E DE ETAR COMPACTA (OI ARMAMAR) E CONSTRUÇÃO DE 6 ESTAÇÕES E CONDUITOS ELEVATÓRIAS E 3 COLETORES GRÁVITICOS.	EMPREITADA				2017/01/02	2019/12/31	0			72.320,00			10,00	10,00			72.340,00		
2.4.5.	0202/020214	05	2017	6												72.310,00								
2.4.5.	0202/07030303	05	2017	6												10,00								
2.5.					SERVIÇOS CULTURAIS,RECREATIVOS E RELIGIOSOS										13.100,00	13.100,00						13.100,00		
2.5.1.					CULTURA										13.100,00	13.100,00						13.100,00		
A TRANSPORTAR ...													356.549,31	1.000,00	1.477.380,00	1.477.380,00		670.594,00	17.520,00	7.500,00	10.000,00	2.540.543,31		

ENTIDADE	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
Município de Aramar		

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO				FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO		
																ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE			OUTROS				
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020					
A TRANSPORTAR ...														356.549,31	1.000,00	1.477.380,00	1.477.380,00		670.594,00	17.520,00	7.500,00	10.000,00	2.540.543,31			
2.5.1.	0202/07010413	03	2017	30	AQUISIÇÃO DE COBERTURA METÁLICA DO PALCO FIJO NA ZONA DE LAGER DE ALDEIAS			100.0			2017/01/02	2017/12/31				13.100,00	13.100,00							13.100,00		
3.					FUNÇÕES ECONÔMICAS									163.780,67	44.899,03		771.062,00	776.062,00		85.000,00	30.000,00			1.094.741,70		
3.1.					AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA												13.820,00	13.820,00						13.820,00		
3.1.		01	2017	27	MELHORIAS DO ORDENAMENTO DOS RECURSOS GINEÉTICOS DA ZON			15.0	85.0		2017/01/02	2017/12/31					13.820,00							13.820,00		
3.1.	0202/020220	01	2017	27														10.000,00								
3.1.	0202/07011002	01	2017	27														3.280,00								
3.1.	0202/070115	01	2017	27														540,00								
3.2.					INDÚSTRIA E ENERGIA												66.010,00	66.010,00						66.010,00		
3.2.	0202/07030304	01	2017	28	ELETRIFICAÇÃO DA AVENIDA RIBEIRO DE ALMEIDA EM FONTELO			100.0			2017/01/02	2017/12/31					54.820,00	54.820,00						54.820,00		
3.2.	0202/07030304	02	2017	29	ELETRIFICAÇÃO DO LARGO DO TRIBUNAL EM ARMAR			100.0			2017/01/02	2017/12/31					11.190,00	11.190,00						11.190,00		
3.3.					TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									141.780,67	23.020,00		638.832,00	638.832,00		80.000,00	30.000,00			913.632,67		
3.3.1.					TRANSPORTES RODOVIÁRIOS									141.780,67	23.020,00		548.732,00	548.732,00		80.000,00	30.000,00			823.532,67		
3.3.1.	0202/07030301	04	2015	4	PAYMENTAÇÃO	OUTRA		100.0		DEJA	2015/01/01	2018/12/31	3	73.813,20	23.020,00		55.000,00	55.000,00		50.000,00				201.833,20		
3.3.1.	0202/07030301	06	2015	7	MURS DE SUPORTE	EMPREITADA		100.0		DEJA	2015/01/01	2018/12/31	3	67.967,47			45.000,00	45.000,00		30.000,00	30.000,00			172.967,47		
3.3.1.	0202/07030308	05	2016	5	RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DA E.M. 313 LOCALIZADA NA FREGUESIA DE ALDEIAS	EMPREITADA	85.0	15.0		DEJA	2016/07/01	2017/12/31	0				116.170,00	116.170,00						116.170,00		
3.3.1.	0202/07030308	06	2016	6	RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DA E.M. 1100 LOCALIZADA NA UNÃO DE FREGUESIAS DE VILA SOCA E SANTO ADRIÃO	EMPREITADA	85.0	15.0		DEJA	2016/07/01	2017/12/31	0				152.610,00	152.610,00						152.610,00		
3.3.1.	0202/07030308	07	2016	7	RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DA VARIANTE HERMANT ALMEIDA LOCALIZADA NA FREGUESIA DE FOLGOSA	EMPREITADA	85.0	15.0		DEJA	2016/07/01	2017/12/31	0				33.255,00	33.255,00						33.255,00		
3.3.1.	0202/07030308	08	2016	8	RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DA E.M. 313 LOCALIZADA NA TORRE DA FREGUESIA DE SÃO COSMADO	EMPREITADA	85.0	15.0		DEJA	2016/07/01	2017/12/31	0				19.440,00	19.440,00						19.440,00		
3.3.1.	0202/07030308	09	2016	9	RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DA E.M. 313 LOCALIZADA EM CONTIN DA FREGUESIA DE SÃO COSMADO	EMPREITADA	85.0	15.0		DEJA	2016/07/01	2017/12/31	0				96.167,00	96.167,00						96.167,00		
3.3.1.	0202/07030308	10	2016	10	RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DA E.M. 313 LOCALIZADA NA FREGUESIA DE FONTELO	EMPREITADA	85.0	15.0		DEJA	2016/07/01	2017/12/31	0				31.090,00	31.090,00						31.090,00		
3.3.3.					TRANSPORTES FLUVIAIS												90.100,00	90.100,00						90.100,00		
3.3.3.	0202/07030313	01	2017	25	CONSOLIDAÇÃO DOS TALUDES RIBEIRINHOS E ACESSOS AO RIO DOURO EM FOLGOSA						2017/01/02	2017/12/31					90.100,00	90.100,00						90.100,00		
3.4.					COMERCIO E TURISMO												42.400,00	47.400,00		5.000,00				47.400,00		
3.4.2.					TURISMO												42.400,00	47.400,00		5.000,00				47.400,00		
3.4.2.		01	2017	9	PROMOÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ALDEIA RURAL DE GOUJOIM	OUTRA		85.0			2017/01/02	2018/12/31	0							5.000,00				5.000,00		
3.4.2.	0202/07010305	01	2017	9														1.000,00								
A TRANSPORTAR ...														498.329,98	24.020,00	2.209.142,00	2.210.142,00		755.594,00	47.520,00	7.500,00	10.000,00	3.552.105,98			

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISITO
						AC	AA	PC							ANOS SEQUINTE			OUTROS				
													ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)								ANOS SEQUINTE	
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	OUTROS			
A TRANSPORTAR ...													498.329,98	24.020,00	2.209.142,00	2.210.142,00		755.594,00	47.520,00	7.500,00	10.000,00	3.552.105,98
3.4.2.	0202/07010307	01	2017	9	REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA DE GOUJOIM - PRAIA FLUVIAL											1.000,00						
3.4.2.	0202/07011002	01	2017	9												1.000,00						
3.4.2.	0202/070115	01	2017	9												1.000,00						
3.4.2.	0202/07030301	01	2017	9												1.000,00						
3.4.2.	0202/07030313	02	2017	23						2017/01/02	2017/12/31				42.400,00	42.400,00					42.400,00	
3.5.					OUTRAS FUNÇÕES ECONÔMICAS								22.000,00	21.879,03	10.000,00	10.000,00					53.879,03	
3.5.	0202/07010413	12	2015	12	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE REGA	EMPREITADA		100.0	DESA	2015/01/01	2017/12/31	1	22.000,00	21.879,03	10.000,00	10.000,00					53.879,03	
4.					OUTRAS FUNÇÕES											131.515,00	131.515,00	344.601,00			476.116,00	
4.3.					DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS											131.515,00	131.515,00	344.601,00			476.116,00	
4.3.		01	2017	8	REABILITAÇÃO ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS-AUDITORIA,DIAGNÓSTICOS E IMPLEMENTAÇÃO	OUTRA		85.0		2017/01/02	2018/12/31				79.350,00			344.601,00			423.951,00	
4.3.	0202/020214	01	2017	8	RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE PATRIMÔNIO EDIFICADO											22.500,00						
4.3.	0202/070115	01	2017	8												56.850,00						
4.3.		01	2017	26						2017/01/02	2017/12/31				52.165,00						52.165,00	
4.3.	0202/07010203	01	2017	26												30.000,00						
4.3.	0202/07010305	01	2017	26												22.165,00						
TOTAL GERAL ...													520.329,98	45.899,03	2.393.057,00	2.398.057,00		1.100.195,00	47.520,00	7.500,00	10.000,00	4.124.501,01

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJETO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em __ de _____ de ____

Em __ de _____ de ____